

# PDI

## PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

2025-2029

---

## **Mantenedora**

**SOCIEDADE PARAIBANA DE ENSINO SUPERIOR - SEDUP**

## **Mantida**

**FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DA PARAÍBA - FESP**

## **PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PDI**

### **FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DA PARAÍBA - FESP PERÍODO 2025/2029**

**Resolução de aprovação – ConSup nº 021/2024  
Resolução Aditamento do PDI - ConSup 011/2025**

**JOÃO PESSOA / PB  
2025**

## **DIRIGENTES DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR**

### **Mantenedora**

*Sociedade Paraibana de Ensino Superior – SEDUP*

### **Mantida**

*FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DA PARAÍBA – FESP*

### **DIRETORA PRESIDENTE**

Fabiana Sena da Silva Monteiro

### **DIRETOR ADMINISTRATIVO**

Francisco Ribamar Monteiro

### **DIRETOR FINANCEIRO**

Julianne Ferreira de Freitas Xavier

## **APRESENTAÇÃO**

Este documento apresenta o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o período de 2025 a 2029 da Faculdade de Ensino Superior Da Paraíba – FESP, tendo uma trajetória de Instituição de Educação Superior construída desde sua fundação, considerando a sua organização e suas prerrogativas acadêmicas.

O PDI resultante expressou um consistente consenso da comunidade acadêmica obtido em diferentes âmbitos e níveis, haja visto que esse documento é algo vivo e precisa ser constantemente atualizado para atender às demandas da comunidade acadêmica. Este PDI traduz, portanto, a visão de longo prazo da Faculdade e sua execução tornar-se-á realidade na vida acadêmica pela sinergia nas ações cotidianas e pela efetiva participação dos integrantes dos diversos segmentos da comunidade acadêmica.

Para o período de vigência do PDI 2025-2029, a FESP Faculdade planeja dar continuidade a sua consolidação a sua atuação na área do Direito, assim como expandir sua oferta de cursos.

João Pessoa, dezembro de 2024.

**Direção Geral**

## SUMÁRIO

|          |                                                                                                                                                  |           |
|----------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
|          | <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                                                          | <b>11</b> |
|          | <b>PARTE I – PERFIL INSTITUCIONAL .....</b>                                                                                                      | <b>12</b> |
| <b>1</b> | <b>PERFIL INSTITUCIONAL .....</b>                                                                                                                | <b>12</b> |
|          | <b>INTRODUÇÃO</b>                                                                                                                                |           |
|          | <b>PARTE I – PERFIL INSTITUCIONAL .....</b>                                                                                                      | <b>11</b> |
| <b>1</b> | <b>PERFIL INSTITUCIONAL .....</b>                                                                                                                | <b>11</b> |
| 1.1      | BREVE HISTÓRICO .....                                                                                                                            | 11        |
| 1.2      | MISSÃO .....                                                                                                                                     | 13        |
| 1.3      | VALORES .....                                                                                                                                    | 15        |
| 1.4      | OBJETIVOS E METAS.....                                                                                                                           | 16        |
| 1.5      | ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA.....                                                                                                                  | 20        |
| 1.6      | CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO<br>E PÓS-GRADUAÇÃO LATU SENSU .....                                                            | 21        |
| <b>2</b> | <b>PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL .....</b>                                                                                                    | <b>22</b> |
| 2.1      | INSERÇÃO REGIONAL .....                                                                                                                          | 22        |
| 2.1.1    | Contextualização Regional e Territorial – Estado da Paraíba .....                                                                                | 23        |
| 2.1.2    | A educação na Paraíba .....                                                                                                                      | 27        |
| 2.1.3    | O Ensino Superior .....                                                                                                                          | 28        |
| 2.1.4    | O município de João Pessoa.....                                                                                                                  | 30        |
| 2.2      | PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TÉCNICO – METODOLÓGICOS QUE<br>NORTEIAM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS DA INSTITUIÇÃO –<br>CONCEPÇÕES POLÍTICO-PEDAGÓGICAS..... | 32        |
| <b>3</b> | <b>ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA.....</b>                                                                                                      | <b>39</b> |
| 3.1      | PERFIL DO EGRESSOS .....                                                                                                                         | 41        |
| 3.2      | PERFIL DOS CURSOS .....                                                                                                                          | 42        |
| 3.3      | SELEÇÃO DE CONTEÚDOS.....                                                                                                                        | 44        |
| 3.4      | SISTEMÁTICA DE ATUALIZAÇÃO CURRICULAR URRICULAR .....                                                                                            | 45        |
| 3.5      | ARTICULAÇÃO ENTRE O PDI E OS PROJETOS PEDAGÓGICOS<br>DE CURSO .....                                                                              | 47        |
| 3.6      | FLEXIBILIDADE DOS COMPONENTES CURRICULARES .....                                                                                                 | 47        |
| 3.7      | PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS.....                                                                                                                    | 50        |

|          |                                                                                              |            |
|----------|----------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 3.8      | INCORPORAÇÃO DE AVANÇOS TECNOLÓGICOS .....                                                   | 52         |
| 3.9      | ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO ESPECIAL .....                                                      | 53         |
| 3.10     | PROCESSO DE AVALIAÇÃO .....                                                                  | 54         |
| 3.11     | ATIVIDADES PRÁTICAS E ESTÁGIOS .....                                                         | 56         |
| 3.12     | CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO .....                                                           | 58         |
| 3.13     | TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO<br>PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM .....       | 60         |
| <b>5</b> | <b>POLÍTICAS INSTITUCIONAIS .....</b>                                                        | <b>63</b>  |
| 5.1      | POLÍTICAS PARA O ENSINO DE GRADUAÇÃO .....                                                   | 63         |
| 5.2      | POLÍTICAS PARA O ENSINO DE PÓS GRADUAÇÃO .....                                               | 69         |
| 5.3      | POLÍTICAS DE EXTENSÃO .....                                                                  | 70         |
| 5.4      | COERÊNCIA NO CUMPRIMENTO DAS POLÍTICAS DE ENSINO,<br>INICIAÇÃO CIENTÍFICA E EXTENSÃO .....   | 74         |
| 5.5      | POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS .....                                                 | 76         |
| 5.6      | POLÍTICA DE INVESTIGAÇÃO, DIFUSÃO DE PRODUÇÃO<br>ACADÊMICA E À PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS ..... | 80         |
| 5.7      | RESPONSABILIDADE SOCIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....                                            | 82         |
| 5.8      | POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL .....                                        | 84         |
| 5.9      | POLÍTICAS PARA A PROMOÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E<br>IGUALDADE ÉTNICO RACIAL .....             | 86         |
| 5.10     | POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL .....                                                        | 87         |
| 5.11     | POLÍTICAS DE APOIO À MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL .....                                     | 88         |
| 5.12     | POLÍTICAS DE GESTÃO ACADÊMICA.....                                                           | 90         |
| 5.13     | POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO .....                                                               | 91         |
| 5.14     | POLÍTICA PARA QUALIFICAÇÃO CONTINUADA DO CORPO<br>DOCENTE.....                               | 94         |
| 5.15     | POLÍTICA PARA QUALIFICAÇÃO CONTINUADA DO CORPO<br>TÉCNICO-ADMINISTRATIVO .....               | 95         |
| <b>6</b> | <b>PERFIL DO CORPO DOCENTE, TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.....</b>                                  | <b>96</b>  |
| 6.1      | CORPO DOCENTE.....                                                                           | 96         |
| 6.2      | CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.....                                                            | 102        |
| <b>7</b> | <b>ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....</b>                                                       | <b>105</b> |
| 7.1      | ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....                                                                | 105        |

|           |                                                                                                                                                           |            |
|-----------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 7.2       | DAS RELAÇÕES ENTRE A MANTENEDORA E A FACULDADE .....                                                                                                      | 110        |
| <b>8</b>  | <b>POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES .....</b>                                                                                                       | <b>113</b> |
| 8.1       | FORMAS DE ACESSO .....                                                                                                                                    | 113        |
| 8.2       | PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO .....                                                                                                          | 113        |
| 8.3       | ESTÍMULOS À PERMANÊNCIA .....                                                                                                                             | 115        |
| 8.4       | ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS.....                                                                                                                          | 117        |
| 8.5       | OUVIDORIA .....                                                                                                                                           | 118        |
| 8.6       | ESTÍMULO À DIFUSÃO DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS<br>CIENTÍFICAS, DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS, TECNOLÓGICAS,<br>ARTÍSTICAS E CULTURAIS E PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS ..... | 118        |
| 8.7       | ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL.....                                                                                                                               | 119        |
| <b>9</b>  | <b>INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA .....</b>                                                                                                          | <b>120</b> |
| 9.1       | INFRAESTRUTURA FÍSICA .....                                                                                                                               | 120        |
| 9.2       | BIBLIOTECA .....                                                                                                                                          | 131        |
| 9.3       | LABORATÓRIOS, AMBIENTES E CENÁRIO PARA PRÁTICAS<br>DIDÁTICAS .....                                                                                        | 139        |
| 9.4       | SALAS DE APOIO DE INFORMÁTICA OU ESTRUTURA EQUIVALENTE.....                                                                                               | 140        |
| 9.5       | INFRAESTRUTURA DE EXECUÇÃO E SUPORTE .....                                                                                                                | 145        |
| 9.6       | SISTEMAS DE REGISTROS ACADÊMICOS .....                                                                                                                    | 147        |
| 9.7       | PLANO DE AQUISIÇÃO, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS<br>EQUIPAMENTOS.....                                                                                     | 148        |
| 9.9       | RECURSOS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO....                                                                                                   | 150        |
| 9.10      | PLANO DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E DE ATENDIMENTO<br>DIFERENCIADO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD).....                                                | 153        |
| <b>10</b> | <b>AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO<br/>INSTITUCIONAL.....</b>                                                                               | <b>162</b> |
| 10.1      | PROJETO DE AUTO AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL .....                                                                                                             | 162        |
| <b>11</b> | <b>ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS.....</b>                                                                                                          | <b>174</b> |
| 11.1      | ESTRATÉGIA DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.....                                                                                                            | 174        |
| 11.2      | SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA .....                                                                                                                         | 173        |
| 11.3      | PLANOS DE INVESTIMENTOS.....                                                                                                                              | 177        |
|           | <b>PARTE II – DIRETRIZES PROGRAMÁTICAS PARA A GESTÃO .....</b>                                                                                            | <b>182</b> |
| <b>12</b> | <b>PLANEJAMENTO E GESTÃO INSTITUCIONAL.....</b>                                                                                                           | <b>183</b> |

|    |                                             |     |
|----|---------------------------------------------|-----|
| 13 | ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....             | 184 |
| 14 | ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL.....        | 185 |
| 15 | POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES..... | 187 |
| 16 | ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....        | 188 |
| 17 | OFERTA DE CURSOS E PROGRAMAS .....          | 190 |
| 18 | INFRAESTRUTURA FÍSICA E ACADÊMICA .....     | 191 |
| 19 | SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA .....           | 192 |

## INTRODUÇÃO

Este Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI foi previsto para o período de 2025 a 2029, compondo também os documentos apresentados no processo de credenciamento da FESP previsto para 2025. Essa versão consubstancia os resultados do processo de planejamento na Instituição em conformidade com as diretrizes para elaboração do PDI, atualizadas pelo Artigo 21 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro do 2017.

A FESP Faculdades cumpriu com o compromisso assumido junto ao MEC por meio, considerando os objetivos previstos no PDI anterior no período de 2020-2024, diversos acontecimentos latentes ocorreram de modo global e institucional, podemos destacar como a Pandemia Covid 19 (2020) necessitando, assim fomentando uma análise estratégica do cumprimento de metas adaptado aos cenários econômico, político e social e que reflita durante a vigência deste PDI.

Confirma-se, assim, a tradição que possui nos meios educacionais pela seriedade com que se dedica à busca constante de otimização de sua ação educacional. A comunidade acadêmica tem a certeza de que a Instituição está no rumo certo, em direção cada vez maior a atuar como uma verdadeira universidade, reforçando a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão.

As metas previstas para este PDI 2025-2029 estão alinhadas com os objetivos institucionais, de modo que a instituição possa responder aos desafios e demandas dos cenários educacionais e profissionais contemporâneos.

## **1 PERFIL INSTITUCIONAL**

### **1.1. BREVE HISTÓRICO**

A criação da Faculdade de Ensino Superior da Paraíba (FESP Faculdades) nasceu de uma firme e visionária proposta: oferecer à cidade de João Pessoa, ao estado da Paraíba e ao país não apenas um espaço de saber, mas um projeto educacional inovador, voltado à formação de lideranças capazes de transformar o cenário socioeconômico regional. Com foco no desenvolvimento humano, na geração de riqueza e na promoção do bem-estar social, a FESP consolidou-se como uma instituição comprometida com a excelência acadêmica e com a formação integral de seus estudantes.

Desde sua origem, a FESP adotou uma proposta pedagógica arrojada, fundamentada em metodologias integradoras, com forte ênfase na interdisciplinaridade e na promoção de aprendizagens significativas. Seu compromisso com a formação de profissionais éticos, críticos e tecnicamente qualificados levou à constituição da instituição pela Sociedade Educacional da Paraíba – SEDUP, nos moldes do inciso IV do artigo 8º do Decreto nº 2.306/97. O credenciamento foi oficializado pela Portaria nº 640, de 13 de maio de 1997, e a autorização de funcionamento foi publicada na Portaria nº 3.063, do Ministério da Educação, em 28 de dezembro de 2001.

As atividades acadêmicas tiveram início com os cursos de Ciências Contábeis (Portaria MEC nº 3.064/2001) e Administração (Portaria MEC nº 3.068/2001). Visando ampliar sua atuação e impactar as ciências jurídicas, a instituição solicitou a autorização do curso de Direito, concedida por meio da Portaria nº 2.303, de 03 de agosto de 2004. Em 2006, os cursos de Administração e Ciências Contábeis foram reconhecidos (Portarias nº 800 e nº 773, ambas de 25 de outubro de 2006). Apesar dos bons conceitos obtidos, a instituição decidiu descontinuar esses cursos para concentrar seus esforços na consolidação e excelência do curso de Direito.

Esse direcionamento estratégico revelou-se acertado: em 2014, o curso de Bacharelado em Direito passou por avaliação in loco no processo de renovação de reconhecimento, recebendo o conceito máximo (5), conforme a Portaria MEC nº 574,

de 30 de setembro de 2016. Posteriormente, teve sua renovação de reconhecimento oficializada pela Portaria nº 207, de 25 de junho de 2020.

Com o curso de Direito consolidado, a FESP ampliou seu campo de atuação por meio da oferta de cursos de Pós-graduação lato sensu, conduzidos por um corpo docente altamente qualificado, com a mesma dedicação à qualidade e à coerência pedagógica aplicadas à graduação. Essa evolução institucional reflete a implementação contínua de estratégias gerenciais fundamentadas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e nos resultados da avaliação institucional interna e externa.

No ano de 2018, a FESP passou pelo processo de Recredenciamento Institucional, obtendo o Conceito Institucional 4, registrado por meio da Portaria nº 679, de 20 de agosto de 2020.

Atualmente, o PDI 2025–2029 orienta a instituição em direção ao cumprimento de sua missão: atender às necessidades da comunidade local, respondendo às demandas do mercado, às inovações tecnológicas e aos novos modelos de aprendizagem, com ênfase na construção crítica do conhecimento, na criatividade e na articulação dos saberes.

O projeto institucional da FESP permanece atento às transformações sociais e educacionais, ajustando suas diretrizes, políticas e práticas pedagógicas às exigências contemporâneas. Ao longo do tempo, além da oferta de ensino superior, a FESP estruturou suas ações de extensão e iniciação científica, integrando-se cada vez mais à sociedade e contribuindo com a formação cidadã de seus estudantes.

O amadurecimento institucional é fruto de uma gestão fundamentada em planejamento e avaliação contínuos. A interação entre esses elementos gera um ciclo virtuoso, democrático e orientado para a melhoria constante. Avaliando-se internamente e sendo avaliada por órgãos reguladores, a FESP aprende com sua trajetória e retroalimenta sua prática com base nas melhores experiências, promovendo ajustes sempre que necessários.

Atualmente, a Instituição mostra um crescimento e amadurecimento institucional que é consequência de uma história e experiências proporcionadas por ações planejadas no PDI. Como por exemplo, a mudança de endereço, ocorrida no ano de 2022, visando o crescimento acadêmico e a visibilidade da marca, a Faculdade de Ensino Superior da Paraíba encontra-se atualmente localizada,

estrategicamente em de fácil acesso conta com todas as suas facilidades, quais sejam: áreas de convivência e alimentação, serviços de apoio, caixas eletrônico, farmácias e estacionamento gratuito.

Os desafios lançados pela Mantenedora à Mantida foram cumpridos graças ao respaldo e sustentáculos financeiros promovidos pela SEDUP - Sociedade Educacional da Paraíba.

E a partir de 2025 a FESP Faculdades passa por um novo marco de crescimento histórico com a alteração de seu quadro societário, onde a Instituição passa por este movimento estratégico visando garantir crescimento durante a vigência deste Plano de Desenvolvimento Institucional.

## 1.2 MISSÃO

Missão significa o direcionamento para a atuação da instituição no âmbito da sociedade em que está inserida.

A **missão institucional** encontra-se assim definida:

*Habilitar profissionais no nível superior, reconhecidamente competentes, éticos e aptos ao exercício da cidadania, despertando o interesse pelo conhecimento científico, técnico e cultural, a fim de ajudar na formação de líderes com forte fundamentação ética e moral e que possam contribuir para o desenvolvimento da região e do país.*

Mais especificamente, a Faculdade de Ensino Superior da Paraíba – FESP objetiva-se a:

- ✓ Assumir o compromisso com a construção de uma sociedade socialmente justa, ambientalmente responsável, respeitadora da diversidade e livre de todas as formas de opressão ou discriminação de classe, gênero, etnia ou nacionalidade;
- ✓ Construir, disseminar e compartilhar o conhecimento, para formar cidadãos éticos e profissionais qualificados, por meio da excelência no ensino, nas atividades de extensão e investigativas;

- ✓ Desenvolver uma gestão eficiente e eficaz, a partir de uma concepção de planejamento, ação, avaliação e melhorias contínuas.
- ✓ Educar para a construção de competências em uma perspectiva integral – ser, fazer, conhecer, conviver – preparando profissionais, cuja atuação diferenciada contribua para o desenvolvimento regional;
- ✓ Exercer a cidadania;
- ✓ Fomentar e exercer a conduta ética em todos os campos de atividade;
- ✓ Incentivar o aperfeiçoamento cultural e profissional em uma ótica de formação continuada;
- ✓ Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, à criação e difusão da cultura e ao entendimento do homem e do meio em que vive;
- ✓ Oferecer uma educação contextualizada com as demandas do mercado de trabalho;
- ✓ Promover a educação para a sustentabilidade socioambiental, através do ensino, da investigação e da extensão;
- ✓ Promover educação, a partir de uma concepção pluricultural, de acessibilidade e de respeito às diferenças étnico-raciais e aos direitos humanos.

A Instituição objetiva ser *locus* de referência no Estado, assumindo o compromisso institucional de promover o desenvolvimento educacional da região e participar da inserção dos egressos no mercado de trabalho.

Reconhecendo a crescente importância do conhecimento para a formação de sujeitos e para o processo de desenvolvimento da sociedade, a Faculdade de Ensino Superior da Paraíba pretende produzi-lo articulando o ensino com a iniciação científica, através da problematização do conhecimento, e a partir da análise da realidade social, econômica, política e cultural local. Esta Instituição tem como diretriz uma formação que combina e equilibra o desenvolvimento técnico, humanístico e que desenvolve no aluno um olhar global e sistêmico. Não obstante, o processo de formação do profissional deve abranger uma série de compromissos com a realidade social, enquanto sujeito partícipe de sua construção qualitativa, ao mesmo tempo em que assumirá o exercício profissional na direção da resolução dos problemas locais e regionais, evidenciando um projeto por competência que permite o aprender a aprender enquanto processo de construção de novos saberes.

### 1.3 VALORES

Os valores institucionais encontram-se assim declarados:

- ✓ Compromisso institucional com o caráter público e estatal;
- ✓ Compromisso socioambiental;
- ✓ Cooperação e integração;
- ✓ Democracia participativa;
- ✓ Democratização do conhecimento;
- ✓ Educação como espaço transformador da realidade;
- ✓ Ética e transparência;
- ✓ Qualidade e excelência;
- ✓ Sustentabilidade;
- ✓ Valorização dos alunos e colaboradores;

Tais aspectos norteiam e estão expressos no PDI, além de ditarem as diretrizes para a Gestão Institucional de forma a garantir que as ações institucionais internas, transversais a todos os cursos, e externas, por meio dos projetos de responsabilidade social, estejam em consonância com o PDI e Políticas Institucionais. Sua construção ocorre de forma participativa, a cada cinco anos, com revisões anuais, envolvendo todos os seus atores da comunidade acadêmica. Suas premissas de desenvolvimento estão pautadas pelo disposto no Decreto nº 9.235/17, republicada Portaria Normativa nº 23/17 e Portaria Normativa nº 742/18.

O PDI (2025-2029) estabelece os rumos da FESP, reafirmando a missão e valores institucionais, o papel preponderante dos seus gestores acadêmicos e administrativos e a busca permanente pela excelência nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, por meio do aperfeiçoamento de suas políticas específicas e dos projetos inseridos nos planos de ação de cada área, que materializam as propostas norteadoras do PDI e as ações institucionais internas e transversais a todos os cursos e áreas acadêmicas e administrativa.

Na FESP, a Responsabilidade Social é entendida de forma mais ampla que Extensão, envolvendo aspectos gerenciais e de conduta administrativa, além da

conexão com a comunidade no entorno. Além disso, Responsabilidade Social encontra respaldo na missão institucional.

A FESP instituiu a partir de agosto de 2021 as Atividades Curriculares de Extensão em cumprimento a orientação do Plano Nacional de Educação (2014-2024), assegurando, no mínimo, 10% da carga horária total dos cursos de graduação. Essas atividades serão implantadas a partir da atualização das matrizes curriculares e serão implementadas a partir de 2022, serão registradas e operacionalizadas por curso e disciplina, envolvendo docentes, estudantes e colaboradores, criando oportunidades de participação efetiva no exercício da cidadania e responsabilidade social, sendo, desta forma, instigados a conhecer de perto e se envolver com as questões da comunidade.

#### 1.4 OBJETIVOS E METAS

Para o período de vigência deste PDI (2025-2029) a FESP apresenta seus principais objetivos e metas:

##### 1.4.1 Planejamento e Avaliação Institucional

- Buscar elementos motivadores para aumentar a participação da comunidade acadêmica junto à CPA;
- Divulgar a CPA junto à comunidade acadêmica, aumentando colaborações futuras nos processos de avaliações;
- Ampliar o emprego da avaliação institucional como estratégia de conhecimento da própria realidade institucional e de seu aperfeiçoamento;
- Expandir os meios de comunicação e divulgação dos resultados da autoavaliação: material impresso, exposição no site, cartazes pela a IES, entre outros;
- Revisar/atualizar o questionário de autoavaliação;
- Expandir a aplicação do questionário de autoavaliação para os segmentos de pós graduação e egressos;
- Articular o PDI e os processos de avaliação institucional (autoavaliação e avaliações externas);

#### **1.4.2 Desenvolvimento Institucional**

- Ampliar a apropriação do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI pela comunidade acadêmica;
- Aperfeiçoar a articulação o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Projeto Pedagógico Institucional, e dos Projetos Pedagógicos de Cursos no que diz respeito às atividades de ensino, extensão, gestão acadêmica, gestão e avaliação institucional;
- Expandir a divulgação interna da Missão Institucional;
- Expandir o desenvolvimento de atividades com temas voltados para a Responsabilidade Social e temas transversais;
- Manutenção de adesão ao FIES;
- Manutenção de adesão ao PROUNI;
- Implantação de programas próprios de bolsas sociais como meio de apoio a inclusão social e permanência discente;
- Relacionar as práticas pedagógicas e administrativas com os objetivos da instituição;
- Reuniões pedagógicas enfocando a importância da Missão Institucional e do PDI;
- Trabalho de conscientização e Melhor planejamento e divulgação das ações e atividades de extensão em comunidades carentes.
- Promover oficinas envolvendo as Coordenações e os Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) dos cursos, contemplando os docentes e discentes desses cursos, visando à valorização dos PPCs;
- Promover, com as Coordenações de curso, NDEs e gestores acadêmicos, reuniões de trabalho visando ao aprimoramento e cumprimento dos PPCs;

#### **1.4.3 Políticas Acadêmicas**

- Ampliação da divulgação entre docentes e discentes de eventos de cunhos acadêmicos e científicos.
- Apoio pedagógico e orientação para o mercado de trabalho;
- Atualização do site, respeitando as adaptações necessárias para atender aos

diversos públicos e necessidades;

- Desenvolver atividades de investigação científica e de extensão;
- Desenvolver mecanismos institucionalizados para melhorar a comunicação interna e externa da instituição;
- Desenvolver seminários e encontros versando sobre o tema responsabilidade social, com a participação de estudantes e a supervisão docente;
- Discussão com o corpo docente sobre o PPC do curso;
- Divulgação por meio de editais de todos os processos seletivos da Instituição;
- Estreitar e ampliar as parcerias com empresas e instituições públicas e privadas;
- Realizar, como prioridade, o acompanhamento sistemático de egressos de forma permanente, por meio do processo de auto avaliação institucional, para possibilitar a formulação de políticas e adoção de estratégias que permitam a adequada inserção desses no mercado de trabalho;
- Estimular o vínculo do egresso com a FESP pela participação em cursos de pós-graduação e em projetos de pesquisa e extensão;
- Incentivar a publicação de resultados das pesquisas científicas em eventos e/ou revistas;
- Efetivar o apoio pedagógico aos estudantes, por meio do Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP), paralelamente à orientação didático-pedagógica aos docentes;
- Manter a Ouvidoria adequadamente estruturada e dotada dos recursos necessários, para ser um canal eficiente de comunicação da comunidade acadêmica com os diversos níveis de decisão da Faculdade;
- Melhor planejamento e divulgação das ações e atividades de extensão em comunidades carentes;
- Política de melhoria da qualidade da Pós-Graduação;
- Acompanhar as tendências e demandas contemporâneas por tecnologias interativas que venham a apoiar e proporcionar oportunidades de inovação e diversificação de metodológicas para a comunidade acadêmica;
- Promover as condições adequadas de acesso e permanência do discente da Instituição;
- Promover canais acessíveis de comunicação e sistemas de informação;
- Fortalecer a educação inclusiva, de modo a dar relevância ao balanço social da

Instituição, como um instrumento que congrega as diversas ações de responsabilidade social, visando atestar a densidade acadêmica nesta atividade;

- Consolidar a utilização dos resultados da avaliação externa do curso relativa às condições de oferta e ao ENADE, visando ao aprimoramento permanente da qualidade do ensino.

#### **1.4.4 Políticas de Gestão**

- Apropriação do Plano de Carreira pela comunidade acadêmica docente e técnico-administrativa com sua respectiva operacionalização;
- Elaborar programas permanentes de atividades periódicas voltadas para a formação e atualização pedagógica dos professores;
- Valorizar os colaboradores, através da implementação dos efeitos dos respectivos planos de carreira e de capacitação;
- Manter o equilíbrio do fluxo financeiro, permitindo expansão e crescimento da qualidade dos serviços prestados pela instituição;
- Participação dos docentes e coordenações dos cursos em processos decisórios;
- Promover políticas mais efetivas de cobrança da inadimplência;
- Promover a política de capacitação do corpo docente e do corpo técnico-administrativo;
- Promover a oferta dos cursos de graduação, na modalidade presencial mantendo o foco na área jurídica;
- Ampliar a oferta de cursos de pós graduação Latu Sensu;

#### **1.4.5 Infraestrutura Física**

- Ampliar espaços coletivos;
- Construção de um auditório;
- Expansão dos recursos de informática e acervo bibliográfico;
- Garantir a conservação, atualização e segurança dos equipamentos tecnológicos da IES;
- Manter o acervo bibliográfico atualizado perante as necessidades do curso de

graduação e pós graduação da Instituição;

- Implantar biblioteca virtual;
- Proporcionar à comunidade acadêmica infraestrutura adequada às finalidades dos cursos oferecidos pela Instituição;
- Revisão da infraestrutura para melhor acolher e suprir qualquer tipo de necessidade física em decorrência a uma pessoa com mobilidade reduzida ou com necessidades especiais.
- Zelar pelas condições de acessibilidade, limpeza e segurança em todas as instalações da Instituição;
- Assegurar que a Instituição disponha de equipamentos de informática, e de recursos audiovisuais e multimídia, necessários ao seu bom funcionamento;
- Dinamizar os procedimentos da política de guarda de acervo acadêmico, com a constante organização do acervo, em atendimento às disposições aplicáveis e visando à adequada gestão documental e de informações da Instituição;

### 1.5 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

A Instituição, por sua concepção histórica, entende ser de sua responsabilidade a formação dos quadros profissionais do Estado e da Região, tendo no ensino, com iniciação científica e extensão o compromisso com as diretrizes e preceitos da excelência educacional.

Paralelamente ao ensino, a FESP incentiva e desenvolve a extensão nas áreas de conhecimento relacionadas aos cursos ofertados, assim como ações especiais voltados à conscientização e educação ambiental da comunidade no entorno da Instituição.

A Instituição, por sua concepção histórica, entende ser de sua responsabilidade a formação dos quadros profissionais do Estado e da Região, tendo no ensino, com pesquisa e extensão o compromisso com as diretrizes e preceitos da excelência educacional.

E para tanto, a Faculdade se propôs a ofertar serviços educacionais no ensino superior, quais sejam:

- I. Ensino de graduação na modalidade presencial abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;
- II. Ensino de pós-graduação *lato sensu*, na modalidade presencial, abertos a candidatos diplomados em cursos de Graduação e que atendam às exigências da Instituição;
- III. Atividades de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pela Instituição. Assim, a FESP fortalece seu compromisso social ao reconhecer que a educação é a chave para o desenvolvimento sustentável.

## 1.6 CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO E PÓS GRADUAÇÃO LATU SENSU

### 1.6.1 Graduação

| ANO  | CURSO DE GRADUAÇÃO            |
|------|-------------------------------|
| 2028 | PSICOLOGIA                    |
| 2028 | MARKETING                     |
| 2029 | GESTÃO ESTRATÉGICA E INOVAÇÃO |
| 2029 | ADMINISTRAÇÃO                 |

### 1.6.2 Pós-Graduação

| ANO  | CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO                                                      |
|------|-----------------------------------------------------------------------------|
| 2025 | CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM LICITAÇÃO, CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E CONVÊNIOS |
| 2025 | MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM                                          |
| 2026 | CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM CYBER SEGURANÇA                                  |
| 2026 | DIREITO CIVIL, PROCESSO CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR                       |
| 2026 | DIREITO PENAL, PROCESSUAL PENAL E SEGURANÇA                                 |

|             |                                                                                           |
|-------------|-------------------------------------------------------------------------------------------|
|             | <b>PÚBLICA</b>                                                                            |
| <b>2026</b> | <b>INTELIGÊNCIA E CONTRAINTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA</b>                             |
| <b>2026</b> | <b>CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO COMPLIANCE E COMBATE À CORRUPÇÃO</b>                           |
| <b>2027</b> | <b>CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b> |
| <b>2027</b> | <b>CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO E GESTÃO PÚBLICA</b>                                |
| <b>2028</b> | <b>ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PENAL, PROCESSO PENAL E SEGURANÇA PÚBLICA</b>                |
| <b>2028</b> | <b>CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FINANÇAS PÚBLICAS E TRIBUTAÇÃO</b>                          |
| <b>2028</b> | <b>DIREITO IMOBILIÁRIO</b>                                                                |
| <b>2028</b> | <b>DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO</b>                                          |
| <b>2028</b> | <b>MÍDIAS DIGITAIS E CONVERGÊNCIA</b>                                                     |
| <b>2029</b> | <b>GESTÃO DE PROJETOS</b>                                                                 |
| <b>2029</b> | <b>GESTÃO E BUSINESS LAW</b>                                                              |

## **2 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL**

### **2.1 INSERÇÃO REGIONAL**

O Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece metas estratégicas para a consolidação de uma educação de qualidade, democrática e inclusiva, orientando as políticas públicas e os compromissos das instituições de ensino superior no Brasil. Entre seus objetivos, destacam-se o aumento da taxa de escolarização da população de 18 a 24 anos, a expansão do acesso à educação superior e a melhoria da qualidade do ensino ofertado, com foco na permanência, inclusão e equidade. Em consonância com esse cenário, a FESP reafirma seu compromisso com a efetivação do PNE, incorporando suas metas ao processo de planejamento estratégico institucional para o período de 2025 a 2029. Destaca-se, nesse contexto, a meta de elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e da

taxa líquida para 33% da população, anteriormente prevista até o ano de 2020 (Meta 12 – PNE).

Com base em sua missão institucional e na análise das demandas educacionais e socioeconômicas do estado da Paraíba, especialmente no município de João Pessoa, a FESP adota uma postura proativa e o presente PDI (2025-2029) está, portanto, fundamentado em políticas institucionais que contribuem para a transformação social e a melhoria das condições de vida da população, tendo como premissas:

- A democratização do acesso;
- A garantia da permanência com sucesso;
- A valorização das metodologias inovadoras e tecnológicas;
- A articulação entre ensino, pesquisa e extensão;
- A inserção regional com impacto socioeconômico.

Por meio dessas diretrizes, a FESP contribui ativamente para o cumprimento das metas do PNE, alinhando suas ações aos referenciais de qualidade da educação superior, aos instrumentos do SINAES/INEP e aos dispositivos legais vigentes, consolidando seu papel como agente de transformação e inclusão social.

### **2.1.1 Contextualização Regional e Territorial – Estado da Paraíba**

A Faculdade de Ensino Superior da Paraíba (FESP) está territorialmente localizada no município de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, no extremo oriental do Brasil — posição geográfica que a torna o ponto mais oriental das Américas. O estado faz fronteira com os estados do Rio Grande do Norte (ao norte), Pernambuco (ao sul), Ceará (a oeste) e é banhado pelo Oceano Atlântico (a Leste), favorecendo uma localização estratégica para o intercâmbio regional e o desenvolvimento logístico e turístico.

A Paraíba é uma das 27 Unidades Federativas do Brasil, com área total de 56.585 km<sup>2</sup>, o que representa aproximadamente 0,66% do território nacional e 3,63% da Região Nordeste. É territorialmente maior que Sergipe, Alagoas e Rio Grande do Norte, estados com dinâmicas econômicas e sociais semelhantes. A organização político-administrativa do estado compreende 223 municípios, agrupados em quatro mesorregiões geográficas definidas pelo IBGE: Mata Paraibana, Agreste Paraibano, Borborema e Sertão Paraibano.

Segundo dados do Censo Demográfico de 2022 (IBGE), a Paraíba possui 3.974.495 habitantes, o que a coloca como o 5º estado mais populoso da Região Nordeste. A densidade demográfica é de 70,26 habitantes por km², com predominância de população urbana (82,4%) frente à rural (17,6%). O município de João Pessoa, sede da FESP, concentra aproximadamente 17% da população estadual, assumindo papel central como núcleo econômico, político, educacional e cultural da Paraíba.

### **Perfil Econômico Regional**

O Produto Interno Bruto (PIB) da Paraíba atingiu R\$ 88,9 bilhões em 2022, com PIB per capita de R\$ 22.523, conforme os dados mais recentes do IBGE e do Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual (IDEME). Esse desempenho consolida a Paraíba como a sexta maior economia do Nordeste e a 17ª entre os 27 estados brasileiros, representando 0,9% do PIB nacional. A estrutura econômica estadual é fortemente ancorada no setor de serviços, responsável por 76,1% do valor adicionado bruto, seguido pela indústria (18,3%) e pela agropecuária (5,6%). Em 2023, a Paraíba obteve um crescimento real do PIB de 4,78%, superando a média nacional (2,9%) e a regional nordestina (3,4%). Tal expansão foi impulsionada, principalmente, pelos setores industrial, com variação positiva de +33,6%, e de serviços, com +12,8%, evidenciando a diversificação e o dinamismo da economia estadual.

O município de João Pessoa, sede da FESP, também apresenta proeminência econômica no cenário estadual. Em 2023, registrou receitas realizadas superiores a R\$ 4,1 bilhões, sendo o maior orçamento municipal da Paraíba e um dos trinta maiores do país, segundo o IBGE. Além disso, concentra atividades nas áreas de educação, saúde, turismo, comércio, setor financeiro e serviços especializados, o que reforça seu papel como polo urbano estratégico.

### **Indicadores Sociais e Desenvolvimento Humano**

Do ponto de vista social, a Paraíba vem apresentando avanços significativos. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do estado foi estimado em 0,705 em 2021, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD), sendo classificado na faixa de desenvolvimento humano médio. Houve evolução importante na última década, partindo de 0,658 em 2010 para 0,713 em 2020, com posterior ajuste metodológico em 2021. O estado ocupa a 23ª posição

nacional no ranking de IDH, com indicadores superiores aos de outros estados nordestinos, como Maranhão e Alagoas.

Os avanços mais expressivos foram observados nas áreas de educação e longevidade, aspectos fundamentais para a estruturação de políticas públicas sustentáveis e inclusivas. Esses indicadores são especialmente relevantes para instituições de ensino superior como a FESP, que atuam de forma integrada ao contexto regional e têm papel determinante na qualificação da força de trabalho, inclusão educacional e redução das desigualdades sociais.

### **A base da economia**

O estado da Paraíba tem consolidado sua economia em setores estratégicos, apresentando indicadores positivos de crescimento nos últimos anos. Em 2022, o Produto Interno Bruto (PIB) do estado alcançou R\$ 88,9 bilhões, com um PIB per capita de R\$ 22.523, conforme dados do IBGE e IDEME. Essa performance posiciona a Paraíba como a sexta maior economia do Nordeste e 17ª entre os 27 estados brasileiros, com participação de 0,9% no PIB nacional.

Em 2023, o PIB da Paraíba cresceu 4,78% em termos reais, superando a média nacional (2,9%) e a média do Nordeste (3,4%). Esse avanço foi impulsionado principalmente pelos setores industrial (+33,6%) e de serviços (+12,8%), que respondem, respectivamente, por 18,3% e 76,1% da economia estadual. A agropecuária representa 5,6% do PIB, com papel relevante em algumas regiões e cadeias produtivas específicas.

No plano municipal, João Pessoa se destaca como o principal centro econômico do estado. Em 2023, o município registrou receitas realizadas da ordem de R\$ 4,1 bilhões e despesas empenhadas de R\$ 3,77 bilhões, figurando entre os maiores orçamentos municipais do país e ocupando o 1º lugar em arrecadação na Paraíba e 27º no ranking nacional entre os 5.570 municípios.

O setor industrial da Paraíba apresenta significativo desempenho, especialmente nas áreas de alimentos e bebidas, couro e calçados, têxteis, metalurgia, construção civil e mineração. O polo de couro e calçados, institucionalizado pelo governo estadual, tem colocado a Paraíba como segundo maior exportador de calçados do país, com produção estimada em 250 milhões de

pares por ano e cerca de 25 mil empregos formais, segundo a Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP).

Outro destaque industrial é o setor cimenteiro. A Paraíba abriga hoje um dos maiores polos do Brasil, com produção anual de 2,5 milhões de toneladas e projeção para alcançar 10 milhões de toneladas/ano, com forte impacto na construção civil e nas cadeias de pré-moldados, concretagem e setor imobiliário. Os investimentos estimados na expansão do polo somam R\$ 2,3 bilhões, gerando 6.600 empregos diretos, especialmente no Litoral Sul do estado (Fonte: CINEP/PB).

O setor de Tecnologia da Informação (TI) tem demonstrado forte expansão, especialmente em Campina Grande, reconhecida como um dos 74 polos tecnológicos do Brasil. A cidade concentra cerca de 100 das mais de 320 empresas do setor no estado, contando com infraestrutura de ponta, presença de instituições de ensino superior e iniciativas como parques tecnológicos, laboratórios de inovação e parcerias com a EMBRAPA.

A mineração também é destaque. A Paraíba concentra cerca de 90% da produção nacional de bentonita bruta, insumo essencial para a indústria da construção civil e transformação. O município de Boa Vista, na região da Borborema, lidera a exploração dessa reserva, cuja abundância impulsiona cadeias produtivas e gera emprego e renda.

Na agropecuária, ainda que tenha perdido relativa participação no PIB estadual, permanece como base econômica de diversas microrregiões. Destacam-se culturas como cana-de-açúcar, abacaxi, mandioca, milho, feijão, arroz e algodão, com destaque para a cana, cuja produção garante à Paraíba a 3ª posição no Nordeste, atrás apenas de Alagoas e Pernambuco.

A pecuária também mostrou expansão em 2022, com crescimento de rebanhos bovino, caprino, ovino e suíno. A carcinicultura (criação de camarões), por sua vez, colocou a Paraíba entre os três maiores produtores do Brasil, com produção de 7,2 mil toneladas e valor estimado de R\$ 142 milhões, segundo o IBGE. Os principais municípios produtores são João Pessoa, Santa Rita, Mogeiro, São Miguel de Taipu e Salgado de São Félix.

O turismo é outro vetor de grande impacto econômico. O estado tem investido na ampliação da infraestrutura hoteleira, viária e aeroportuária, destacando-se pela beleza do litoral, eventos culturais (como o São João de

Campina Grande) e atrativos de ecoturismo e turismo religioso. Em 2024, o aeroporto de Campina Grande registrou crescimento de 126% no fluxo de passageiros, sendo o terminal com maior crescimento percentual entre os 17 administrados pela AENA no Brasil.

Por fim, a infraestrutura logística da Paraíba reforça sua competitividade. O estado conta com mais de 5.000 km de rodovias, sendo 1.300 km federais e 3.700 km estaduais, além de duas ferrovias operacionais e dois aeroportos com voos nacionais e internacionais. O programa "Caminhos da Paraíba", iniciado em 2011, já pavimentou mais de 4.000 km, integrando todos os 223 municípios do estado.

A Confederação Nacional do Transporte (CNT) classificou a malha rodoviária da Paraíba como a quarta melhor do Brasil e a segunda do Nordeste, atrás apenas de Alagoas (Fonte: Anuário CNT 2016). Essa infraestrutura sólida se reflete em maior escoamento da produção, integração regional e atração de investimentos.

### **2.1.2 A educação na Paraíba**

O quadro educacional da Paraíba, especialmente no que se refere à Educação Básica, reflete tanto os desafios históricos relacionados ao acesso e à permanência escolar, quanto as perspectivas para expansão e melhoria da qualidade da educação, em consonância com as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE).

Conforme o Censo Demográfico de 2022 (IBGE), a taxa de escolarização líquida da população de 6 a 14 anos era de 96,9%, um índice relativamente elevado, embora com variações significativas entre os municípios. Na capital João Pessoa, a taxa a colocava na 152ª posição entre os 223 municípios paraibanos, e na 3.751ª posição entre os 5.570 municípios brasileiros, revelando desigualdades territoriais no acesso educacional.

Quanto ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) 2021, a Paraíba alcançou nota 5,0 nos anos iniciais do ensino fundamental e 4,6 nos anos finais, dentro da média nacional. João Pessoa obteve classificações intermediárias no ranking estadual, ocupando a 87ª posição (anos iniciais) e a 70ª (anos finais) entre os 223 municípios, refletindo desempenho educacional com espaço para avanços estruturais e pedagógicos.

O Ensino Médio, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996, Art. 35), representa a etapa final da Educação Básica, devendo assegurar a consolidação dos conhecimentos adquiridos, preparação para a cidadania, formação ética e crítica, e compreensão dos fundamentos técnico-científicos dos processos produtivos. No entanto, a expansão desta etapa ainda é um desafio estrutural para o estado e para o Brasil.

A Meta 3 do PNE estabelece como objetivo a universalização do atendimento escolar da população de 15 a 17 anos e a elevação da taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%. Em 2023, o município de João Pessoa contava com 27.233 matrículas no ensino médio, distribuídas em 133 estabelecimentos de ensino, segundo dados do INEP. Em todo o estado, existiam 683 escolas públicas estaduais de ensino médio, além de 15 federais, 08 municipais e 201 instituições da rede privada, totalizando mais de 1,5 milhão de matrículas.

### **2.1.3 Educação Superior na Paraíba**

A Paraíba apresenta um sistema de educação superior em processo de expansão e diversificação, com 47 Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas distribuídas em todas as suas quatro mesorregiões: Mata Paraibana, Agreste, Borborema e Sertão. A sede da FESP está localizada na mesorregião da Mata Paraibana, em João Pessoa, polo educacional do estado.

Segundo dados do Censo da Educação Superior/INEP, em 2019 a Paraíba registrou 163 mil matrículas no ensino superior, sendo 132 mil em cursos presenciais e 31 mil em cursos de Educação a Distância (EaD). A rede privada concentrou 56% dessas matrículas, das quais 81,2% estavam na modalidade presencial. No mesmo ano, o número de concluintes do ensino médio no estado foi de 32,3 mil estudantes, apontando desafios quanto à transição entre a Educação Básica e o ensino superior.

A partir de 2016, observou-se uma queda nas matrículas presenciais, especialmente na rede privada, que apresentou retração de 4,1% entre 2018 e 2019. Em contrapartida, a modalidade EaD cresceu de forma expressiva, com aumento de 29,1% no total de matrículas e 41,4% nas IES privadas. Em 2019, o número de ingressantes na rede privada foi de 40,5 mil estudantes, com queda de 1,9% nos cursos presenciais e crescimento de 33,6% na EaD. As taxas de evasão foram de

21,3% no presencial e 34,7% na EaD, demonstrando a necessidade de estratégias institucionais voltadas à permanência e à aprendizagem.

Entre os cursos mais procurados na rede privada presencial em 2019, destacam-se Direito (11,3 mil matrículas) e Enfermagem (5,3 mil). Na modalidade EaD, o curso de Pedagogia apresentou 3,6 mil matrículas, crescimento de 133% em relação a 2018, ultrapassando Serviço Social, tradicionalmente entre os mais demandados.

Em termos proporcionais, a Paraíba representa 1,9% do total de matrículas do ensino superior no Brasil e 8,7% na Região Nordeste. Em 2019, a taxa líquida de escolarização da população de 18 a 24 anos era de 19,3%, superior à média nacional de 18,1%, sendo que 54,3% dos matriculados no ensino superior tinham até 24 anos.

Em 2024, o estado demonstrou avanços consistentes na educação. O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) contou com mais de 39 mil concluintes da rede pública estadual inscritos, com destaque para o desempenho em redação, em que 620 estudantes obtiveram notas superiores a 900 pontos, configurando um recorde histórico. Esses resultados refletem melhorias qualitativas na Educação Básica, com repercussão direta no acesso ao ensino superior.

Com vistas ao fortalecimento da pós-graduação, o Governo da Paraíba lançou, em 2024, três editais de fomento à pesquisa, totalizando 360 bolsas e um investimento de R\$ 36 milhões. O objetivo é apoiar programas *stricto sensu* em instituições científicas e tecnológicas sediadas no estado, fortalecendo a formação de recursos humanos qualificados e promovendo desenvolvimento regional com base no conhecimento.

Os dados apresentados revelam que, embora existam avanços importantes em todos os níveis de ensino, especialmente na expansão da EaD e nos indicadores de desempenho do ENEM, ainda há desafios significativos relacionados à permanência, equidade e cobertura da educação básica e superior. A atuação da FESP, alinhada ao Plano Nacional de Educação (PNE) e aos novos referenciais de qualidade da educação superior, contribui diretamente para reduzir desigualdades, ampliar o acesso e qualificar a formação profissional no estado da Paraíba.

## **2.1.4 O município de João Pessoa**

João Pessoa, capital do estado da Paraíba e sede da Faculdade de Ensino Superior da Paraíba (FESP), é o município mais populoso do estado e ocupa posição estratégica no extremo oriental do Brasil, sendo o ponto mais a leste das Américas. Segundo o Censo Demográfico 2022, a cidade possui 888.279 habitantes, figurando como a 7ª mais populosa do Nordeste e a 21ª do Brasil em população entre os municípios.

A cidade é o centro político-administrativo, econômico e cultural do estado e integra uma Região Metropolitana composta por 12 municípios, que juntos somam aproximadamente 1,38 milhão de habitantes (2024), o que representa cerca de 35% da população paraibana.

### **Perfil Econômico**

João Pessoa lidera o cenário econômico estadual. De acordo com o IBGE e o IDEME (2024), o Produto Interno Bruto (PIB) do município superou os R\$ 21 bilhões em 2022, o que corresponde a cerca de 24% do PIB da Paraíba, consolidando a capital como a principal economia estadual. No contexto nacional, João Pessoa aparece entre os 50 maiores PIBs municipais do país, refletindo a força do seu setor terciário, industrial e turístico.

A estrutura econômica do município apresenta predominância do setor de serviços, que responde por mais de 70% do PIB municipal, com destaque para os segmentos de comércio, educação, saúde, turismo, administração pública e tecnologia da informação. A indústria responde por aproximadamente 18%, com presença significativa nos ramos de alimentos e bebidas, confecções, construção civil, móveis, metalurgia leve e eletroeletrônicos. A agropecuária tem participação residual, com destaque para a pesca artesanal, carcinicultura e produção de frutas tropicais.

### **Turismo e Infraestrutura**

O setor turístico é uma das principais alavancas econômicas do município, impulsionado por sua localização litorânea privilegiada, rica história, patrimônio natural e infraestrutura crescente. Com 24 quilômetros de praias urbanas e marinas

bem preservadas, João Pessoa é reconhecida nacional e internacionalmente por suas belezas naturais, baixa densidade urbana nas áreas turísticas e qualidade de vida.

### **Entre os principais atrativos estão:**

Centro Histórico com igrejas barrocas, como a Igreja de São Francisco (1585);  
Estação Cabo Branco – Ciência, Cultura e Artes, projetada por Oscar Niemeyer;  
Praia do Jacaré, onde ocorre o tradicional pôr do sol ao som do Bolero de Ravel;  
Parque Solon de Lucena (Lagoa), revitalizado e cartão-postal da cidade.

O turismo de eventos também se destaca, com a cidade contando com um moderno Centro de Convenções, que recebe congressos, feiras, espetáculos e encontros nacionais. O setor hoteleiro expandiu sua capacidade nos últimos anos, e o Aeroporto Internacional Presidente Castro Pinto, localizado na Grande João Pessoa, oferece voos diários para os principais centros do país.

### **Educação**

Em 2024, João Pessoa registrou 1.453 instituições de educação básica (incluindo creches, pré-escolas, ensino fundamental e médio), entre públicas e privadas. No ensino médio, havia 133 escolas, atendendo a 27.233 estudantes. A rede estadual é responsável por 51 unidades; a rede privada conta com 60 instituições; e uma escola pertence à rede federal. A proporção de matrículas é estimada em 60% na rede pública, 30% na rede privada e 10% na rede federal.

### **Perspectiva Institucional**

A FESP, instalada na capital paraibana, reconhece o contexto dinâmico e desafiador da região metropolitana em termos de desenvolvimento humano, oferta educacional e demanda por formação superior. Alinhada às metas do Plano Nacional de Educação (PNE) – em especial à Meta 12, que visa ampliar a taxa bruta de matrícula no ensino superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos – a instituição busca contribuir com políticas de acesso, permanência e qualificação, especialmente por meio da oferta de cursos de

graduação e pós-graduação articulados com as vocações econômicas e sociais locais.

## 2.2 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TÉCNICO-METODOLÓGICOS QUE NORTEIAM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS DA INSTITUIÇÃO – CONCEPÇÕES POLÍTICO-PEDAGÓGICAS

O Projeto Político Institucional da Faculdade de Ensino Superior da Paraíba - FESP tem como escopo definir princípios filosóficos e técnico metodológicos que norteiam as práticas acadêmicas e delinear alguns pontos que competem à construção da ação pedagógica. Fundamenta-se nas teorias da aprendizagem e na dinâmica da função a ser exercida pelo discente – quando de sua atuação profissional na área escolhida, de forma contextualizada e inovadora.

A FESP busca, através de seu Projeto Político Institucional, organizar uma série de preceitos educacionais que norteiem as suas práticas. Em outras palavras, os referidos preceitos criam e recriam parâmetros orientadores na construção do saber e na formação de alunos, aptos a ingressar no universo do trabalho de forma proativa, gerando, assim, transformação.

A proposta pedagógica da FESP tem sua ação pedagógica baseada em princípios educacionais que propõem:

- ✓ A promoção de uma educação, com uma perspectiva de contribuir para a transformação da realidade e do desenvolvimento da região. Para isso, concebe o ensino, a investigação e a extensão como indissociáveis;
- ✓ Uma proposta metodológica que favoreça o desenvolvimento de competências e habilidades, requeridas para um desempenho eficiente e eficaz no exercício da profissão;
- ✓ Privilegia o uso de recursos tecnológicos, princípios pedagógicos integradores e metodologias ativas de ensino e aprendizagem, com base no tripé – ensino, investigação e extensão – na articulação da teoria com a prática, na interdisciplinaridade e na flexibilidade curricular.
- ✓ A promoção de aprendizagens significativas e duradouras, manifestáveis sob a forma de competências nas respostas aos desafios do cotidiano do trabalho, o que

pressupõe a adoção de práticas pedagógicas que promovam a autonomia na aprendizagem, a capacidade de identificar e resolver problemas, de integrar e integrar-se aos grupos, fazendo uso do que sabe, de modo a aprimorar cada vez mais o seu desempenho;

- ✓ Privilegiar reflexões e práticas sobre carreira, empreendedorismo, ética, diversidade cultural brasileira – afro-brasileira, indígena, questões étnico-raciais – direitos humanos, responsabilidade socioambiental, inclusão social, relações humanas e orientação sexual;

- ✓ A concepção de articulação entre ensino, investigação e extensão. Acredita-se na investigação como atitude cotidiana, princípio científico e educativo, que deve estar presente na própria concepção de prática educativa, prevista na organização do PPC;

- ✓ A extensão, como uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmicos e contextuais, com o conhecimento resultante do confronto com a realidade, é instrumentalizador do processo dialético – articulação teoria/prática (a teoria ilumina a prática, e a prática reconstrói a teoria).

Visa à construção de um cidadão autônomo, capaz de agir eticamente, considerando o seu contexto histórico, social, cultural e econômico, capaz de agir nas organizações tanto públicas quando privadas, de forma proativa. O posicionamento do discente, quanto à sua atuação no mercado de trabalho e na sociedade, é reflexo de sua visão profissional e de sua maturidade, para lidar com informações, demandas externas e internas. Desta forma, a Instituição incentiva o educando a utilizar os conhecimentos construídos, abstraindo, propondo e implementando novos paradigmas em sua área de atuação, voltando-se sempre para a inovação. A utilização dos conhecimentos construídos é precedida da aprendizagem de princípios norteadores da prática e, transversalmente, de condutas éticas, práticas e teóricas, assim como da capacidade de leitura do contexto.

Para isto, as iniciativas educacionais praticadas na FESP são implementadas por meio de variadas estratégias e técnicas pedagógicas, desde as que privilegiam o processo individualizado às que encontram no grupo e na coletividade o terreno fértil para o processo de ensino-aprendizagem.

A partir de sua missão, a Faculdade de Ensino Superior da Paraíba traz para si a responsabilidade de ofertar e diversificar serviços e produtos educacionais, imprimindo-lhes uma qualidade formal e política – uma das condições necessárias à formação cidadã. A cidadania implica em o ser humano ter acesso ao conhecimento produzido socialmente, viver saudável e em paz, exercendo uma ocupação sob o cumprimento efetivo das leis trabalhistas e dispondo de moradia e transporte.

Em síntese, cidadania é usufruir o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, conforme a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, artigo 5º. Isto se harmoniza com o respeito à natureza humana e com a necessidade de se viver coletivamente à luz de valores estéticos, políticos, éticos e culturais.

Assim sendo, na medida em que os processos educacionais da Faculdade de Ensino Superior da Paraíba incidem na formação cidadã, é preciso que o coletivo desta Instituição considere como fundamental o fato de que os cursos, programas e projetos devem ser executados de forma que:

- a) Os alunos aprendam a aprender, a se atualizar continuamente e a conviver de forma harmoniosa, solidária e ética, daí a importância da constituição de uma sólida base de estudos, estruturada na educação geral;
- b) Seja assegurada a indissociabilidade ensino, investigação e extensão de qualidade, o que implica:
  - 1) numa avaliação constante dos projetos pedagógicos, de modo a se promover uma aproximação alunos/realidade, alunos/sistema ocupacional e cursos/avanços técnicos e científicos;
  - 2) em destinação de novos recursos, sejam institucionais ou de fontes externas;
  - 3) em processos continuados de atualização didático-pedagógica dos docentes;
  - 4) no estabelecimento de parcerias com a comunidade, visando a efetivas intervenções sociais e educacionais;
  - 5) na identificação de problemas e correspondentes soluções, passíveis de serem assumidas por uma instituição educacional, como a Faculdade de Ensino Superior da Paraíba.
- c) Uma vez que a FESP vislumbra o desenvolvimento sustentável da sua região, todas as suas ações serão sempre planejadas e executadas tendo como critério a

relevância social das suas ações para as populações de João Pessoa, paraibana e da região Nordeste.

O cumprimento integral de sua missão exige da Faculdade de Ensino Superior da Paraíba a definição de políticas institucionais para a área acadêmica (o que envolve o ensino de graduação e pós-graduação Lato Sensu, a investigação e a extensão) e para a área administrativa (que compreende o processo de gestão).

Suas políticas institucionais são, portanto, o ponto de partida para as atividades acadêmicas, ou seja, a Instituição fundamenta cada projeto pedagógico de curso da Instituição porque está sintonizado com os diferenciais que surgem através dos novos princípios pedagógicos e com a construção de uma atitude interdisciplinar, na perspectiva de viabilizar práticas que oportunizem a apropriação do conhecimento pelo aluno.

Assim sendo, este Projeto Pedagógico Institucional da Faculdade de Ensino Superior da Paraíba valoriza as relações sócio interacionistas, considerando importante o contexto social do indivíduo, estando, por isso, fundamentado na visão vigotskyana. O PPI da Faculdade de Ensino Superior da Paraíba está organizado com base:

- a) Nos fundamentos metodológicos que estimulam a participação do aluno como elemento responsável pela própria aprendizagem;
- b) Nos novos paradigmas educacionais, os quais harmonizam e valorizam equitativamente teoria e prática e contextualizam as temáticas de ensino;
- c) Na formação profissional consistente do aluno, de modo que atenda as exigências de um mercado competitivo e de uma economia globalizada.

O PPI direciona o aluno, em quaisquer de suas áreas de atuação, para o:

*“aprender a conviver, aprender a conhecer, aprender a ser e aprender a fazer”*

Portanto, as políticas adotadas internamente na Faculdade de Ensino Superior da Paraíba e expostas no Projeto Pedagógico Institucional estão referenciadas:

- a) Na coerência com a legislação para o ensino superior em vigor no país e sintonizado com o PDI e o PPI da Faculdade;
- b) Na realidade socioeconômica da região Nordeste;
- c) Nas perspectivas de crescimento e desenvolvimento do Estado da Paraíba e nas necessidades de seu mercado de trabalho;
- d) No respeito e preservação da histórica da população pessoense;
- e) Na eficácia pedagógica;
- f) Na sustentabilidade institucional.

As políticas institucionais para o ensino, a pesquisa, extensão e a gestão da Faculdade de Ensino Superior da Paraíba estão articuladas organicamente a um projeto de sociedade e de educação que prevê:

- **Atendimento à sociedade** do município de João Pessoa por meio do ensino, da pesquisa e da extensão;
- **Integração com a comunidade** do município através de um trabalho de engajamento político-social, atento às necessidades e às potencialidades da comunidade;
- **Institucionalização do PPI** com os seguintes diferenciais:
  - Ensino de excelência na formação profissional e cidadã;
  - Programas de extensão e pesquisa que asseguram a indissociabilidade das funções da Instituição de Ensino Superior;
  - **Gestão acadêmica** baseada no potencial cognitivo do aluno, índice de desempenho e orientação acadêmica;
  - **Estímulo à ampliação e construção do conhecimento** através da pesquisa, da produção científica, da troca com a comunidade via extensão e da valorização do conhecimento popular;
  - **Desenvolvimento da cooperação** e participação com base no estabelecimento de parcerias e alianças, como forma de enriquecer o fazer pedagógico.

A consolidação do modelo educacional implica revisão contínua dos PPCs, incluindo as matrizes curriculares e o perfil do egresso, já que o mercado de trabalho evolui e o mero cumprimento das DCNs não é suficiente. Esse processo envolve também o redesenho dos objetivos de aprendizagem de cada disciplina, corroborando para o desenvolvimento das competências e a formação do perfil do egresso pretendido. Desse contexto emerge a importância da avaliação como forma de coleta de evidências de que houve aprendizagem.

Para que os objetivos de aprendizagem sejam concebidos de modo a garantir o desenvolvimento cognitivo gradual do estudante ao longo dos anos de formação, a FESP tem como um dos seus pilares a Taxonomia de Bloom, que é estruturada em níveis de complexidade crescente, assim organizadas: Lembrar; Compreender; Aplicar; Analisar; Avaliar; e criar.

Para a FESP o processo avaliativo é parte essencial da aprendizagem, uma ferramenta de acompanhamento para que os objetivos de aprendizagem sejam obtidos, e um processo que deve acontecer ao longo da prática educativa e não apenas ao final do processo. Nesse sentido, às avaliações somativas, que compõem a nota do estudante, acrescentam-se as avaliações formativas. O aspecto mais importante desta última é o feedback que o estudante recebe do professor permitindo ao mesmo monitorar seus progressos com autonomia. Por isso a cultura da avaliação é tão importante.

No planejamento das experiências de ensino-aprendizagem, é esperado que o docente conceba experiências de ensino-aprendizagem que permitam ao estudante passar pela experiência de criação do conhecimento por meio da combinação entre a compreensão e a transformação da experiência, valendo-se de metodologias ativas e de feedback sobre os resultados dos esforços empreendidos.

A FESP vem propagando conceitos de metodologia ativa, de avaliação formativa, de estratégias de ensino, e exemplos práticos de aplicação desta metodologia em salas de aula e demais espaços de aprendizagem, por meio de workshops, palestras e vídeos sobre o tema, buscando multiplicar conhecimentos e práticas com vistas à consolidação do modelo.

Os cursos e os programas oferecidos pela FESP Faculdades, mediante seus projetos pedagógicos específicos de cursos, são organizados de modo a propiciar

aos profissionais em formação conhecimentos, habilidades e atitudes capazes de permitir-lhes a uma formação de qualidade e consequente inserção no mercado.

### **3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA**

O processo educacional empreendido pela Faculdade de Ensino Superior da Paraíba ultrapassa o caráter tecnicista – limitado ao mercado – para alcançar a esfera do desenvolvimento humano. Isso pressupõe formar cidadãos e cidadãs com competência técnica e política para viver de forma ética, solidária e participativa.

Assim, o ensino é mais que o desenvolvimento de competências e habilidades para o exercício de uma profissão. Antes, é um processo que, pressupondo a efetivação de aprendizagens requer a interação entre alunos e docentes; um equilíbrio entre o aprendizado de saberes, técnicas e tecnologias; o aprendizado do que é essencial à vida humana, mediante situações que ponham em confronto a pluralidade de ideias, de valores e de culturas, estimulando-se o respeito à diversidade, o espírito de curiosidade e a autonomia intelectual do estudante.

Sob esse prisma, a aprendizagem, essencialmente dinâmica, pressupõe um aluno envolvido afetiva e intelectualmente com seu curso, com seus estudos, com suas práticas. Em síntese, é ele próprio o sujeito da sua aprendizagem.

As diretrizes didático-pedagógicas da Faculdade de Ensino Superior da Paraíba contemplam, pois, os desdobramentos para a efetivação das políticas institucionais relativas ao ensino, à investigação e à extensão. Essas diretrizes estabelecem, portanto, as linhas norteadoras para os processos educativos e de formação profissional do estudante, cuja finalidade é contribuir para o desenvolvimento local e regional.

Outro instrumento, utilizado pela Instituição para estimular a qualidade do ensino, refere-se à oferta de monitorias, oficinas de nivelamento aos estudantes. Dessa forma, minimiza as dificuldades apresentadas por seus estudantes, auxiliando-os em um melhor aproveitamento para seu percurso de formação. As referidas atividades possuem regulamentação própria.

A efetividade das metodologias, utilizadas pelos docentes, requer que se reconheça a possibilidade de o estudante aprender através da construção do próprio conhecimento na condição de protagonista e requer uma visão de mundo compatível com tal construção. Nesta perspectiva, as propostas metodológicas, adotadas pela Instituição, buscam ensinar aos estudantes o caminho para encontrar soluções realistas para os problemas, através da procura de informação e aprendizagem em

qualquer fonte, além dos professores e dos textos. As tecnologias de informação e comunicação subsidiam as propostas metodológicas da FESP, as quais oportunizam a interação entre estudantes e docentes, mediante o uso de ferramentas tecnológicas nas atividades acadêmicas.

Neste contexto, há o reconhecimento da existência das áreas de conhecimento, mas privilegia-se o diálogo interdisciplinar, estabelecendo mediações e conexões. Dessa forma, o corpo docente da FESP assume o desafio de orientar e acompanhar atividades, para promover situações que possibilitem experiências significativas de aprendizagem.

A Gestão Pedagógica trata das referências e diretrizes para a formulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC's) da FESP. A Política de Ensino está proposta, tendo como base as Dimensões do SINAES, no sentido de aproximar os cursos de graduação dos indicadores do Ministério da Educação para o ensino superior e, efetivamente, articulado ao PDI, bem como ao Projeto Pedagógico Institucional.

A proposta curricular dos cursos contempla a perspectiva da transversalidade entre as disciplinas, parte da aprendizagem significativa, a qual provoca a reflexão constante e prioriza a experiência prática na relação com a teoria, as vivências e os estágios. Para tanto, a organização curricular dos Cursos da FESP é semestral e prevê atividades teóricas, práticas, vivências e estágios, conforme orientação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's). As atividades de estágio garantem a supervisão, conforme orientação específica da área, avaliando a viabilidade dos cursos.

A avaliação é compreendida como um processo da aprendizagem e, que favorece o desenvolvimento do sujeito e, por isto mesmo, indissociável da dinâmica de ensino e aprendizagem, presentes no processo de construção do conhecimento. Essa concepção formativa considera o processo de construção dos saberes pelo estudante, a partir dos diferentes caminhos percorridos, sob a mediação docente. A avaliação, orientada pelos objetivos de cada curso e disciplina, bem como pelas competências e habilidades a serem desenvolvidas no percurso acadêmico, é entendida como dialógica, participativa e processual.

O estágio curricular é uma atividade acadêmica obrigatória e planejada, de acordo com as DCN's e o currículo de cada curso de graduação. Quando

componente curricular determinante na formação profissional, o estágio curricular oportuniza ao estudante a atuação nas áreas profissionais, contemplando o inter-relacionamento entre conhecimentos, habilidades e atitudes.

As atividades complementares compõem o currículo dos cursos de bacharelado, como componente curricular obrigatório, e tem sua carga horária definida, conforme as DCN's.

Constituem, também, importante espaço para a flexibilização dos currículos. As Atividades complementares, Estágios Supervisionados e Trabalhos de Conclusão de Curso possuem regulamentação própria de acordo as especificidades de cada curso e legislação vigente.

### 3.1 PERFIL DO EGRESSO

O perfil do egresso da Faculdade de Ensino Superior da Paraíba abrange 02 (duas) dimensões interligadas: a humana e a profissional.

Na dimensão humana, as atividades curriculares e pedagógicas devem ser desenvolvidas de tal modo que o egresso seja capaz de:

- a) acompanhar as mudanças do seu tempo de forma crítica;
- b) ser solidário e atuante no seu ambiente social e de trabalho;
- c) intervir, responsavelmente e com humanidade, em situações que promovam o bem-estar das pessoas e a preservação do *meio ambiente*;
- d) *manter-se bem informado*;
- e) demonstrar curiosidade intelectual, iniciativa, autonomia, espírito empreendedor;
- f) atualizar-se continuamente;
- g) ser ágil nas iniciativas;
- h) conviver harmoniosamente, respeitando a diversidade e a pluralidade;
- i) analisar e utilizar, ética, apropriada e agilmente, as informações.
- j) Na dimensão profissional, a dinâmica dos cursos deverá promover atividades que possibilitem ao egresso ser capaz de:

- k) transitar, com segurança, na própria área de atuação profissional e em áreas afins;
- l) manter-se informado e atualizado sobre os novos conhecimentos gerados na sua área profissional;
- m) pesquisar sobre questões que tenham articulação com o seu campo profissional;
- n) avaliar-se contínua e criticamente;
- o) buscar qualidade no que faz;
- p) saber trabalhar em equipe;
- q) estabelecer relações entre a prática e a teoria;
- r) demonstrar uma visão geral dos processos de trabalho que desenvolve.

Esse perfil é construído no dia a dia de cada curso, no qual a vivência de situações reais de trabalho deve perpassar todo o fazer pedagógico. Isso garante ao aluno a sintonia de sua formação acadêmica com o mercado, permitindo-lhe, através de estudos de casos, apropriar-se de processos e procedimentos profissionais como forma de consolidar uma formação calcada na reflexão, no intercâmbio das ideias e na participação em iniciativas construtivas. A sala de aula se transforma, assim, em oficina acadêmica e local de construções coletivas, monitoradas por novas concepções e por um referencial didático moderno.

O papel dos alunos deixa de ser passivo para ser ativo nas diversas situações de estudo. Essa mudança é evidenciada pela postura pedagógica que prioriza a boa informação e a capacidade crítico-analítico, contribuindo para a formação integral, com o mesmo grau de interesse tanto para aquisição de conhecimentos como para atitudes e habilidades.

### 3.2 PERFIL DOS CURSOS

Os cursos procuram contemplar os princípios da UNESCO, expressos nos quatro pilares da educação (saber aprender, fazer, conviver e ser). Eles compreendem um conjunto de disciplinas que obedecem às diretrizes curriculares e de formação complementar, necessárias para as respectivas áreas do saber,

destinadas à obtenção de graus acadêmicos que assegurem condições para o exercício de atividades profissionais.

Persegue-se a formação de profissionais com uma visão crítica da realidade, capacidade analítica, habilidade para a investigação científica e tecnológica e que sejam comprometidos com a inclusão, o respeito à diversidade cultural e o cuidado socioambiental, com vistas a uma ação transformadora da sociedade.

A qualidade do processo de ensino-aprendizagem se concretiza, através de uma ação integrada entre teoria e prática; da otimização dos currículos; da qualificação do corpo docente; dos estágios, como meio eficaz de confronto e interação com o contexto; da pesquisa bibliográfica e de campo, como meio de aprendizagem; da incorporação da informática no processo de formação profissional; e de outros, de ordem acadêmico-pedagógica.

Os cursos, da FESP, se enquadram nas seguintes modalidades:

- ✓ **Bacharelados:** objetivam uma formação acadêmica ampla, admitindo, todavia, ênfases profissionais específicas, considerando que estas devem estar assentadas em sólidos conhecimentos nas diversas áreas do saber, relacionados com cada profissão;
- ✓ **Tecnológicos:** objetivam oferecer, prioritariamente, a preparação para a prática profissional;
- ✓ **Extensão:** são atividades e/ou cursos breves, que visam à capacitação específica em determinadas áreas de atuação profissional; e
- ✓ **Pós-graduação:** são cursos elaborados, conforme legislação vigente, objetivando a especialização de profissionais graduados em diferentes áreas do saber que desejem investir em formação continuada.

No que concerne ao perfil dos cursos, no que diz respeito a currículos inovadores, entende-se que estes possibilitam a formação de profissionais preparados para enfrentar, com dinamismo e competência, as demandas socioeducacionais da contemporaneidade. Todas as matrizes curriculares dos cursos da FESP possuem direta relação com a missão da Instituição, uma vez que contemplam, em seus currículos, disciplinas, com foco no empreendedorismo e no desenvolvimento de competências, pautadas na autonomia discente.

Nesse contexto, os projetos pedagógicos, como instrumentos para assegurar a dinâmica dos cursos, são construídos com base em currículos organizados na perspectiva da formação integral humana, com conteúdo que atendam às necessidades locais e globais. A estrutura curricular dos cursos atende às diretrizes curriculares nacionais e adequa-se à realidade social, bem como ao princípio da flexibilidade, para a formação de profissionais de excelência.

Em se tratando da formação do corpo discente, os cursos, ofertados pela FESP, têm como eixo norteador a adoção de práticas pedagógicas diferenciadas. Prima pelo desenvolvimento de competências<sup>1</sup> (conhecimentos, habilidades e atitudes) e pela união entre teoria e prática desde o primeiro semestre dos cursos. Isso porque a memorização, típica de processos produtivos rígidos, passa a ser substituída pela capacidade de usar o conhecimento científico de todas as áreas para resolver novos problemas de modo original. Busca-se, com isso, promover práticas pedagógicas diferenciadas.

### 3.3 SELEÇÃO DE CONTEÚDOS

Os currículos são estruturados a partir de núcleos temáticos que oferecem ao aluno:

- a) uma concepção humanista e técnico-científica, considerando as relações teoria-prática, e
- b) os conhecimentos transversais que passam pela contextualização social, política e econômica e asseguram a flexibilização curricular.

O currículo integrado e flexível estimulado na FESP incentiva atividades de autodesenvolvimento e oferece oportunidades de transformação do saber estabelecido, concentrando-se em conteúdos significativos que possibilitam a aquisição de habilidades e de atitudes como parte mais importante do processo educacional, que devem ser trabalhadas em momentos de interação teoria-prática, nas atividades específicas de treinamento, projetos comunitários, ultrapassando os limites da informação pela informação e possibilitando ao futuro profissional

---

<sup>1</sup> Sobre o tema, ver KUENZER, Acacia Zeneida. O que muda no cotidiano da sala de aula universitária com as mudanças do trabalho? *In Temas e textos em metodologia do ensino superior*. Sérgio Castanho, Maria Eugênia Castanho (orgs.). Campinas, SP: Papirus, 2001, p. 18.

reconhecer a forma de buscar e avaliar essa coleta de dados, contextualizando-a e tornando-a relevante para as relações sujeito-mundo.

Busca-se promover a organização e definição dos conteúdos de forma participativa, desenvolvendo reuniões de planejamento e trabalhos em grupos, considerando a necessária atualização e as peculiaridades regionais.

Nessa linha de pensamento, o componente curricular passa a ser visto como parte de um projeto temático, integrada por ações interdisciplinares, planejada de forma dinâmica, que propicia a indissociabilidade das funções básicas da academia: ensino, pesquisa e extensão.

A sistematização do conhecimento deve possibilitar o desenvolvimento de temas geradores, que permitam uma visão holística do conhecimento, a construção de competências e a formação do pensamento científico.

A oferta de componentes curriculares deve ocorrer em blocos semestrais, considerando: conteúdos afins, o intercâmbio, a cooperação e a policompetência; projetos integradores, elaborados pelos professores de forma a atender aos objetivos e a concepção interdisciplinar.

Os temas transversais que objetivam a preparação para o exercício pleno da cidadania, também trabalhados nos componentes curriculares dos projetos de todos os cursos, permitem discutir conceitos e valores que devem permear a formação do homem. Os temas transversais trabalhados atualmente nos projetos pedagógicos são: ética; responsabilidade social; educação ambiental; diversidade cultural, formação política, direitos humanos.

### 3.4 SISTEMÁTICA DE ATUALIZAÇÃO CURRICULAR

A atualização curricular dos cursos da FESP é concebida a partir da integração dos diferentes suportes da gestão da aprendizagem como trabalho, ciência e tecnologia, observando os princípios da flexibilização, autonomia, interdisciplinaridade e contextualização, visando tornar o estudante corresponsável pela sua formação e conduzi-lo ao permanente desenvolvimento de habilidades, competências e atitudes específicas do perfil profissional definido no Projeto Pedagógico de cada curso, com base nas seguintes diretrizes:

I. sintonia com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e com as demandas do mercado e da sociedade;

- II. desenho curricular estruturado com base na formação cidadã e profissional do egresso;
- III. currículo semestralizado, flexível, integrador e abrangente;
- IV. vínculo permanente entre o mercado de trabalho e a prática profissional; e
- V. ensino contextualizado que supere a dicotomia teoria e prática.

O currículo é amplamente discutido, nas reuniões do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e Colegiado de Curso com a representatividade discente. Respeitando as diretrizes acima são consideradas, ainda, na atualização curricular as transformações tecnológicas que influenciam cada área e profissão, as orientações de órgãos de classe, os resultados das Avaliações Institucionais internas e externas dos cursos e os resultados do Exame Nacional de Avaliação do Desempenho do Estudante (ENADE).

Tendo em vista as atuais exigências de um mercado internacionalizado, necessita-se de plena capacidade operacional e conceitual, portanto, antes de se estabelecerem os conteúdos a serem ministrados em um curso, são levantadas as habilidades que, no transcorrer do processo ensino-aprendizagem, construirão a competência do profissional.

A noção de competência é a expressão de um conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores harmonicamente desenvolvidos, caracterizando uma formação. A habilidade é, pois, a ação física ou mental que expressa uma capacidade adquirida. Deste modo, em todo Projeto Pedagógico de Curso estão definidos o conjunto de habilidades que deverão ser desenvolvidas, considerando a formação geral, a formação básica por área de conhecimento e a específica, além das experiências a serem vivenciadas em práticas de estágios e em atividades complementares.

Do ponto de vista do conhecimento geral, as disciplinas contemplam, nos seus programas, uma sólida formação geral, considerando os desafios que os novos profissionais terão que enfrentar no mundo de mudanças aceleradas e as possibilidades de atualização, estimulando a educação permanente ou continuada através do ensino, da pesquisa e da extensão.

Além disso, para a atualização periódica das matrizes curriculares, são consideradas as opiniões dos órgãos de classe de cada categoria, dos egressos e

empregadores, por meio de reuniões e pesquisas. Também são avaliadas as instituições de ensino superior que sejam referência em seus cursos, bem como se todos os itens constantes nas DCN's de cada curso foram contemplados. Em todos os momentos de atualização curricular, o Núcleo Docente Estruturante debate todas estas propostas, formaliza a matriz e repassa para validação do Colegiado de Curso, para a implantação posterior.

### 3.5 ARTICULAÇÃO ENTRE O PDI E A ATUALIZAÇÃO DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSO

Reavaliar permanentemente os projetos pedagógicos dos Cursos de Graduação é um trabalho constante do Núcleo Docente Estruturante (NDE). O Projeto Pedagógico Institucional, sem perder de vista os indicadores das Diretrizes Curriculares Nacionais, devem orientar seu trabalho na reavaliação e reconstrução dos Projetos Pedagógicos. Assim, visa-se ao desenvolvimento da proposta e à sua articulação com a comunidade, assegurando, assim, a formação profissional dos estudantes.

Os elementos, constitutivos dos Projetos Pedagógicos, devem ser sistematicamente discutidos e reavaliados. Esse processo se concretiza através de um trabalho cooperativo entre os membros da comunidade acadêmica, legitimados para tanto. Através das discussões travadas no âmbito dos órgãos colegiados, a Instituição revisará suas práticas periodicamente.

### 3.6 FLEXIBILIDADE DOS COMPONENTES CURRICULARES

As inovações organizacionais trazem formas mais participativas, integradas, grupais, descentralizadas, autônomas, envolventes e flexíveis, chegando a constituir patamares superiores que favoreçam o aperfeiçoamento do trabalho humano. Neste cenário, todas as atividades humanas necessitam se apoiar em uma base de informações confiável e, se possível, cada vez mais completa, necessitando atrelar a capacidade de usar a informação à aplicação de conhecimento ao domínio de procedimentos, ao emprego de habilidades específicas e instrumentais, ao encontro de soluções tecnológicas disponíveis para finalidades determinadas.

Tendo tais considerações em conta, a formação profissional implica desenvolver a capacidade de inovar, de produzir novos conhecimentos e soluções tecnológicas adequadas às necessidades sociais, o que exige muito mais do sistema educacional.

A FESP procura propiciar variedade na oferta de tipos de atividades para a integralização curricular, incentiva a articulação entre atividades desenvolvidas pelo aluno no âmbito acadêmico com aquelas de seu campo de atuação profissional, dá ênfase em atividades centradas na criatividade e na capacidade de buscar novas interpretações às situações propostas. O processo de reforma curricular focado na flexibilização da formação nos cursos de Graduação é passível de uma adaptação permanente a cada nova realidade do mercado. O ideário de flexibilização curricular presente na elaboração das diretrizes curriculares para os cursos de Graduação está intimamente associado à flexibilização do trabalho: articula educação e empregabilidade. Só a formação de profissionais dinâmicos e adaptáveis às rápidas mudanças no mundo do trabalho e às demandas do mercado de trabalho poderá responder aos problemas de emprego e de ocupação profissional. O desenvolvimento dessas multicompetências inclui a identificação de habilidades cognitivas e de competências sociais requeridas no exercício das diferentes profissões, bem como nos diferentes ramos de atividade.

A instituição está atenta a essa realidade e, conseqüentemente, a flexibilidade curricular e da sintonia com a vida e com a empregabilidade, o que é manifesto em suas proposições curriculares. A flexibilidade dos componentes curriculares possibilita liberdade no percurso de formação, dando autonomia ao estudante, para construir seu caminho, seu currículo e sua identidade.

É necessário o entendimento de que tudo o que se faz ou se vivencia em uma instituição de ensino superior é currículo. Sendo assim, não é algo que possa ser entendido como definitivo, mas, como um projeto que se forja no cotidiano, construído reciprocamente pelo professor e pelos estudantes. Sendo assim, a flexibilização faz com que a organização curricular assuma um novo desenho, a partir de uma nova concepção; e o currículo passa a ser concebido como um processo não-linear e rotineiro, no qual as disciplinas deixam de ser verdades acabadas a serem repassadas e transmitidas. Torna-se um espaço de produção coletiva e de ação crítica.

O conteúdo das disciplinas não é mais a “essência” de um curso, tornando-se referências para novas buscas, novas descobertas, novos questionamentos,

oferecendo aos estudantes um sólido e crítico processo de formação. Quando a instituição utiliza tais possibilidades, entende que se efetiva a flexibilização curricular, na perspectiva de um currículo que rompe com a predominância de disciplinas, tendo a transdisciplinaridade como eixo de referência. É, no entanto, essencial que, ao serem selecionadas para fazer parte do percurso curricular, as ações mantenham estreita vinculação com o núcleo epistemológico do curso, a partir do perfil do profissional delineado no projeto pedagógico.

É importante também que essas ações possibilitem ao estudante a vivência de experiências significativas e que deem a eles condições de refletir sobre as grandes questões da atualidade e, a partir da experiência e dos conhecimentos construídos e refletidos, constituir uma formação compromissada com as demandas e os desafios de sua realidade profissional.

A flexibilização curricular, especialmente a dos elementos curriculares, tem constituído, nos últimos tempos, um desafio na forma de conceber e desenvolver o currículo.

O Projeto Pedagógico de Curso, no exercício de sua autonomia, deve prever, entre os componentes curriculares, tempo, para permitir ao estudante incorporar outras formas de aprendizagem e de formação social. A flexibilização do currículo permite ao estudante extrapolar a aptidão específica de seu campo de atuação profissional, bem como construir seu caminho, seu currículo, sua identidade. A flexibilidade, considerando a proposta curricular de todos os cursos da Instituição se materializa na oferta de disciplinas Optativas.

Há, também, flexibilidade intercursos, que facilitará a eventual mudança ou opção por um segundo curso de área de conhecimento comum ou diversa, dado que há disciplinas comuns aos vários cursos que podem ser aproveitadas. A flexibilização busca, portanto, substituir a lógica tradicional de organização dos currículos, viabilizando um novo desenho curricular, decorrente e balizado por um projeto pedagógico, cujo compromisso, no âmbito da Instituição, é ser discutido e construído intensa e coletivamente. A Instituição e, conseqüentemente, os currículos dos seus cursos transformam-se em espaços privilegiados para a reflexão, o debate e a crítica, resgatando o seu compromisso com a sociedade.

A integração da estrutura curricular considera a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a acessibilidade metodológica, a compatibilidade da carga horária total, a articulação da teoria com a prática, a oferta da disciplina de LIBRAS, a articulação entre os componentes curriculares no percurso de formação e os

elementos inovadores ao cumprimento dos conteúdos curriculares e metodologia de ensino.

As matrizes curriculares dos Cursos de Graduação da FESP Faculdades atendem ainda às exigências em relação à flexibilização curricular nos seguintes momentos:

- a. Nas disciplinas eletivas que proporcionam aprendizagens diferenciadas dentro da área;
- b. Nas atividades complementares, escolhidas pelo aluno;
- c. No trabalho de conclusão de curso, cujo tipo e tema será definido pelo aluno;
- d. Nas atividades de práticas, onde o aluno poderá desenvolver atividades relacionadas às suas expectativas profissionais;

### 3.7 PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS

As metodologias devem instaurar o aporte teórico-prático proposto e servir de ferramentas que favoreçam a construção de competências, marcada por atitudes de investigação e busca de oportunidades para aprender, tendo como características principais:

- O currículo integrado, dinâmico e integrador;
- O conteúdo, oferecendo uma gama de oportunidades de aprendizado;
- A oferta de práticas de formação relevantes para a preparação profissional;
- A discussão e análise dos problemas mais evidentes na profissão;
- A avaliação valorizando a capacidade cognitiva, a aquisição de habilidades e competências;
- A interdisciplinaridade como condutor da construção do conhecimento global;
- A aplicação de novas tecnologias como apoio às atividades acadêmicas e ferramentas do processo ensino-aprendizagem;
- As disciplinas organizadas como se fossem verdadeiros cursos, possibilitando a indissociabilidade do ensino, da investigação e da extensão;

- A extensão como parte integrante de disciplinas obrigatórias do curso, visando a integração do tripé (ensino, iniciação científica e extensão) e desenvolvimento semestral dentro da matriz curricular de todos os cursos de graduação da FESP.

A atual política de ensino da Faculdade de Ensino Superior da Paraíba prevê a diversidade de ambientes para a aprendizagem do aluno, assim como inovações no modo de viabilizar o acontecimento dessa aprendizagem. E, se uma das inovações é a atitude interdisciplinar, essa conduz a uma nova função do professor.

Isso porque, ao compartilhar o processo ensino-aprendizagem, o professor abandona o modelo convencional, o qual é visto como centralizador unilateral e que coloca o aluno à margem do processo da construção de sua própria aprendizagem, e passa para atuar como articulador e mediador das oportunidades do conhecer. Os desafios para o professor, sob essa perspectiva, serão maiores, na medida em que ele deverá:

- a) Assumir uma postura de autoridade em sala de aula, possível de ser conseguida somente pela competência, pelo bom exemplo, pelo compromisso com o interesse e aprendizado do discente;
- b) Ir além da simples transmissão de conhecimentos, buscando construir críticas e produzir um conhecimento novo, por meio principalmente da pesquisa e da iniciação científica;
- c) Estimular o uso da Internet e de outros recursos de comunicação interativa;
- d) Diversificar os procedimentos metodológicos, com vistas a que as atividades curriculares sejam relevantes para a formação do aluno, ou seja, possam colocá-lo em contato permanente com pessoas, fatos e fenômenos ocorridos na comunidade e criar possibilidades de iniciativas interdisciplinares;
- e) Adotar procedimentos de avaliação da aprendizagem que motivem o aluno a questionar-se e a questionar o que se passa à sua volta.

No que diz respeito às diretrizes para o ensino de pós-graduação, as estruturas curriculares devem ser organizadas por programas / áreas de conhecimento, com o objetivo principal de desenvolver e aprofundar a necessidade específica por qualificação de profissionais de nível superior, de professores e

pesquisadores, das áreas empresarial, estatal e do terceiro setor. Os programas devem, portanto, capacitar os estudantes de pós em diferentes contextos, num ambiente em permanente transformação, buscando uma abordagem interdisciplinar e integrada aos diversos segmentos da sociedade, com adaptabilidade e flexibilidade diante da inovação.

As atividades de pós-graduação devem ser realizadas em sintonia com a graduação, não só para melhorar esse nível de ensino, mas também para despertar o interesse dos graduandos pela investigação científica.

### 3.8 INCORPORAÇÃO DE AVANÇOS TECNOLÓGICOS

Considerando que a inovação tecnológica se refere ao processo de invenção, adaptação, mudança ou evolução da atual tecnologia para melhorar e facilitar a vida ou o trabalho das pessoas em termos de avanços tecnológicos, a FESP Faculdades incorpora recursos na sua oferta educacional por meio de ações, tais como:

- Sistema de gerenciamento de biblioteca, que possibilita consulta, reserva, empréstimo, devolução e renovação eletrônica e otimiza o tempo de alunos e professores;
- Capacitação de gestores e docentes via ambiente virtual;
- Portal do Aluno, com tecnologia responsiva, que concentra todos os serviços em um único lugar e pode ser acessado de qualquer equipamento com acesso à Internet;
- Portal do Professor, o qual possibilita os registros on-line de presença e resultados de avaliações em qualquer equipamento com acesso à Internet;
- Sistema acadêmico, que envolve demandas de cunho pedagógico-administrativo, administrativo e financeiro, desenvolvido pela Instituição e avaliado e aperfeiçoado periodicamente para atender a novas demandas;
- Disponibilização de recursos tecnológicos para o atendimento educacional especializado, como teclado em Braille e o software NVDA que permite a transcrição da tela do sistema operacional, entre outros;

É estimulado ainda, o uso, entre os docentes, de ferramentas informatizadas que permitam o acesso dos alunos aos textos e outros materiais didáticos em mídias eletrônicas.

A FESP, dessa forma, incorpora de maneira crescente os avanços tecnológicos às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Para tanto, é destinado percentual de sua receita anual para a aquisição de microcomputadores e softwares utilizados em atividades práticas dos cursos oferecidos.

A Instituição incentiva, também, a participação do corpo docente em eventos que abordem temas relacionados à incorporação de novas tecnologias ao processo de ensino-aprendizagem para que disseminem este tipo conhecimento, promovendo as inovações no âmbito dos cursos.

A metodologia tem como principal objetivo oferecer aos professores possibilidades de agregarem valores didáticos às suas aulas, que contribuam para a formação de profissionais qualificados, através da utilização de ferramentas e instrumentos que proporcionam o acesso aos conteúdos programáticos. Ela também deverá propiciar maior motivação ao aluno, pelo uso de materiais didáticos elaborados com o apoio de tecnologias que, através da interatividade e diversidade, darão uma maior dinâmica ao processo de ensino e aprendizagem.

### 3.9 ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO ESPECIAL

No que concerne ao atendimento à legislação especial, os projetos pedagógicos dos cursos de graduação da FESP devem observar, além dos já citados em tópicos anteriores, os seguintes documentos legais:

- a) Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP nº 01/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 03/2004, sobre *Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*;
- b) Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, e Resolução CNE/CP nº 02/2012, que estabelecem diretrizes relativas às *Políticas de Educação Ambiental*;

- c) Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, e Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012, sobre Desenvolvimento Nacional Sustentável;
- d) Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que prevê a inserção da disciplina de Libras na estrutura curricular dos cursos de graduação como obrigatória (cursos de formação de professores) ou optativa (nos demais);
- e) Parecer CNE/CP nº 08/2012, que originou a Resolução CNE/CP nº 01/2012, sobre Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- f) Resolução CNE/CES nº 07/2018, a IES implantará as Atividades Curriculares de Extensão como atividade obrigatória dos cursos, totalizando um percentual mínimo de 10% da carga horária de cada curso.

### 3.10 PROCESSO DE AVALIAÇÃO

O processo de Avaliação do desempenho acadêmico do aluno é acompanhado de forma permanente e contínua. Isso quer dizer que o aprendiz é avaliado desde o início do curso até a defesa do trabalho final de conclusão das atividades acadêmicas, conforme define o Projeto Pedagógico do Curso.

A avaliação acadêmica do aluno é feita por disciplina, considerando-se seu plano (ementa, objetivos de aprendizagem, conteúdos ministrados e referências) e incide sobre a frequência e o aproveitamento da aprendizagem em cada disciplina.

Esse sistema de avaliação, adotado pela FESP Faculdades, disciplinado no Regimento Geral, em consonância com a legislação que rege a educação superior brasileira, e segue abaixo

O aproveitamento escolar é avaliado mediante verificações parciais, durante o período letivo, e eventual exame final, expressando-se o resultado de cada avaliação, em notas de zero a dez.

São atividades curriculares as preleções, pesquisas, exercícios, arguições, trabalhos práticos, seminários, excursões, estágios, provas escritas e orais previstas nos respectivos planos de ensino aprovados pela coordenação do curso.

O professor, a seu critério ou a critério do respectivo Coordenador, pode promover trabalhos, exercícios e outras atividades em classe e extraclasse, que podem ser computados nas verificações parciais, nos limites definidos pelo ConSup.

A apuração do rendimento escolar é feita por disciplina, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento.

Cabe ao docente a atribuição de notas de avaliação e responsabilidade do controle de frequência dos alunos, devendo ao Coordenador de Curso fiscalizar o cumprimento desta obrigação, intervindo em caso de omissão.

É atribuída nota zero ao aluno que usar meios ilícitos ou não autorizados pelo professor em qualquer atividade que resulte na avaliação de conhecimento por atribuição de nota, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis.

A cada verificação de aproveitamento é atribuída uma nota, expressa em grau de zero a dez.

É atribuída nota zero ao aluno que deixar de se submeter à verificação prevista na data fixada.

O aluno que deixar de comparecer às avaliações de aproveitamento nas datas fixadas, pode requerer uma prova substitutiva para cada disciplina, de acordo com o calendário acadêmico e as normas constantes no Manual do Aluno vigente.

Pode ser concedida revisão de nota, por meio de requerimento, dirigido ao Coordenação de Curso, no prazo de cinco dias úteis, após a divulgação do resultado.

O professor responsável pela revisão da nota pode mantê-la ou alterá-la, devendo, sempre, fundamentar sua decisão.

Não aceitando a decisão do professor, o aluno, desde que justifique, pode solicitar ao Coordenador do Curso que submeta seu pedido de revisão à apreciação de outros professores do mesmo curso.

Se ambos concordarem em alterar a nota, esta decisão é a que prevalece, e, não havendo unanimidade, prevalece a nota atribuída pelo professor da disciplina que avaliou a prova, cabendo recurso, em instância final, ao ConSup

Atendida em qualquer caso a frequência mínima de setenta e cinco por cento das aulas e demais atividades escolares, o aluno é aprovado:

I - Independentemente de exame final, quando obtiver nota de aproveitamento não inferior a sete, correspondente à média aritmética das notas dos exercícios escolares realizados durante o período letivo;

II - Mediante exame final, quando tenha obtido nota de aproveitamento inferior a sete e igual ou superior a quatro e obtiver média final não inferior a cinco,

correspondente à média ponderada entre a nota de aproveitamento, com peso seis, e a nota de exame final, com peso quatro.

As médias são expressas em números inteiros ou em números inteiros mais cinco décimos.

É considerado reprovado o aluno que:

I - Não obtiver frequência mínima de setenta e cinco por cento das aulas e demais atividades programadas, em cada disciplina;

II - Não obtiver, na disciplina, média conforme o disposto no artigo anterior.

O aluno reprovado por não ter alcançado frequência ou a média mínima exigida, deve repetir a disciplina no período letivo seguinte.

Podem ser ministradas aulas de dependência e de adaptação de cada disciplina, em horário ou período especial, a critério do Coordenador de cada curso, de maneira presencial ou semipresencial.

O aluno que tenha extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, disciplinados pelo ConSup, aplicados por banca examinadora especial, pode ter abreviado a duração do seu curso, de acordo com a legislação e normas vigentes.

### 3.11 ATIVIDADES PRÁTICAS E ESTÁGIOS

A oferta e a realização do Estágio Curricular Supervisionado na FESP estão em consonância com a Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008, sendo entendida como um ato educativo supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos.

Em linhas gerais, o estágio curricular supervisionado tem como propósito:

- ✓ Oportunizar a complementação do ensino e da aprendizagem – formação técnica, científica, cultural, comportamental e de relacionamento interpessoal do acadêmico;
- ✓ Desenvolver a capacidade de relacionar a teoria e a prática, assim como realizar a articulação entre formação e exercício profissional;
- ✓ Favorecer o relacionamento interpessoal com colegas, professores e equipe, de maneira que o estudante compreenda a importância do trabalho em equipe;

- ✓ Trabalhar a indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa;
- ✓ Oportunizar a vivência da relação teoria-prática e da interdisciplinaridade, através da permanente articulação e complementariedade, possibilitada pelo exercício do estágio que viabiliza a relação entre os conteúdos teóricos, éticos, políticos e culturais dada a intervenção no exercício da profissão;
- ✓ Oportunizar vivência profissional em um ambiente real ou simulado, através da transposição e do aprimoramento de conhecimentos teórico-práticos, característicos do exercício profissional afeto ao curso;
- ✓ Contribuir para a formação do futuro profissional, evidenciando a relação entre o currículo acadêmico e o mundo do trabalho; e
- ✓ Desenvolver habilidades e competências, relativas à formação profissional, através da elaboração do projeto do Estágio Supervisionado e de sua execução;
- ✓ Incentivar o desenvolvimento das potencialidades individuais, propiciando o surgimento de novas gerações de profissionais empreendedores;

Nesse sentido, as formas de articulação da teoria com a prática consistem em elemento estrutural do PPC dos cursos na FESP, na medida em que considera, no currículo dos cursos, tanto as tendências do mundo do trabalho como o desenvolvimento científico, tecnológico e econômico. Em conjunto com esse mundo, para o qual fornece cidadãos éticos e profissionais qualificados, a Instituição avalia os processos de aprendizagem, os programas desenvolvidos, os conhecimentos prévios e os obtidos no exercício da prática profissional, define as revisões curriculares que se fazem necessárias, entre outras ações. Neste elemento estrutural do PPC, é indispensável utilizar o aporte da referência teórico-metodológica que enfoca a relação do conhecimento com o mundo do trabalho.

As disciplinas e/ou atividades que se referem ao Estágio Curricular Supervisionado podem possuir denominação diferente em cada curso. Dependendo do currículo dos cursos, as denominações para essa modalidade variam, podendo ser assim encontradas nos documentos institucionais: Estágio Curricular Supervisionado, Estágio Supervisionado, Prática Jurídica, entre outras possibilidades.

O período de realização dos Estágios Supervisionados, a sua carga horária e as atividades a serem desenvolvidas são definidos pela estrutura curricular de cada curso de graduação e pelo seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC), do qual faz parte o Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado do Curso, definido em consonância com o Regimento Institucional e a Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008.

O Estágio Supervisionado caracteriza-se por ser uma atividade eminentemente prática, desenvolvida pelo aluno em organização privada, pública ou dentro da própria instituição, que deve resultar em uma monografia ou relatório de atividades, acompanhado de uma reflexão. Tal Estágio deverá ser orientado, acompanhado e avaliado por um professor supervisor, pertencente ao corpo docente da FESP.

A critério de cada curso, conforme seu Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado, junto à organização privada ou pública, integrante da mesma, poderá emitir pareceres a respeito das atividades desempenhadas pelo aluno, que serão avaliados pelo professor supervisor, podendo existir o papel de supervisor externo.

Deverá ser observada, por parte do aluno, a carga horária, fixada no termo de compromisso, firmado entre a FESP a entidade concedente e o aluno.

### 3.12 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Em cumprimento ao Plano Nacional de Educação e a Resolução CNE/CES nº 07/2018, a IES implantará as Atividades Curriculares de Extensão como atividade obrigatória dos cursos, totalizando um percentual mínimo de 10% da carga horária de cada curso.

Nos termos da Resolução CNE/CES nº 07/2018, a extensão na educação superior brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Estruturam a concepção e a prática das diretrizes da extensão na educação superior:

- I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;
- II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;
- III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;
- IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico.

São consideradas atividades curriculares de extensão as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas à instituição de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante, nos termos da Resolução CNE/CES nº 07/2018, e conforme normas institucionais próprias.

As atividades extensionistas se inserem nas seguintes modalidades:

- I – programas;
- II – projetos;
- III – cursos e oficinas;
- IV – eventos;
- V – prestação de serviços

A extensão estará sujeita à contínua autoavaliação crítica, que se volta para o aperfeiçoamento de suas características essenciais de articulação com o ensino, a pesquisa, a formação do estudante, a qualificação do docente, a relação com a sociedade, a participação dos parceiros e a outras dimensões acadêmicas institucionais.

A autoavaliação da extensão, na FESP FACULDADES, deve incluir:

- I – a identificação da pertinência da utilização das atividades de extensão na creditação curricular;
- II – a contribuição das atividades de extensão para o cumprimento dos objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional e dos Projetos Pedagógico dos Cursos;
- III – a demonstração dos resultados alcançados em relação ao público participante.

A FESP FACULDADES explicita os instrumentos e indicadores que são utilizados na autoavaliação continuada da extensão.

As atividades de extensão terão sua proposta expostas na matriz curricular, na ementa e nos planos de ensino dos componentes curriculares pré estabelecidos, conforme proposta do NDE do curso e aprovação do Colegiado de Curso.

As atividades curriculares de extensão são sistematizadas, acompanhadas, adequadamente registradas na documentação dos estudantes como forma de seu reconhecimento formativo e devidamente estabelecida e regulamentada em regimento próprio.

### 3.13 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

A Instituição acredita que o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC favorece a geração de novos conhecimentos e a viabilização de novos negócios e oportunidades. Ao discorrer sobre suas diretrizes pedagógicas, o Plano de Desenvolvimento Institucional da Instituição enfatiza o ensino em bases tecnológicas - sem prescindir de valores referentes à formação integral e humanística do indivíduo - destacando a “competência tecnológica”.

Embora o curso seja ofertado exclusivamente na modalidade presencial, a Instituição de Ensino Superior adota de forma consistente e planejada diversas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), integradas ao processo pedagógico, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e com as diretrizes do Ministério da Educação (MEC).

Essas tecnologias não substituem o ensino presencial, mas atuam como ferramentas complementares que potencializam a aprendizagem, promovem a inclusão e ampliam as possibilidades pedagógicas.

Quanto à rede de Internet, a IES possui links de alta velocidade e acesso disponível em todas as salas de aulas e espaços de convivência de todo o campi. Possui também links de redundância de acesso em caso de falhas na malha de fibra ótica.

Para garantir a mobilidade dos alunos na Instituição, a IES provê acesso à internet através de uma rede sem fio de alta qualidade que utiliza a tecnologia wireless, líder mundial em redes sem fio, contribuindo, assim, para uma melhor experiência e aprendizado.

Para alunos com deficiência, a FESP disponibiliza teclados em Braille. Nos espaços utilizados pelos estudantes para uso de computadores, é oferecido o software acessível, que permitem a transcrição da tela do sistema operacional em áudio.

O uso das metodologias ativas, combinadas a diferentes esforços de diversas áreas e setores da Instituição, favorecem o atendimento educacional especializado e permitem que se garanta a acessibilidade em sua magnitude, compreendendo a eliminação de barreiras arquitetônicas, pedagógicas/metodológicas, atitudinais, comunicacionais e digitais. A acessibilidade pedagógico-metodológica é garantida pela eliminação de barreiras nos métodos e técnicas de ensino-aprendizagem, apoiando docentes e discentes nesse percurso. A acessibilidade digital é assegurada por meio do uso de tecnologias que tornem a comunicação e o conteúdo virtual (ambientes de aprendizagem, ferramentas, correio eletrônico, fóruns de discussão, páginas web) acessíveis aos indivíduos que necessitem de interface específica, seja de forma autônoma ou assistida.

Neste sentido, a FESP possui um parque computacional que atende a toda comunidade acadêmica por meios de desktops, notebooks, impressoras e projetores.

A instituição utiliza o Google Classroom, onde os docentes podem disponibilizar materiais didáticos (textos, vídeos, apresentações, links externos) de acordo com o planejamento individual de cada professor. Esse espaço é acessível

24h por dia e representa uma extensão digital da sala de aula, onde o professor pode, por exemplo apresentar avisos acerca da disciplina no mural de avisos.

Plataformas de videoconferência: Ferramentas como Google Meet pode ser utilizada para grupos de estudo orientados, atendimento individualizado ou reuniões pedagógicas, mesmo em um contexto presencial. Isso favorece a flexibilidade e a aproximação entre docentes e discentes fora do horário presencial.

Recursos audiovisuais e interativos em sala de aula: As salas de aula são equipadas com data shows, computadores, caixas de som e acesso à internet, permitindo o uso de vídeos, simulações, infográficos animados, jogos educacionais e apresentações dinâmicas como parte da metodologia de ensino. Aplicativos como Kahoot, é utilizado para avaliações formativas e atividades interativas em tempo real com os alunos.

Biblioteca digital e bases de dados acadêmicas: Além do acervo físico, a instituição oferece acesso a biblioteca digital (E-livro) e bases de dados acadêmicas (como Scielo, CAPES, Periódicos), permitindo que os estudantes realizem pesquisas, leituras e aprofundamentos teóricos em qualquer horário e local com conexão à internet.

Sistemas de gestão acadêmica integrados: A instituição utiliza sistemas digitais para matrícula, lançamento de notas e frequências, acesso a histórico escolar, emissão de documentos e comunicação institucional. Essas plataformas permitem acompanhamento acadêmico individualizado e comunicação transparente com todos os envolvidos no processo educacional.

Capacitação docente em TICs: Docentes são incentivados e formados para o uso pedagógico das tecnologias, por meio de oficinas, cursos e suporte técnico, com o objetivo de garantir que as ferramentas não sejam apenas recursos técnicos, mas instrumentos efetivos de mediação e inovação no processo de ensino-aprendizagem.

Com essas práticas e recursos, a instituição demonstra que, mesmo ofertando atualmente um curso totalmente presencial, promove um ambiente educacional moderno, acessível e interativo, garantindo a execução plena do PPC, a comunicação eficiente entre os agentes envolvidos e o acesso contínuo a materiais e experiências diferenciadas de aprendizagem.

Destaca-se que há o apoio psicopedagógico, o qual é um atendimento de apoio ao discente, previsto na Política de Atendimento ao Discente, que pode ser estendido a todos aqueles que participam da comunidade acadêmica, com o objetivo de avaliar, acompanhar e sanar dificuldades no processo ensino-aprendizagem, especificamente aquelas que levam ao impedimento da aquisição dos conhecimentos, habilidades e atitudes a serem desenvolvidas na formação discente.

## 4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

Na definição das políticas institucionais, a FESP leva em consideração o fato de essas políticas definirem as linhas mestras que orientam as ações dos diferentes segmentos acadêmicos, em consonância com a sua missão, valores e definições estratégicas.

### 4.1 POLÍTICAS PARA O ENSINO DE GRADUAÇÃO

Os cursos da FESP são perpassados pelos seguintes princípios norteadores:

- ✓ **"Aprender a conhecer"**: caracterizado pela busca do domínio dos instrumentos do conhecimento, com a finalidade precípua de descobrir, compreender e fazer ciência;
- ✓ **"Aprender a fazer"**: entendendo-se que, embora indissociável do "aprender a conhecer", o "aprender a fazer" refere-se diretamente à formação profissional, na medida em que trata de orientar o acadêmico a pôr em prática os seus conhecimentos, adaptando a educação à configuração do trabalho na sociedade atual;
- ✓ **"Aprender a viver juntos"**: constitui-se em um grande desafio para a Educação, tendo em vista que trata de ajudar os alunos no processo de aprendizagem para a

participação, a cooperação e, sobretudo, a busca coletiva de soluções para os problemas contemporâneos;

✓ **"Aprender a ser"**: integrando as três aprendizagens anteriores e caracterizando-se pela elaboração de pensamentos autônomos e críticos que contribuam na formulação própria de juízos de valor, forma, assim, um cidadão e profissional decidido e preparado para agir nas diferentes circunstâncias da vida.

Essas diretrizes norteadoras são implementadas por meio de estratégias educativas variadas no pensar e fazer acadêmicos da Instituição que procura gradativamente:

**Construção coletiva**: expressa na intenção e na prática de cada segmento que constitui a Instituição, levando em conta a articulação dialética, diferenciação e integração, globalidade e especificidade;

**Interação recíproca com a sociedade**: caracterizada pela educação e desenvolvimento econômico-social sustentável, reafirmando o seu compromisso como potencializadora da formação humana e profissional;

**Construção permanente da qualidade de ensino**: entendida e incorporada como processual e cotidiana da graduação;

**Integração entre ensino, pesquisa e extensão**: visa à construção de um processo educacional, fundado na elaboração/reelaboração de conhecimentos, objetivando a apreensão e a intervenção na realidade, enquanto uma totalidade dinâmica e contraditória:

✓ Extensão, voltada para os seus aspectos fundamentais: tornar a coletividade beneficiária direta e imediata das conquistas do ensino e da pesquisa, socializando o saber universitário e a coleta do saber não científico elaborado pela comunidade para, estruturando-o em bases científicas, restituí-lo a sua origem;

✓ Desenvolvimento curricular: contextualizado e circunstanciado, expressão da concepção de conhecimento, entendido como atividade humana e processualmente construída na produção da vida cotidiana;

- ✓ Busca permanente da interlocução entre teoria e prática: exige a participação de professores e alunos em atividades de pesquisa e iniciação científica, incorporadas à dinâmica da sala de aula;
- ✓ Adoção de aspectos metodológicos: fundados nos pressupostos da metodologia dialética que concebe a sociedade e a educação como dinâmicas, contraditórias e partícipes da construção das relações infra e superestruturais.

Visando favorecer ao estudante:

- a) O desenvolvimento de suas competências e habilidades pessoais e profissionais;
- b) Procurar e construir o seu próprio conhecimento;
- c) Uma preparação para atender as exigências do mundo do trabalho;
- d) Formação técnica, científica e mais humana do ponto de vista social.

Isso se dará a partir de processos formativo educativo inovadores, visando a uma formação profissional e educação cidadã com foco no aluno e por meio de aprendizagens que utilizam uma pedagogia crítico reflexiva. Portanto, todo o processo acadêmico da Faculdade de Ensino Superior da Paraíba deverá estar voltado para o fortalecimento da educação centrada na autoaprendizagem, na vivência de uma proposta ousada que coloca o aluno diante de situações reais de construção do conhecimento.

Esse processo também comporta os desafios que exigem habilidades e competências desenvolvidas em cada projeto de ensino e segue um modelo institucional que adota como políticas gerais:

### ***I – formação humanista em todas as áreas de conhecimento:***

A aprendizagem é uma ação que pode envolver somente uma ou mais pessoas. Mas o ensinar é uma ação necessariamente coletiva, ou seja, não ocorre sozinha. Sendo assim, o foco do processo ensino aprendizagem da Faculdade de Ensino Superior da Paraíba tem o professor como mediador de saberes e o aluno como responsável pela coleta, organização, transferência e aplicação do

conhecimento. Esse processo coletivo do ensinar/aprender e aprender\ensinar está sendo explorado corriqueiramente em Instituição porque pressupõe responsabilidade coletiva e resulta em aprendizagens significativas.

A preparação profissional e do cidadão exige, destarte, conhecimentos específicos da área humanística. Esses conhecimentos perpassam na Faculdade de Ensino Superior da Paraíba as estruturas curriculares de todos os cursos de todas as áreas.

## ***II – teoria e prática associadas por meio da integração curricular:***

Na Instituição, o ensino de graduação opera dessa forma: os currículos são integrados, centrados no aluno, propondo uma prática profissional diferenciada sintonizada com o mundo do trabalho, com as necessidades sociais e com a proposição de um sistema de avaliação abrangente, cujos indicadores apontam para a nova visão de excelência acadêmica preconizada nos documentos institucionais.

Com uma formação integrada, o Projeto Pedagógico Institucional da Faculdade de Ensino Superior da Paraíba oportuniza um envolvimento maior dos alunos com as disciplinas porque permite o equilíbrio entre os campos teórico (conhecimentos) com a prática (as habilidades), sem esquecer e nem menosprezar a individualidade (as atitudes) e a subjetividade de cada um (os valores).

Essas orientações facilitam a aprendizagem do aluno, passando a mesma a ser vista como um processo contínuo, evidenciada por conceitos significativos desenvolvidos constantemente e não de forma isolada, fragmentada e sem vínculos com a realidade das pessoas.

A integração de currículos tanto pode ser de cursos de áreas de conhecimento afins e até mesmo de conteúdos que ultrapassam essas áreas e se tornam indispensáveis a qualquer formação profissional, como é o caso dos conteúdos de teor humanista.

## ***III – aprendizagem por formação de competências:***

A tradicional aprendizagem praticada a partir de repasses de informação pela informação não garante as inter-relações do indivíduo com a realidade e nem a

inserção desse indivíduo no campo de trabalho. Por isso, pratica-se, na Faculdade de Ensino Superior da Paraíba, uma pedagogia em que a sala de aula funciona como mais um e não o único ambiente dialógico; em que o conteúdo é mediado para o aluno como se fosse mais um problema, devendo o aluno debruçar-se sobre ele, conhecer facetas\nuance e entornas refletir sobre e apresentar soluções para esse problema. Essa pedagogia praticada na Faculdade de Ensino Superior da Paraíba permite que o aluno dê significação ao conhecimento construído e à vivência de sua realidade.

A teorização do processo ensino aprendizagem permeia o mundo da academia e possibilita uma reflexão sobre o seu desempenho e a sua contextualização, como forma de compreender os processos que envolvem o binômio professor-aluno e que buscam resultados significativos, evidenciando que muitas são as formas de ensinar.

Mais recentemente, entretanto, tem se fortalecido o consenso da importância de estimular e possibilitar que o aluno aprenda por si próprio, oportunizando lhe meios e ambientes facilitadores que garantam a construção de novos saberes e a apropriação de experiências.

A Faculdade de Ensino Superior da Paraíba é, portanto, um ambiente multidimensional de aprendizagens, ou seja, motiva o aluno e o conscientiza de que somente ele é responsável pela construção de novos conhecimentos e a transformação desses em atitudes e valores.

Dentro dessa nova postura pedagógica, a Faculdade aposta no ensino para a formação de competências, orientando o aluno a construir um conhecimento próprio, ou seja, a adotar um diferencial que o torne singular. Dessa forma, ele aprende não só a ser o profissional, mas, também, a ser um cidadão integrado à realidade social em que vive. Trata-se de uma política educacional presente na ação pedagógica diária dos conteúdos das disciplinas dos cursos, que favorece a formação integral do aluno. A formação por competência se dá, entre outras maneiras, por meio de: a) propostas interdisciplinares; b) a prática de resolução de problemas e c) a sistematização de processos dialógicos (o aprender a aprender, por exemplo).

#### ***IV – interdisciplinaridade:***

Ao definir a interdisciplinaridade, em todos os níveis de ensino, como uma política interna de ensino, a FESP garante o rigor acadêmico nos seus eixos conceituais e metodológicos, promovendo, ao mesmo tempo, os valores éticos presentes na solidariedade, cooperação, tolerância, abertura diante do novo, no respeito à vida e suas manifestações.

Diante disso, a Instituição faz da interdisciplinaridade uma práxis, na medida em que se baseia na experiência e se serve dela como material a ser retrabalhado teoricamente, tanto na relação professor-aluno quanto na relação de pesquisadores entre si.

A necessidade de romper com a tendência fragmentadora e desarticulada do processo do conhecimento justificam-se pela compreensão da importância da interação e transformação recíprocas entre as diferentes áreas do saber. Essa compreensão crítica colabora para a superação da divisão do pensamento e do conhecimento, que vem colocando a pesquisa e o ensino como processo reprodutor de um saber parcelado, que conseqüentemente muito tem refletido na profissionalização, nas relações de trabalho, no fortalecimento da predominância produtivista e na desvinculação do conhecimento do projeto global de sociedade.

Trabalhar a interdisciplinaridade não significa negar as especialidades e objetividade de cada ciência. O seu sentido reside na oposição da concepção de que o conhecimento se processa em campos fechados em si mesmo, como se as teorias pudessem ser construídas em mundos particulares sem uma posição unificadora, que sirva de base para todas as ciências, e isoladas dos processos e contextos histórico-culturais.

A interdisciplinaridade tem que respeitar o território de cada campo do conhecimento, bem como distinguir os pontos que os unem, e que os diferenciam. Essa é a condição necessária para detectar as áreas onde se possa estabelecer as conexões possíveis. A interdisciplinar impõe que cada especialista transcenda sua própria especialidade, tomando consciência de seus próprios limites, para colher as contribuições das outras disciplinas.

Neste contexto, há o reconhecimento da existência das áreas de conhecimento, mas privilegia-se o diálogo interdisciplinar, estabelecendo mediações

e conexões. Dessa forma, o corpo docente da FESP assume o desafio de orientar e acompanhar atividades, para promover situações que possibilitem experiências significativas de aprendizagem.

A interdisciplinaridade baseia-se na interdependência, na interação e no diálogo permanente entre os vários ramos do conhecimento, e deve buscar a integração do conhecimento num todo harmônico e significativo.

Suas políticas institucionais são, portanto, o ponto de partida para as atividades acadêmicas, ou seja, a Instituição fundamenta cada projeto pedagógico de curso da Instituição porque está sintonizado com os diferenciais que surgem através dos novos princípios pedagógicos e com a construção de uma atitude interdisciplinar, na perspectiva de viabilizar práticas que oportunizem a apropriação do conhecimento pelo aluno.

***V – estabelecimentos de compromissos da Instituição para com a sociedade e do aluno conseguem mesmo:***

Na Faculdade de Ensino Superior da Paraíba, o conhecimento ultrapassa a sala de aula, vai além dos espaços acadêmicos. Todo o processo de formação profissional e pessoal que sustenta o ensino da faculdade é construído em parceria com os alunos e, através deles, chega às comunidades. Isso porque a Instituição, numa iniciativa pioneira, mantém diversos blocos interdisciplinares, além de atividades integrativas e de extensão.

Por acreditar que a formação se faz não apenas para o trabalho, mas pela vivência de novas experiências, os alunos têm a oportunidade de experimentá-las através de projetos e estudos de caso, conjugando noções de responsabilidade social, cidadania, reconhecimento, valorização humana e obtendo um aprendizado que alia reflexões teóricas, conceituais e metodológicas com o agir para transformar a realidade.

## **5.2 POLÍTICAS PARA ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO**

A política da Faculdade de Ensino Superior da Paraíba para o ensino da pós-graduação aponta para o aperfeiçoamento da construção de sujeitos construtores de novos saberes e conhecimento, com maior senso crítico, sensibilidade estética e compromisso político a partir da produção de pesquisa científica. Assim, ação acadêmica da pós-graduação da Faculdade de Ensino Superior da Paraíba pressupõe experiências complexas do aprender a aprender através da apropriação e cruzamento de saberes de diferentes áreas do conhecimento.

A pós graduação da Faculdade de Ensino Superior da Paraíba atua na busca de soluções científicas para problemas sociais, tecnológicos e culturais do município de João Pessoa, que sejam práticas no fazer, rápidas na eficiência e exijam o menor investimento possível.

### 5.3 POLÍTICAS DE EXTENSÃO

A Extensão ocupa posição estratégica no processo permanente de articulação das instituições de ensino superior com a sociedade, integrando as atividades de ensino e investigação científica às demandas internas e externas, constituindo-se em um canal voltado para aprendizagens teórico-práticas, especialmente para os discentes, na medida em que contextualiza as questões científicas com as da sociedade, e, em particular, da comunidade regional e local.

Ao colocar o discente, desde o início de seu curso, frente às necessidades e problemas da comunidade, ofertando serviços, promovendo eventos, divulgando publicações, colocando à disposição da população inovações e conhecimentos geradores de transformações, dentre outras possibilidades, a extensão assume o papel de vetor para a disseminação da ciência e da cultura, para a transferência de tecnologia e inovação e para constituição da vida em cidadania como compromisso social.

Assim, as políticas de extensão na FESP assumem, como pressupostos básicos, que a mesma esteja direcionada para a disseminação da ciência e da cultura, para a transferência de tecnologia e para a constituição da vida em cidadania como compromisso social. A FESP compreende ambas as vertentes – a social e a econômica, cada qual com múltiplos aspectos e especificidades – como

geradoras de transformações da realidade em uma sociedade cada vez mais orientada ao conhecimento.

Desse modo, por meio da extensão fundamentada nesses princípios e instrumentalizada mediante interações e compromissos com a sociedade, articulação teoria e prática e associação com o ensino, investigação científica e inovação, a FESP busca cumprir o seu papel de promover oportunidades voltadas a contribuir para o atendimento a demandas de natureza social, econômica, cultural e ambiental, cumprindo, assim, com sua missão institucional.

Nessa perspectiva, a política institucional de extensão da FESP tem, como linha prioritária, o aprofundamento e o aperfeiçoamento da formação profissional em andamento e do desenvolvimento da cidadania do estudante, mediante o conhecimento e a interação com situações desafiadoras da realidade social do contexto em que está inserido, em quatro eixos de atuação: Desenvolvimento sustentável; Educação e formação cidadã; Novos direitos e novos conceitos; Transferência de tecnologia e inovação.

Os projetos de extensão, propostos por professores, devem constituir-se em elemento ampliador de conhecimentos acadêmicos, estar adequados às políticas e linhas de extensão da Instituição e vincular-se aos projetos acadêmicos de formação profissional do discente, estimulando a participação deste, de forma efetiva, nas relações que a Instituição estabelece com a comunidade.

A FESP mantém Núcleo de Prática Jurídica, com sede no Fórum de Mangabeira, neste município de João Pessoa, cujo objetivo é a formação prática de seus discentes através de atendimento jurídico e acompanhamento processual, supervisionado por professores, à comunidade, gratuitamente. O NPJ mantém dois Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC V e VI), voltados aos processos adequados de resolução de conflitos, voltados a uma nova pedagogia jurídica da cultura de paz, da mediação como meio de solução pacífica e não judicializada dos conflitos sociais. Um dos Centros está voltado exclusivamente para a mediação e conciliação familiar.

Outra estratégia utilizada pela instituição no que tange ao atendimento à comunidade é sua política de arrecadação de alimentos não perecíveis como ingresso para seus eventos e cursos de extensão e a distribuição destes para

instituições beneficentes por entender que o direito à alimentação é o meio mais direto e imediato para a consolidação do princípio da inviolabilidade do direito à vida.

A FESP Faculdades numa atitude de pioneirismo e contribuição à cidadania, desenvolve atividades de extensão voltadas a áreas de interesse social e vulnerabilidade como: meio ambiente e causa animal, idosos, pessoas com deficiência, mulheres, crianças e adolescentes, dentre outros.

Em cumprimento ao Plano Nacional de Educação e a Resolução CNE/CES nº 07/2018, a IES implantou as atividades de extensão como atividade obrigatória dos cursos, totalizando um percentual mínimo de 10% da carga horária de cada curso.

Nos termos da Resolução CNE/CES nº 07/2018, a extensão na educação superior brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

São consideradas atividades curriculares de extensão, as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas à instituição de ensino superior, e que estejam vinculadas à formação do estudante, nos termos da Resolução CNE/CES nº 07/2018, e conforme normas institucionais próprias.

As atividades de extensão terão sua proposta expostas na matriz curricular, na ementa e nos planos de ensino dos componentes curriculares pré-estabelecidos, conforme proposta do NDE do curso e aprovação do Colegiado de Curso.

As atividades curriculares de extensão serão sistematizadas e acompanhadas, com o adequado assentamento e devidamente estabelecidas, em regimento próprio.

As atividades de extensão serão também, adequadamente registradas na documentação dos estudantes, como forma de seu reconhecimento formativo.

### **5.3.1 As ações de extensão podem ter os seguintes formatos**

a) Cursos de Curta Duração (abaixo de 360 horas): Ofertados por meio de demanda contínua espontânea ou por encomenda para públicos específicos, tais como: Cursos de Extensão, Curso Preparatório para o Exame Da OAB, Curso de

aperfeiçoamento, Curso de Português para Juristas, Curso de Formação de Mediadores e Conciliadores Judiciais

b) Fóruns, Seminários e Palestras: Eventos que acontecem no dia-a-dia institucional a partir da mobilização dos núcleos de conhecimento do ensino de graduação e de pós-graduação, tais como: Simpósio de Ciências Criminais (semestralmente), Ciclo de palestras - Semana Nacional de Conciliação; Direito em cena (cujo objetivo é promover à comunidade acadêmica discussões sobre temas jurídicos atuais e de relevância social), Semana Jurídica (Evento do calendário fixo de eventos de extensão da FESP, em comemoração ao mês de fundação dos cursos jurídicos do país e ao Dia do Advogado, com a participação de professores e convidados externos)

c) Ações Sociais: São atividades e programas que acontecem com o objetivo de integrar-se e aproximar-se à comunidade local, compartilhando experiências, conhecimentos e informações voltados a contribuir para a melhoria da qualidade de vida e o empoderamento local: Brinquedoteca do NUMOL (Núcleo de Medicina e Odontologia Legal) – professores, funcionários e alunos doaram brinquedos para a brinquedoteca do NUMOL que contempla crianças vítima de abusos sexuais; Curso preparatório para o concurso da PM/PB; O atendimento do Núcleo de Prática Jurídica, através do Escritório Modelo dos Centros de Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), que atendem gratuitamente os cidadãos que necessitam de assistência jurídica.

Todos os eventos de extensão têm como inscrição alimentos não perecíveis doados para instituições beneficentes no município de João Pessoa;

Dentre as metas da extensão constantes no PDI 2020-2024 e realizadas nesse período, podem ser destacadas:

a) Incentivo à elaboração de projetos de extensão inter e multidisciplinares envolvendo cursos de diferentes áreas do conhecimento;

b) Início da implantação de programa de apoio a projetos integrados de extensão e iniciação científica na Instituição;

c) Ampliação do número de bolsas remuneradas para estudantes destinadas ao Programa de Extensão, em decorrência do aumento do número de cursos e de discentes da FESP;

d) Divulgação dos resultados das atividades de extensão realizadas por docente e discentes da Instituição, com certificação aos participantes;

Em cumprimento ao Plano Nacional de Educação e a Resolução CNE/CES nº 07/2018, a IES implantou as atividades de extensão como atividade obrigatória dos cursos, totalizando um percentual mínimo de 10% da carga horária de cada curso.

Nos termos da Resolução CNE/CES nº 07/2018, a extensão na educação superior brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

São consideradas atividades curriculares de extensão as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas à instituição de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante, nos termos da Resolução CNE/CES nº 07/2018, e conforme normas institucionais próprias.

As atividades de extensão tem sua proposta expostas na matriz curricular, na ementa e nos planos de ensino dos componentes curriculares pré estabelecidos, conforme proposta do NDE do curso e aprovação do Colegiado de Curso.

As atividades curriculares de extensão são sistematizadas e acompanhadas, com o adequado assentamento e devidamente estabelecidas, em regimento próprio.

As atividades de extensão são também adequadamente registradas na documentação dos estudantes como forma de seu reconhecimento formativo.

#### 5.4 COERÊNCIA NO CUMPRIMENTO DAS POLÍTICAS DE ENSINO, INICIAÇÃO CIENTÍFICA E EXTENSÃO

A FESP zela pela coerência entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão com o objetivo de incentivar a interação de diferentes áreas do saber a partir da implementação de um amplo projeto pedagógico e interdisciplinar, A FESP pretende viabilizar a transversalidade na composição curricular dos cursos oferecidos possibilitando, assim, o aprimoramento da articulação entre o ensino de graduação e

as ações da pós-graduação, da iniciação científica e da extensão, proposta nesse Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – destacando ser de extrema importância que os cursos passem por um permanente processo de avaliação institucional em nível interno e externo, para a elevação da sua qualidade.

Para garantir o cumprimento a FESP preconiza a adoção da interdisciplinaridade, objetivando a interação entre áreas distintas do saber e do conhecimento; a busca de clareza e consistência dos procedimentos metodológicos; o foco na interação dialógica da intra-equipe e da equipe-comunidade; o aperfeiçoamento constante da comunicação com o público interno e externo para a divulgação das propostas, políticas e resultados produzidos; a priorização da interface entre as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão; o planejamento de atividades de graduação e pós-graduação de modo articulado para o desenvolvimento de projetos em comum; a articulação das atividades de pesquisa com os cursos de Graduação, Pós-Graduação e Extensão para que estas se concretizem por meio da participação de docentes, estudantes e colaboradores técnico-administrativos e pela utilização da produção científica no ensino e na extensão; e o desenvolvimento de ações extensionistas vinculadas ao processo de formação de pessoas e de geração de conhecimento.

Nesse sentido, direciona para ideias precursoras da política educacional com referência à ética e à responsabilidade social que buscam uma visão atualizada do mundo, como: tendências, possibilidades, desafios, problemas sociais, políticos, ambientais, dentre muitos outros, tudo isso acoplado a uma consciência solidária.

## 5.5 POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

Em uma IES, a qualidade e o resultado estão atrelados, entre outros fatores, à inserção profissional de seus egressos. A Faculdade de Ensino Superior da Paraíba - FESP, considerando a relevância do acompanhamento de seus egressos, propõe a Política de Acompanhamento de Egressos, que tem como foco a atenção voltada para os ex-alunos da Instituição.

A Política de Acompanhamento de Egressos na FESP materializa-se por meio de um plano de ação institucional, que objetiva fortalecer o relacionamento entre os egressos e a Faculdade.

### **5.5.1 Finalidade e aplicabilidade da Política**

I. **Valorização profissional:** o compromisso fundamental de uma instituição de ensino é proporcionar aos seus alunos uma formação inicial e continuada que dê subsídios para a construção de uma carreira profissional exitosa, se constituindo em uma referência e um local de oportunidades;

II. **Relacionamento contínuo:** considera-se ponto de referência na vida do egresso, mantendo com o seu diplomado uma relação de compromisso, mesmo após a sua titulação;

III. **Educação continuada:** através da oferta de condições diferenciadas, busca apoiar a continuidade da formação de seus egressos através de cursos de extensão, pós-graduação lato sensu e stricto sensu e, até mesmo, quando desejado, de uma segunda graduação. O retorno do diplomado à Instituição permite-lhe estar permanentemente em contato com a renovação, ampliação e geração de novos conhecimentos e saberes;

IV. **Institucionalização:** garantir a articulação entre as ações; a continuidade das ações; a sistematização e o registro de procedimentos; o envolvimento dos gestores da instituição; avaliação permanente das ações; a manutenção de registros dos processos e eventos realizados;

V. **Gratuidade:** assegurar ações gratuitas que consistem em auxiliar e preparar o aluno e egresso para interagir com o mercado de trabalho global e gerenciar proativamente sua carreira proporcionando recursos, orientações, experiências internacionais e oportunidades para obter um bom estágio ou emprego;

VI. **Desenvolvimento:** capacitar e desenvolver competências direcionadas ao mundo de trabalho por meio de serviços e suporte aos alunos e egressos.

Assim, busca-se:

- Avaliação da empregabilidade e da participação dos egressos nos ambientes social e econômico, que é realizada por meio de pesquisas anuais;

- Avaliação das contribuições do aprendizado para a empregabilidade e para o empreendedorismo, verificadas a partir de pesquisas que identificam o grau de aderência da posição do estudante no mercado de trabalho em relação a sua formação profissional;
- Incorporação dos resultados avaliativos no conjunto de indicadores que norteiam a melhoria dos currículos dos cursos e da qualidade do ensino.

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico da FESP busca realizar contatos, promover eventos e articular-se com as coordenações dos cursos (de graduação e de pós-graduação), com o objetivo de receber os egressos na Instituição, coletar depoimentos e colocá-los em contato com profissionais, professores e estudantes dos cursos de suas respectivas formações, mantendo assim uma linha permanente a promoção de um relacionamento contínuo entre a Instituição e os mesmos.

Por meio da coordenação de Pós-graduação *latu sensu* são-lhes oferecidas vantagens financeiras caso queiram ingressar em algum dos cursos de especialização ou participar de cursos de extensão ofertados pela Instituição, para atualização e aperfeiçoamento de suas atividades profissionais. A Biblioteca (mediante identificação) e as demais instalações da FESP (mediante agendamento) estão sempre à disposição de seus egressos para a realização de estudos de seu interesse profissional.

Além das ações citadas acima, esta Política é colocada em prática a partir de:

- Sistemática de informações a respeito da continuidade na vida acadêmica e da inserção profissional, coletando e analisando informações que permitam avaliar aspectos relacionados à inserção dos egressos no mercado de trabalho, como condições de trabalho, renda, plano de carreira e continuidade dos estudos;
- Incluindo o egresso em programas ofertados e dirigidos aos discentes;
- Mantendo um banco de dados dos egressos da Instituição, que contenha informações que possibilitem o acompanhamento e a interlocução, bem como a atualização das fontes de comunicação;

- Promoção de encontros, cursos de extensão, e eventos de atualização direcionadas a profissionais formados, incentivando a manutenção de vínculos institucionais e a realização de networking;

A FESP promove o processo de educação de maneira responsável e busca sempre maior comunicação com o egresso viabilizando a formação contínua. Para tanto, oferece cursos de pós-graduação e diversas modalidades de atividades de extensão.

Em 2021 a Instituição realizou o ‘Encontro de Egressos Autores da FESP’ (em forma virtual devido a Pandemia da Covid-19), um momento muito significativo, onde a FESP pôde reunir e parabenizar os egressos que tiveram seus artigos de TCC melhores avaliados e escolhidos para publicação na Revista Científica eletrônica da FESP. Um novo encontro está programado para o ano de 2025.

Semestralmente os Trabalhos de Conclusões de Cursos (TCCS) com melhores desempenhos são publicados nas revistas científicas da Instituição, de modo que o estudante concluinte da FESP, já conclua o com curso, se torne egresso, com uma produção científica emitida junto à FESP.

O vínculo da FESP com seu egresso é estreitado por meio dos eventos acadêmicos, os quais estes são sempre convidados a participantes como palestrantes apresentando são relatos de experiência aos ingressantes do curso e pré egressos, e ao mesmo tempo o curso possui o egresso como membro do Colegiado do curso, representando o segmento de membro externo da sociedade civil do órgão de classe

Em 2023 a FESP recebeu o selo nacional que reconhece o compromisso da instituição com a empregabilidade de seus egressos. Trata-se do IASE 2023 - Indicador ABMES/Simplicity de Empregabilidade, estudo conduzido pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) e pela Symplicity, empresa de solução de software de empregabilidade e engajamento estudantil, com contribuições de Instituições de Ensino Superior (IES's) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A certificação é um importante indicador que destaca instituições focadas em preparar seus alunos como profissionais para o mercado de trabalho. Em 2025 a Instituição participou novamente da Pesquisa de empregabilidade e aguarda os resultados da pesquisa.



## 5.6 POLÍTICA DE INVESTIGAÇÃO, DIFUSÃO DE PRODUÇÃO ACADÊMICA E À PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

Na Faculdade de Ensino Superior da Paraíba, a Investigação e Difusão de Produção Acadêmica e à Participação em Eventos, realiza uma importante missão acadêmica: promove e fortalece os elos entre a sala de aula e o mundo, elos que, de fato, nunca poderiam estar dissociados. Em outras palavras, a pesquisa faz acontecer uma velha demanda de professores e alunos: articular teoria, reflexão crítica e prática sistematizada. Ela tem início como atividade associada ao ensino, inserida nas disciplinas dos cursos com bastante intensidade e nas diferentes modalidades, todas orientadas pelos professores.

A investigação conduz à formação da atitude científica do aluno que se reflete no desempenho de um profissional capacitado a enfrentar os novos desafios, que são a tônica de um mundo globalizado e competitivo.

Os objetivos que norteiam a Política de Investigação e Difusão de Produção Acadêmica e à Participação em Eventos são:

- Apoiar a realização de eventos de Iniciação Científica;
- Aprimorar o espírito analítico-crítico e desenvolver o espírito científico do discente;
- Assegurar a divulgação das ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos por meio de canais diversificados de comunicação e mídia.
- Comunicar o saber através do ensino, de publicações diversas ou de outras formas de comunicação;
- Estimular a difusão das produções acadêmicas na graduação e pós-graduação, promovendo a divulgação dos conhecimentos científicos, didático-pedagógicos, tecnológicos, artísticos e culturais que constituem patrimônio da humanidade;
- Estimular e viabilizar eventos e produções discentes, apoiando as iniciativas dos cursos como: semanas de curso; exposições vinculadas às disciplinas; exposições de Projetos Integradores, Interdisciplinares e Trabalhos de Conclusão de Curso;

- Estimular, independentemente do apoio financeiro, a participação de discentes em eventos científicos para apresentação de seus resultados de pesquisa;
- Fomentar interfaces entre atividades de iniciação científica e extensão;
- Incentivar a busca pela inovação de soluções, com a participação de discentes e docentes em atividades de iniciação científica, tecnológica, artística e/ou cultural;
- Incentivar a organização de eventos;
- Incentivar a participação de estudantes e professores em eventos nacionais e internacionais de iniciação científica, tecnológica, artística e/ou cultural, enriquecendo o processo de ensino-aprendizagem;
- Incentivar o egresso da graduação (desde ainda enquanto estudante) a dar continuidade em seus estudos, por meio de cursos de especialização, na própria FESP (se lato sensu) ou fora dela.
- Incentivar, nos discentes, a produção acadêmica resultante de sua participação em eventos de natureza científica, tecnológica, artística e/ou cultural ou em colaboração com seus orientadores e/ou colegas, objetivando a criatividade e a crítica;
- Preparar o discente para compreender a realidade multifacetada, a complexidade, o dinamismo e a globalidade do mundo de trabalho e, frente a este, posicionar-se sob os pontos de vista científico, tecnológico e humanístico, com integridade, ética profissional e exercendo plenamente seu papel de cidadão na sociedade, visando ainda à capacitação para vivenciar a experiência de intercâmbios educacionais os quais são fornecidos através de parcerias instituições parceiras;
- Prever nos Projetos Pedagógico de Cursos, de acordo com cada área de atuação, a organização de atividades inerentes aos cursos, como visitas técnicas e culturais, que estão alinhadas aos objetivos de aprendizagem das disciplinas.
- Privilegiar a produção e a construção do conhecimento de forma sistematizada e sistêmica, partindo da reflexão, do debate e da crítica, numa perspectiva criativa e interdisciplinar;

- Realizar o monitoramento da produção científica de forma a potencializar as ações.

Alinhada a esses princípios, a FESP entende investigação e difusão da produção acadêmica (científica, tecnológica, artística e cultural), portanto, como um dos fundamentos para o cumprimento da sua missão institucional.

Os docentes e discentes devem contribuir não apenas para a produção intelectual, mas, fundamentalmente, para a geração de respostas a temas relevantes para a ciência, a cultura e a humanização – seja em âmbito local ou global –, propiciando questionamentos críticos e contínuos, gerando novas indagações ou aperfeiçoamento nos achados precedentes. Busca-se, assim, ir ao encontro de uma histórica orientação de educadores e educandos: articular teoria, reflexão crítica e prática sistematizada.

A FESP enfatiza que as políticas institucionais para a investigação e difusão da produção acadêmica (iniciação científica, tecnológica, artística e cultural), são um espaço privilegiado para a consolidação da inovação, socializando o saber produzido e acumulado, visando à construção de desenvolvimento social a partir do empreendedorismo, mediante investigação autônoma e emancipatória, valorizando, assim, a produção artística e cultural como atividade acadêmica.

O planejamento, a organização e a gestão das ações voltadas para a iniciação científica, tecnológica, artística e cultural estão a cargo da Coordenação de extensão e pesquisa da FESP, em parceria com as coordenações dos cursos da Instituição e apoio de sua Direção (Geral e Acadêmica).

## 5.7 RESPONSABILIDADE SOCIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Responsabilidade Social, com o viés da inclusão social está relacionada ao acesso de todos aos benefícios oferecidos pela sociedade, tendo como base o respeito às diferenças, o exercício da cidadania e a dignidade humana. Refere-se, portanto, às questões de igualdade de acesso a bens culturais, tecnologias, informações e serviços, bem como a valorização das expressões culturais, as escolhas religiosas, a diversidade racial e a orientação sexual, sendo o princípio do respeito à diversidade o que mais atende a questão da inclusão social.

A FESP tem como Política de Responsabilidade Social e Educação Inclusiva:

- ✓ Promover a melhoria do desempenho dos alunos, com comprovada deficiência, por meio da oferta de oficinas de nivelamento, voltadas para a correção das dificuldades observadas em sua formação anterior ao ingresso na IES;
- ✓ Realizar acompanhamento sistemático da evasão, buscando equalizar soluções para que os ingressantes possam permanecer nos cursos de graduação;
- ✓ Incentivar a preparação dos concluintes da graduação pertencentes aos segmentos sociais contemplados com o ProUni e Fies, para continuidade de estudos e/ou para o trabalho profissional;
- ✓ Efetivar acompanhamento do desempenho dos estudantes, oferecendo suporte para superação de dificuldades detectadas;
- ✓ Estimular práticas sociais e acadêmicas, fundamentadas no respeito aos Direitos Humanos;
- ✓ Promover a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais, através da oferta das disciplinas institucionais e ações de extensão;
- ✓ Incentivar a participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental, como um valor inseparável do exercício da cidadania;
- ✓ Atuar através de ações extensionistas na promoção de ações, voltadas para problemáticas da comunidade local, prestando serviços à população e incentivando a redução das desigualdades sociais;
- ✓ Desenvolver ações em parceria com o governo local, tendo em vista colaborar com o desenvolvimento humano sustentável, considerando as possíveis contribuições dos cursos da Instituição;
- ✓ Sistematizar o apoio aos discentes, diagnosticados com transtornos do espectro autista, tendo em vista a continuidade de seus estudos, através do Núcleo de Apoio Psicopedagógico - NAP;
- ✓ Incentivar discentes e docentes a assumir papéis de atores ativos nas ações de extensão e pesquisa de responsabilidade social que contribuam para mudanças no desenvolvimento local e regional;

- ✓ Assegurar a inclusão de travestis e transexuais através da possibilidade de serem chamados pelo nome social desejado no espaço acadêmico, com o apoio do Núcleo de Apoio Psicopedagógico;
- ✓ Identificar práticas inclusivas e disseminá-las como forma de fortalecer a inclusão;
- ✓ Garantir o processo de acessibilidade e inclusão referente a estudantes com necessidades educacionais especiais originadas de deficiência intelectual, psicossocial, física, de deficiência visual, auditiva e com transtorno do espectro autista;
- ✓ Incentivar ações e práticas de sustentabilidade que envolva discentes, docentes, administrativos e comunidade, no ambiente econômico, ambiental e social.
- ✓ Fortalecer e ampliar as atividades de atendimento e resolução de conflitos da comunidade de baixa renda pelo Núcleo de Prática Jurídica;
- ✓ Incentivar a realização de eventos, debates, discussões e pesquisas identificando causas sociais relevantes, integrando o valor das ações de inclusão social aos objetivos da instituição.
- ✓ Propiciar a troca de informações sobre as formas de viabilização de ações de inclusão entre a comunidade acadêmica, o setor produtivo regional e a sociedade.
- ✓ Desenvolver projetos voltados para a educação ambiental e demais ações de responsabilidade social e inclusão.

Cabe destacar que ações de promoção cultural, como a Semana Jurídica, a EXPO FESP, Calourada Solidária, dentre outras, estão inseridas de maneira permanente na agenda de atividades desenvolvidas pela Responsabilidade Social junto ao entorno da Instituição.

## 5.8 POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

A Faculdade de Ensino Superior da Paraíba - FESP entende o seu papel como geradora e disseminadora de conhecimento ao estimular a relação com o setor produtivo a fim de promover o desenvolvimento econômico e social. Nesta perspectiva, reconhece que a qualidade da formação que oferta é o meio que os estudantes, ao concluírem os estudos em determinadas áreas específicas, possam entrar mais preparados para o mercado de trabalho.

Além de possibilitar oportunidades de ensino superior, garantindo as possibilidades para que o estudante avance em sua carreira profissional, identificando seus propósitos e alimentando suas perspectivas de futuro, ainda possui a possibilidade da continuidade da carreira com os cursos de pós graduação.

São políticas Institucionais:

I – Fomentar a reflexão fundamentada no conhecimento adquirido dentro do ambiente acadêmico que busque a interação permanente e sistemática com a realidade social.

II – Intensificar as relações da Instituição com os diversos setores da sociedade.

III – Ampliar a implantação de programas, projetos e ações planejadas de responsabilidade social e de sustentabilidade, tanto por meio de iniciativas institucionais quanto pelas atividades acadêmicas e de extensão.

IV – Estimular e promover a articulação da Instituição com órgãos de desenvolvimento econômico do Município com vistas a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Apoiada nas Diretrizes definidas para a Responsabilidade Social, a Instituição assume o compromisso de ser parte constitutiva do desenvolvimento da sociedade e, para isto, considera as demandas que refletem os problemas sociais.

Assim, a Instituição assume a responsabilidade social de contribuir, por meio do conhecimento de tecnologias e da criatividade na prestação de serviços educacionais, para a resolução dos problemas e carências demandadas pela sociedade.

As políticas de desenvolvimento econômico e social estão estabelecidas pela Faculdade de Ensino Superior da Paraíba têm como objetivo principal proporcionar condições de acesso ao ensino superior a grupos historicamente discriminados, tendo como perspectivas básicos direitos e oportunidades iguais para todos os cidadãos. O cadastro no Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e a adesão ao Programa Universidade para Todos (ProUni), por exemplo, viabilizarão mecanismos de inserção e manutenção de alunos de baixa renda.

## 5.9 POLÍTICAS PARA A PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL

São políticas institucionais:

- I – Promover o desenvolvimento de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos na comunidade acadêmica.
- II – Estimular a formação da consciência cidadã e política a respeito das diferenças e as diversidades promovendo ações educativas de combate ao racismo e as discriminações.
- III – Fortalecimento das práticas individuais e coletivas que favoreçam a promoção, proteção e defesa dos direitos humanos.
- IV – Atuar junto à comunidade acadêmica para disseminação e promoção da ética e da cidadania;
- V – Garantir a presença de temas relativos à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística, do patrimônio cultural, da defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico- racial de modo transversal aos cursos ofertados, ampliando as competências dos egressos;
- VI – Efetivar ações que atendam aos assuntos sociais, a formação de lideranças e ao desenvolvimento de oportunidades, por meio de projetos acadêmicos alinhados com o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo;
- VII – Ofertar mecanismos de transmissão dos resultados para a comunidade.

Na FESP, as temáticas abordadas de maneira transversal são: políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos, de educação para a terceira idade, de educação em políticas de gênero, de educação das relações étnico-raciais e histórias e culturas afro-brasileira, africana e indígena, dentre outras.

Esses conteúdos podem ser vivenciados a partir de diferentes estratégias, tais como: atividades práticas, visitas técnicas, projetos de extensão, porém sempre atrelando tais temáticas à área profissional do curso. A FESP compreende que a formação profissional, deve estar atrelada ao desenvolvimento de valores morais e que tal formação, seja capaz de contribuir com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. O perfil do egresso da FESP abrange a dimensão humanística e dimensão profissional interligadas.

Dessa maneira, os projetos pedagógicos dos cursos possuem princípios que se relacionam com os objetivos das temáticas apontadas nos requisitos legais como imprescindíveis nos currículos dos cursos de graduação.

A Educação das relações étnico-raciais para o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como, atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto a pluralidade étnico-racional, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira. (Resolução CNE/CP nº01 de 17/06/2004).

Com relação aos objetivos da Educação e Direitos Humanos está em destaque a promoção da educação para a mudança e a transformação social, promover formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário. (Resolução nº01, de 30/05/2012).

## 5.10 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A sustentabilidade e a preocupação com o meio ambiente configuram um dos pilares da Responsabilidade Socioambiental na FESP. Amparada pela Lei do SINAES, bem como pela Lei nº 9.795 e Decreto nº 4.281, que trata da Educação Ambiental, a FESP norteia sua postura enquanto Instituição socialmente responsável, orientando a abordagem dessa temática em suas ações pedagógicas nos programas de formação.

Dentre os objetivos da Educação ambiental são destacados nos projetos pedagógicos o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos; o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social. (Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 e Lei nº 9.795, de 27/04/1999). São políticas institucionais:

I – Desenvolver na formação acadêmica uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações.

II – Estimular o fortalecimento e a criação da consciência crítica cidadã sobre a problemática ambiental e social, adotando medidas capazes de prevenir, eliminar ou atenuar os efeitos negativos das intervenções no ambiente;

III – Incentivar na formação a participação individual e coletiva na preservação do equilíbrio ambiental como exercício de cidadania.

Os princípios da política de responsabilidade social no âmbito da sustentabilidade perpassam desde a preservação e sustentabilidade do meio ambiente e desenvolvimento sustentável ao desenvolvimento urbano e do desenvolvimento rural focando sempre na educação ambiental.

#### 5.11 POLÍTICAS DE APOIO À MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL

Promover ações de responsabilidade social também envolvem o reconhecimento e valorização da região ou município no qual a IES está inserida por fortalecer a identidade cultural e histórica e principalmente para que as demais ações da IES estejam imbuídas de sentido e que sejam contextualizadas.

São políticas institucionais:

I – Valorização da produção artística cultural como atividade acadêmica.

II – Promoção de eventos artísticos e culturais abertos a comunidade.

III – Promoção e divulgação de conhecimentos artísticos e culturais que constituem patrimônio da humanidade, com a comunicação do saber por meio do ensino, da publicação ou de outras bases de comunicação.

IV – Ampliar a ação em defesa do meio ambiente e do patrimônio cultural.

V – Promover ações de responsabilidade social que envolvam o reconhecimento e valorização da região na qual a IES se localiza, fortalecendo a identidade cultural e histórica da região;

VI – Incentivar o estabelecimento de diálogo com a comunidade interna e externa visando o desenvolvimento de projetos voltados à defesa da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

Integrar a comunidade acadêmica da FESP com as representações culturais mais variadas do município do João Pessoa com atividades de extensão é uma forma de substanciar as ações de diversos tipos na área da cultura sediadas e promovidas pela FESP.

As atividades extensionistas tem como objetivo principal o estreitamento de laços entre nossa comunidade acadêmica e os que admiram e/ou produzem cultura em João Pessoa.

Também tem como objetivo promover e apoiar atividades artísticas variadas de estudantes, professores, funcionários da FESP, bem como da população em geral de João Pessoa. A soma destes dois objetivos aponta no sentido da formação do novo aluno com cada vez mais ligação com a cidadania e claro entendimento do contexto social e cultural que convive.

Além disso, tem oficinas e workshops relacionados aos temas: memória cultural, produção artística e patrimônio cultural, diversidade e meio ambiente têm espaço na FESP sob a forma de eventos, simpósios, encontros e seminários, o que acaba se refletindo nas pesquisas de conclusão de curso dos discentes.

Cabe destacar que as ações voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e as ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial, constituem prática pedagógica valorizada pela FESP, que corroboram para o desenvolvimento de habilidades profissionais, por meio de oportunidades nas quais os estudantes aplicarão seus conhecimentos teóricos em situações práticas, desenvolvendo competências inerentes ao PPC de cada curso e ampliando as competências dos egressos. Além disso, a FESP é signatária do pacto universitário pela promoção do respeito à diversidade, cultura da paz e direitos humanos com plano de trabalho formalizado.

Quando da realização, ao longo do ano, dos diversos eventos internos e externos, envolvendo todos os cursos da Instituição, busca-se, sempre, trazer profissionais, indivíduos, entidades ou grupos locais que possam, também,

compartilhar seus trabalhos, experiências, habilidades e expectativas sobre temáticas associadas à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio histórico e cultural, local e regional.

### 5.13 POLÍTICAS DE GESTÃO ACADÊMICA

O planejamento institucional tem como objetivo dotar a Instituição de um modelo de estrutura organizacional que lhe permita viabilizar a consecução de sua missão, objetivos e metas propostos no PDI. E o modelo adotado de planejamento procura viabilizar a implantação do PDI na perspectiva de uma política construída em uma conjuntura complexa e dinâmica permitindo conviver com as necessidades, tensões, relações de forças e negociações peculiares ao contexto educacional.

A gestão da FESP fundamenta-se em seu PDI e em seu Regimento Geral, que disciplina os aspectos de organização e funcionamento comuns aos vários órgãos e serviços da instituição.

A política institucional de gestão acadêmica da FESP pode ser explicitada, então, com base nos seguintes princípios fundamentais da organização:

- I – unidade de patrimônio e administração;
- II – estrutura orgânica com base em cursos, vinculados à administração superior;
- III – unidade de funções do ensino, iniciação científica e extensão, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes;
- IV – racionalidade de organização com plena utilização dos recursos materiais e humanos;
- V – flexibilidade de métodos e critérios, com vistas às diferenças individuais dos alunos, às peculiaridades locais e regionais e às possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos cursos e programas de pesquisa e de extensão.

O modelo desenhado para a Faculdade de Ensino Superior da Paraíba dispõe de organização formal com estrutura simples, que visa propiciar à administração agilidade e flexibilidade para responder às necessidades da Instituição e às exigências modernas de gestão. Tal modelo permite ainda ampliar a

transparência, a rapidez das respostas e a comunicação entre os segmentos que compõem a dinâmica institucional.

A estrutura organizacional caracteriza-se por níveis hierárquicos responsáveis pela formulação, deliberação e execução das atividades institucionais, que se interpenetram, objetivando a qualidade da formação profissional e da gestão, possibilitando a implantação das medidas propostas e do crescimento institucional.

No que se refere à gestão institucional, esta exige que a função gerencial seja desenvolvida em todos os níveis hierárquicos da Instituição e tenha a capacidade de responder às demandas e às expectativas da comunidade interna e externa; reconstruir, quando se fizer necessário, as ideias e os conteúdos do PDI; acompanhar as mudanças políticas, econômicas, sociais, demográficas e culturais que afetam a Instituição e o ensino superior; aperfeiçoar o processo de avaliação de modo a reunir estudos e orientações que subsidiem cientificamente a decisão e a implementação de medidas que conduzam à execução do PDI.

Os processos de gestão institucional consideram a autonomia e a representatividade dos órgãos gestores e colegiados e a participação de docentes, técnicos, discentes, da sociedade civil organizada. Todos estes colegiados são devidamente regulamentados constando sua atuação, composição, duração de mandatos entre outros.

#### 5.14 POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO

A FESP, através de sua Política Institucional, busca estabelecer um relacionamento ativo e transparente tanto com o seu público interno, por meio da sua comunidade acadêmica, quanto para com a sociedade, considerada como público externo.

Os canais institucionalizados de comunicação interna e externa da Faculdade de Ensino Superior da Paraíba – FESP têm se manifestado de forma articulada com o PPI e o PDI, buscando ouvir as demandas para aprimorar o fluxo das informações e democratizar o acesso às informações e ao conhecimento, com vistas à transparência das relações da Instituição com seu público interno e ao fortalecimento das ações de divulgação institucional, dando maior visibilidade à sua identidade. As políticas e diretrizes para a comunicação estão consolidadas e

garantem a comunicação e a interação com a sociedade. Abaixo as políticas de comunicação:

- I. Constante aprimoramento do fluxo das informações;
- II. Democratizar o acesso às informações e ao conhecimento;
- III. Transparência das relações da Instituição com a Comunidade Acadêmica;
- IV. Fortalecer a divulgação Institucional, dando maior visibilidade a identidade institucional;
- V. Desenvolvimento de mecanismos institucionalizados de comunicação interna;
- VI. Promoção de canais acessíveis de comunicação e sistemas de informação para a interação interna e externa, que possibilitem a divulgação das ações da IES;
- VII. Aperfeiçoamento dos mecanismos definidos para a coleta, sistematização e divulgação da informação, os mecanismos de garantia e precisão na divulgação da informação;
- VIII. Utilização dos serviços de tecnologia de informação e comunicação como mecanismos para garantir que a informação favoreça a articulação entre as distintas áreas da instituição e colaborem com a tomada de decisões;
- IX. Atualização permanente do portal e demais veículos de comunicação da Instituição, bem como, criação de outros meios de comunicação com a comunidade.

As ações de comunicação da FESP promovem a integração entre a comunidade acadêmica e a imagem de credibilidade institucional construída. Suas estratégias alcançam dimensões de avaliação, como a da oferta e implementação do ensino e a da pesquisa e extensão, estando alinhadas com as normatizações.

A comunicação com o público interno estabelece diferentes formas de comunicação que, de maneira democrática, colabora com a disseminação de ações realizadas na instituição, através de: Colegiados de Cursos; reuniões com os Representantes Estudantis de turma. Abrangendo ainda meios como o site institucional e o autoatendimento, documentos normativos, murais, folders e panfletos institucionais, e-mail institucional; contato com a Comissão Própria de Avaliação (CPA); contato com a ouvidoria; diálogo com Setores de Ensino, iniciação científica e Extensão;

Com o público externo, a Instituição busca contribuir para a consolidação de uma imagem de uma instituição que se compromete com a melhoria e o desenvolvimento da sociedade por meio de campanhas publicitárias maiores, constantemente são utilizados TV, rádio, redes sociais, mídias externas e mídias alternativas.

A Ouvidoria é independente e média a interação com a comunidade interna e externa, facilitando o encaminhamento das demandas da comunidade a canais administrativos da Instituição e contribuindo na solução de problemas e melhoria dos serviços, com a manutenção de um diálogo permanente entre esses agentes. Seu funcionamento é fundamental para gerenciar os problemas vistos pela comunidade, facultando o conhecimento do perfil do seu público.

Deste modo, a comunicação na FESP, é entendida a partir de valores como a transferência de suas atividades, buscando trabalhar com a noção de responsabilidade social e respeito às diferenças.

A comunicação com a comunidade interna abrange meios como: o site da FESP; o autoatendimento; documentos normativos; murais, folders e panfletos institucionais; e-mail; sinalização interna e murais informativos; Rede Social FESP; Google Classroom disponível para docentes e discentes; mensagens de texto, vídeo e imagens via celular; ambiente virtual de aprendizagem.

Por meio do site institucional, os técnicos, docentes e discentes acessam, também, o espaço acadêmico, por login e senha individual. Nesse espaço, a comunidade interna tem acesso a informações acadêmicas específicas e ao e-mail institucional, ferramenta que lhe permite enviar e receber e-mails com total segurança e agilidade.

A FESP estabelece ainda diferentes formas de comunicação que, de forma participativa, colabora com a disseminação de ações realizadas na instituição, por meio dos colegiados de curso, reuniões com representantes estudantis de turma contatos com setores da instituição, Comissão Própria de Avaliação (CPA), Ouvidoria e diálogos com demais setores da IES.

As práticas e os meios de comunicação interna também divulgam cursos de graduação e pós-graduação lato sensu, programas e ações da extensão e da iniciação científica, especialmente os resultados das avaliações institucionais

provenientes dos ciclos avaliativos da CPA e das avaliações externas do Ministério da Educação, além dos serviços e informações de apoio acadêmico.

Pelo espaço acadêmico ainda, os discentes e docentes conseguem ter acesso às informações sobre serviços acadêmicos e informações de cunho individual. Esses serviços foram concebidos e disponibilizados com o objetivo de facilitar o cotidiano acadêmico. São eles:

- a) Biblioteca: Pesquisa simples e reserva de exemplares;
- b) Serviços Acadêmicos e Financeiro: Plano de Ensino; Quadro de Horários;

Situação Acadêmica; Estrutura Curricular; Acompanhamento de Digitação de Notas; Solicitação e Acompanhamento de Serviços de Secretaria; Webmail; Avaliação Institucional;

#### 5.15 POLÍTICA PARA QUALIFICAÇÃO CONTINUADA DO CORPO DOCENTE

A FESP entende que a capacitação docente é um dos pilares da melhoria da qualidade do ensino e do aperfeiçoamento didático-pedagógico dos cursos de graduação e pós-graduação.

Sendo assim, a Instituição investe no aprimoramento técnico-pedagógico de seus professores, não medindo esforços para viabilizar iniciativas de capacitação, desde que cumpram duas condições básicas: enquadrem-se nas áreas prioritárias, definidas pela própria Faculdade, e estejam respaldadas pelos aspectos legais inerentes à questão.

As diretrizes básicas da política para o corpo docente da Instituição estão assim definidas:

- ✓ Consolidação de um quadro docente titulado e altamente qualificado que responda em qualidade e quantidade o exercício das funções universitárias no ensino, pesquisa, extensão e cultura, procurando atender aos padrões e indicadores de qualidade fixados pelo MEC;
- ✓ Selecionar profissionais, já titulados e disponíveis no mercado, mediante seleção criteriosa;

- ✓ Manter uma política interna de qualificação de recursos humanos, a partir da avaliação interna semestral, sobre temas estabelecidos através da identificação de demandas da avaliação realizada, e da implementação da oferta de programas de qualificação próprios;
- ✓ Racionalizar os quantitativos de professores, concentrando e disponibilizando maior volume de horas-aula para cada professor dentro dos limites possíveis e viáveis, valorizando e aumentando os ganhos remuneratórios e os níveis de satisfação;
- ✓ Aproveitar, nos treinamentos, cursos e/ou capacitação de pessoal, os docentes especializados em cada área.

#### 5.16 POLÍTICA PARA QUALIFICAÇÃO CONTINUADA DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

A política da FESP voltada à seleção e gestão de pessoas integrantes de seu corpo técnico-administrativo está centrada na busca, qualificação e manutenção de profissionais e pela demonstração de competências e habilidades profissionais aprimoradas, incentivando o convívio harmonioso em um ambiente complexo e plural, a criatividade e a inovação, atributos que, em consequência, contribuirão para a produtividade individual e coletiva, o prazer pelo trabalho realizado e a qualidade dos serviços educacionais prestados à comunidade.

Nessa perspectiva, a FESP orienta que sejam implementadas as seguintes ações institucionais:

- a) O incentivo à formação continuada do corpo técnico;
- b) A oferta de cursos, voltados à atuação específica, a partir das demandas detectadas nas avaliações institucionais;
- c) A oferta de cursos de relações interpessoais, para o bom desempenho profissional;
- d) A atualização de conhecimentos em novas tecnologias;
- e) A elaboração da matriz de capacitação e treinamento do pessoal administrativo do nível técnico e operacional, revisando-a anualmente;
- f) A implementação da oferta de programas de qualificação próprios.

## **6 PERFIL DO CORPO DOCENTE ETÉCNICO ADMINISTRATIVO**

### **6.1 CORPO DOCENTE**

O corpo docente da Faculdade de Ensino Superior da Paraíba é constituído por professores integrantes da carreira docente e por professores visitantes ou convidados, para os cursos de pós graduação *latu sensu*.

A carreira docente da Faculdade de Ensino Superior da Paraíba - FESP compreende os professores que no exercício do magistério superior desenvolvem atividades acadêmicas, sob o regime de trabalho horista, tempo integral e de tempo parcial.

#### **6.1.1 Requisitos de titulação e experiência**

O ingresso na carreira docente da Faculdade de Ensino Superior da Paraíba ocorre com a admissão, sob o regime exclusivo da consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e obedece aos critérios estabelecidos no Plano de Carreira Docente.

O processo de seleção para ingresso na carreira do magistério é realizado por uma Banca Examinadora designada pela CONSELHO SUPERIOR e compreende as etapas de análise curricular, entrevista e prova didática.

Os professores são selecionados entre profissionais de reconhecida idoneidade moral e capacidade técnica, está comprovada por *currículo lattes* observadas as prescrições fixadas sobre a matéria pelo órgão competente, especificamente, pela legislação do ensino superior em vigor e pelo Regimento da Faculdade de Ensino Superior da Paraíba.

Os critérios que norteiam a contratação de professores podem ser resumidos em dez aspectos:

- ✓ Titulação mínima de especialista;
- ✓ Aderência para ministrar aulas nas disciplinas presentes na estrutura curricular dos cursos que oferece;
- ✓ Experiência profissional, docente e fora do magistério;

- ✓ Capacitados para estabelecer boa relação com os estudantes, com os seus pares e com as lideranças acadêmicas;
- ✓ Comprometidos com a educação permanente;
- ✓ Potencial para somar as atividades de pesquisa e extensão as atividades docentes;
- ✓ Comprometidos com a metodologia e com a aprendizagem dos estudantes;
- ✓ Elevada capacidade de comunicação oral e escrita;
- ✓ Relações sociais nas organizações locais.

A contratação de docente é da competência da Entidade Mantenedora, atendendo encaminhamento da Direção. E o docente selecionado, quando contratado, integrará a carreira docente da Faculdade de Ensino Superior da Paraíba.

### 6.1.2 Cronograma de Expansão do corpo docente

Para o período 2025-2029, a FESP planeja uma expansão do seu corpo docente, tanto em termos qualitativos quanto em termos quantitativos. Esta última ocorrerá, principalmente, devido à implantação de novos cursos de graduação. A expansão qualitativa ocorrerá por meio de esforços no sentido de garantir, no mínimo, o atendimento ao critério suficiente do instrumento de avaliação de cursos do INEP, mediante estímulos à capacitação docente.

Os quadros a seguir apresentam a expansão qualitativa pretendida no período 2025/2029, em termos percentuais de titulação e regime de trabalho do corpo docente.

| <b>TITULAÇÃO</b>      | <b>2025</b> | <b>2026</b> | <b>2027</b> | <b>2028</b> | <b>2029</b> |
|-----------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| <i>Doutorado</i>      | 9           | 9           | 10          | 13          | 15          |
| <i>Mestrado</i>       | 7           | 8           | 8           | 20          | 22          |
| <i>Especialização</i> | 3           | 2           | 1           | 4           | 3           |
| <b>TOTAL</b>          | <b>19</b>   | <b>19</b>   | <b>19</b>   | <b>37</b>   | <b>40</b>   |

### 6.1.3 Plano de carreira

O **Plano de Carreira Docente (PCS)** da FESP tem como objetivo estabelecer normas e critérios para o conjunto de cargos e classes estruturados por titulação e outros requisitos onde se enquadra o pessoal docente contratado, representando a política de desenvolvimento de pessoas para o corpo docente, visando ao seu desenvolvimento para alcançar, de forma mais eficaz, os objetivos institucionais. Desse modo, incentiva e cria condições para o desenvolvimento acadêmico dos docentes e promove condições para a instituição atrair e reter professores comprometidos e capacitados.

O PCS Docente da FESP é regido pela legislação trabalhista, pela legislação do ensino superior, pertinentes à vida acadêmica dos docentes, tratando sobre classificação, atividades, regime de trabalho, políticas de remuneração, progressão e ascensão funcional e vantagens.

A carreira docente é composta de duas categorias funcionais. Cada categoria corresponde a requisitos de titulação e regime de trabalho.

**PESSOAL DOCENTE EM REGIME DE TEMPO EFETIVO:** docente com regime de trabalho em tempo integral ou parcial, com jornada de trabalho destinada ao desempenho de atividades inerentes ao ensino, à pesquisa, à extensão e à administração universitária.

**PESSOAL DOCENTE EM REGIME DE HORAS/ATIVIDADES:** docente submetido ao regime de trabalho de hora-aula, com dedicação preferencial às atividades de ensino.

### 6.1.4 Programas de capacitação didático-pedagógica

Reconhecendo o papel chave que o corpo docente cumpre na renovação da Educação, a necessidade de seu aperfeiçoamento ao longo da carreira e buscando atender às questões institucionais, a FESP tem como meta promover a aprendizagem permanente de seus docentes, por entender que esta prática é um requisito de qualidade institucional.

A FESP entende que a capacitação docente é um dos pilares da melhoria da qualidade do ensino e do aperfeiçoamento didático-pedagógico dos cursos de graduação e pós-graduação.

Sendo assim, a Instituição investe no aprimoramento didático-pedagógico de seus professores, não medindo esforços para viabilizar iniciativas de capacitação, desde que cumpram duas condições básicas: enquadrem-se nas áreas prioritárias, definidas pela própria Faculdade, e estejam respaldadas pelos aspectos legais inerentes à questão.

As diretrizes básicas da política para o corpo docente da Instituição estão assim definidas:

- Consolidação de um quadro docente titulado e altamente qualificado que responda em qualidade e quantidade o exercício das funções universitárias no ensino, pesquisa, extensão e cultura, procurando atender aos padrões e indicadores de qualidade fixados pelo MEC;
- Selecionar profissionais, já titulados e disponíveis no mercado, mediante seleção criteriosa;
- Manter uma política interna de qualificação de recursos humanos, a partir da avaliação interna semestral, sobre temas estabelecidos através da identificação de demandas da avaliação realizada, e da implementação da oferta de programas de qualificação próprios;
- Racionalizar os quantitativos de professores, concentrando e disponibilizando maior volume de horas-aula para cada professor dentro dos limites possíveis e viáveis, valorizando e aumentando os ganhos remuneratórios e os níveis de satisfação;
- Aproveitar, nos treinamentos, cursos e/ou capacitação de pessoal, os docentes especializados em cada área.

A Faculdade de Ensino Superior da Paraíba - FESP desenvolve uma programação didático-pedagógica com o propósito de sistematizar estudos e discutir as concepções metodológicas estabelecidas no Projeto Pedagógico Institucional e possibilitar a construção de práticas que asseguram aprendizagens significativas e o melhor desempenho acadêmico.

Para isso, a Instituição conta o NAP (Núcleo de Apoio Psicopedagógico), que atende professores da Faculdade e que orienta, acompanha e avalia as atividades-fim, oferecendo, também, suporte pedagógico ao docente e orientações de estudo aos discentes.

#### **6.1.5 Apoio Psicopedagógico ao Docente**

São objetivos do NAP:

- Criar espaços de discussão que promovam a melhoria das práticas pedagógicas, através do estabelecimento de diálogo crítico-constructivo com permanente processo avaliativo;
- Contribuir para o desenvolvimento de atores participativos e comprometidos com o processo pedagógico;
- Mobilizar maior confiança na organização com o surgimento de sujeitos sociais autônomos;
- Facilitar o surgimento de grupos autorregulados, permitindo a emergência das singularidades, das contradições e mediações;
- Garantir a multidisciplinaridade, desmistificar a ilusão de consensos harmoniosos, na busca de soluções criativas e inovadoras para o processo educativo.

A constante reflexão, a construção de novos espaços educativos, baseados na colaboração em sala de aula, na escola e na comunidade, incluindo todas as formas de saber, construindo um conceito de cidadania que favoreça a solidariedade, a diversidade e a multiculturalidade são etapas de uma longa caminhada. É importante entender que a complexidade da instituição educativa é fundamental nessa caminhada.

O NAP, como parte desse contexto pedagógico repleto de contradições, mas que se pretende democrático, solidário e emancipador, oferece um lugar de reflexão e ação, a partir do qual cada sujeito na sua singularidade possa, individualmente e/ou em grupo, construir sua própria história de maneira harmoniosa.

O investimento nos docentes se faz absolutamente necessário, quando se pretende a contínua melhoria e inovação metodológica. Para tanto, a Faculdade de Ensino Superior da Paraíba - FESP oferece, através do NAP (Núcleo de Apoio Psicopedagógico), uma série de ações voltadas para o seu docente, entre elas destacam-se:

#### **6.1.6 Cursos de Capacitação**

Também através do NAP, são oferecidos cursos para aprimoramento no ensino superior, com turmas ofertadas para os docentes da instituição. Os cursos são oferecidos semestralmente de acordo com a demanda situacional da FESP levantada através de participação em reuniões com docentes e Coordenação de Curso, dentre as temáticas existentes no Plano de Capacitação Institucional, destacamos: Uso das Tecnologias e seus Impactos na Docência, Estratégias Educacionais.

#### **6.1.7 Atendimento/ Orientação Pedagógica**

O NAP se coloca nesse à disposição do docente para estabelecer um espaço de contínuo diálogo e construção, com uma proposta para refletir e agir no universo pedagógico que estamos inseridos e no processo de transformação que queremos. O apoio pedagógico pode acontecer por meio de uma programação de atividades pedagógicas sobre práticas avaliativas, planejamentos por competências, projetos interdisciplinares e tecnologias educacionais.

O NAP desenvolve ações voltadas para a capacitação dos professores como forma de otimizar o desempenho da sala de aula, socializar novas práticas pedagógicas.

Além das atividades realizadas pelos programas especiais, a Instituição realiza oficinas pedagógicas / cursos / encontros pedagógicos para sistematização do projeto institucional, discutindo temas como: Avaliação no Ensino Superior; Novas tecnologias; Educação inclusiva; Atualização currículo lattes, LIBRAS.

O trabalho de qualificação real oportuniza momentos de ação, vivência, reflexão, contextualização e de construção dos saberes profissionais dos professores, incentivando inovações pedagógicas.

As oficinas pedagógicas, minicursos e sessões de estudo são espaços de reflexão e aprendizagem sobre a prática pedagógica. São modalidades de ação que promovem a investigação, que combinam o trabalho individual com a tarefa socializada e buscam a unidade entre teoria e a prática. São estratégias que supõem o aprender fazendo, o pensar, o sentir, o intercâmbio de ideias e a problematização. O seu fio condutor é a ação e a reflexão sobre a ação.

## **6.2 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO**

A política da FESP voltada à seleção e gestão de pessoas integrantes de seu corpo técnico-administrativo está centrada na busca, qualificação e manutenção de profissionais e pela demonstração de competências e habilidades profissionais aprimoradas, incentivando o convívio harmonioso em um ambiente complexo e plural, a criatividade e a inovação, atributos que, em consequência, contribuirão para a produtividade individual e coletiva, o prazer pelo trabalho realizado e a qualidade dos serviços educacionais prestados à comunidade.

Para implementação dessa política, a Instituição busca:

- ✓ Realizar criteriosos processos seletivos para novas contratações, coerentes com tal política;
- ✓ Planejar e acompanhar o desenvolvimento de pessoal;
- ✓ Criar oportunidades de aperfeiçoamento e capacitação para novas atividades por meio de treinamentos no trabalho, cursos de extensão afins com sua área de atuação;
- ✓ Propiciar incentivos para que o corpo técnico-administrativo tenha oportunidades de acesso à formação na pós-graduação e/ou de seus dependentes na graduação.
- ✓ Nessa perspectiva, a FESP orienta que sejam implementadas as seguintes ações institucionais:

- ✓ O incentivo à formação continuada do corpo técnico;
- ✓ A oferta de cursos, voltados à atuação específica, a partir das demandas detectadas nas avaliações institucionais;
- ✓ A oferta de cursos de relações interpessoais, para o bom desempenho profissional;
- ✓ A atualização de conhecimentos em novas tecnologias;
- ✓ A elaboração da matriz de capacitação e treinamento do pessoal administrativo do nível técnico e operacional, revisando-a anualmente;
- ✓ A implementação da oferta de programas de qualificação próprios.

Objetiva-se, com isso, atrair, desenvolver e reter talentos; aumentar o nível de valorização das pessoas; criar sistema de remuneração que reconheça méritos e valores; melhorar o processo de comunicação interno; investir na cultura institucional e no aperfeiçoamento de seus processos; criar agentes integradores do ambiente interno; criar sistemas de procedimentos que aumentem a sinergia entre os órgãos.

O treinamento e a capacitação dos técnicos administrativos contribuem para o alcance de objetivos definidos nos planos institucionais que estão alicerçados no PDI. O Plano Institucional torna-se importante, então, para o aumento da produtividade e qualidade dos serviços oferecidos pela FESP. Para que todo esse procedimento possa proporcionar resultados satisfatórios, faz-se necessário a estruturação do treinamento a partir de uma série de ações planejadas que dizem respeito a definições acerca de recursos instrumentais; objetivo do treinamento; instrutor ou treinador; público alvo; local adequado para o treinamento e época ou horário a ser realizado.

A Instituição incentiva que seus colaboradores continuem seus estudos e adaptam horários e necessidades dos setores.

Treinamentos específicos e técnico-profissionalizantes: Surgem por levantamento de necessidades específicas dos setores ou por demanda individual.

A Área de Recursos Humanos da FESP recebe o relatório da CPA, onde os técnicos avaliam as condições de infraestrutura de trabalho, comunicação institucional, participação em eventos e serviços de uma maneira geral.

Esses treinamentos e ações, em conjunto com capacitações de desenvolvimento, visam não só aprimorar o ambiente de trabalho e oferecer serviços

de qualidade para os públicos interno e externo à Instituição, como também, contribuir para a formação de cidadãos comprometidos com o seu papel social. Objetivam, também, criar oportunidades para que os integrantes do corpo técnico-administrativo da FESP tenham suas habilidades e competências aprimoradas, incentivando-se o engajamento institucional, a criatividade e a inovação, influenciando, em consequência, na produtividade e qualidade dos serviços educacionais prestados pela Instituição à sociedade.

O Plano de Cargos e Salários do Corpo Administrativo (PCS) da FESP constitui-se como um instrumento normativo interno que define e regula a administração de cargos e salários do Corpo Técnico-Administrativo da Instituição, implementando a política de sua valorização em consonância com as necessidades e diretrizes institucionais e com as exigências do mundo do trabalho.

O PCS estrutura-se em três grupos:

- ✓ Auxiliar Administrativo - escolaridade mínima exigida: Ensino Fundamental ou médio;
- ✓ Técnico-Administrativo - escolaridade mínima exigida: Ensino médio ou superior completo e/ou com conhecimentos especializados.
- ✓ Especialista - escolaridade mínima exigida: Ensino superior completo com conhecimentos especializados.

Os funcionários técnico-administrativos são contratados sob regime de trabalho definido na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

O ingresso na Faculdade de Ensino Superior da Paraíba ocorre com a admissão, sob o regime exclusivo da consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e obedece aos critérios estabelecidos no PCS.

Os principais critérios seletivos são: I Escolaridade; II Experiência profissional; III Procedimentos avaliativos: (provas/entrevistas)

| <b>CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO</b> |             |             |             |             |             |
|---------------------------------------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
|                                                               | <b>2025</b> | <b>2026</b> | <b>2027</b> | <b>2028</b> | <b>2029</b> |
| Segmento                                                      | <b>QTD</b>  | <b>QTD</b>  | <b>QTD</b>  | <b>QTD</b>  | <b>QTD</b>  |
| <b>Corpo Técnico- Administrativo</b>                          | 10          | 13          | 15          | 20          | 21          |

## **7 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

### **7.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

A gestão da FESP segue as diretrizes nacionais para a educação superior e as políticas estabelecidas nos documentos institucionais oficiais, destacando-se Regimento Geral, PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional), PPI (Projeto Pedagógico Institucional) e PPC (Projeto Pedagógico dos Cursos). Estes documentos servem de base para todas as outras políticas de gestão implantadas na FESP: resoluções internas, portarias, normas acadêmicas, entre outras. Nesse cenário, encontra-se um organograma implementado e adequado à realização das propostas do PDI, considerando enquanto princípio institucional da gestão assegurar o efetivo funcionamento de órgãos colegiados.

O Regimento Geral da FESP disciplina as relações entre a Mantenedora e a Mantida, delimitando-lhes autoridade e competências, no respeito às respectivas esferas de atuação, assegurando a liberdade didático-científica na esfera de ensino, iniciação científica e extensão.

A estrutura organizacional caracteriza-se por níveis hierárquicos responsáveis pela formulação, deliberação e execução das atividades institucionais, que se interpenetram, objetivando a qualidade da formação profissional e da gestão, possibilitando a implantação das medidas propostas e do crescimento da IES. Essa estrutura permite instaurar processos e decisões ágeis, com participação dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica, possibilitando a cada setor autonomia e responsabilidade pelas decisões adotadas.

A Mantenedora é responsável perante as autoridades públicas e o público em geral pela mantida, incumbindo-lhe de tomar as medidas necessárias ao bom funcionamento, respeitando os limites da lei e Regimento, a liberdade acadêmica do corpo docente e discente e a autoridade própria de seus órgãos deliberativos e consultivos.

Existem canais específicos de conversação dos Coordenadores de Curso e da Diretoria com a Mantenedora para encaminhamento de situações dos cursos e da FESP na área administrativa ou pedagógica.

A organização acadêmico-administrativa da FESP baseia-se em fundamentos que constituem elementos definidores das relações entre a Mantenedora e a Direção da FESP com seus diferentes órgãos de apoio e de gestão: gestão colegiada (os órgãos colegiados contam com representantes de professores, de técnico-administrativos e dos estudantes, eleitos por seus pares, sempre em conformidade com a legislação vigente); descentralização; integração, caracterizada pela articulação e complementaridade entre órgãos e colegiados.

A estrutura da Faculdade compreende:

#### I. Conselho Superior - CONSUP

O Conselho Superior é órgão máximo de deliberação da Faculdade, em matéria administrativa e de ensino, pesquisa e extensão.

O CONSUP é constituído:

I. Pelo Diretor-Presidente;

II. Pelos demais Diretores da Faculdade;

III. Pelos Coordenadores de Curso de Graduação e de Pós-graduação *Lato Sensu*;

V. Por um representante do Corpo Docente;

VI. Por um representante do Corpo Discente, aluno regularmente matriculado em curso de graduação ou de pós-graduação *latu sensu*;

VII. Por um representante do Técnico-Administrativo, sendo representado pela Secretária Geral da IES;

VIII. Por um representante da Sociedade Civil.

A critério do Presidente do Conselho, poderão ser convocados, sem direito a voto, membros de qualquer organismo da Faculdade, sempre que assuntos em pauta o recomendarem.

As sessões do ConSup instalar-se-ão, validamente, com a presença de dois terços de seus membros, e as decisões são tomadas pela maioria simples dos presentes.

Das decisões do ConSup caberá recurso à Mantenedora em matéria administrativa, financeira, orçamentária e de planejamento.

As decisões do ConSup, de teor normativo, são formalizadas em resoluções, assinadas pelo Diretor-Presidente;

## II. DIRETORIA;

É o órgão superior executivo da Faculdade, competindo-lhe coordenar, fiscalizar e superintender todas as atividades técnico-administrativas, bem como zelar pelo cumprimento deste Regimento.

Compõem a Diretoria:

O Diretor-Presidente: atuando como Diretor Geral da IES;

O Diretor Acadêmico é o executivo que superintende, orienta, coordena e fiscaliza todas as atividades acadêmicas da Faculdade;

O Diretor Administrativo é o executivo que superintende, orienta, avalia o desenvolvimento político e organizacional, coordena e fiscaliza as atividades dos órgãos e serviços administrativos da Faculdade;

O Diretor Financeiro é o executivo que superintende, orienta, coordena e fiscaliza as atividades de planejamento, elabora o orçamento geral da Faculdade, bem como o executa;

## COORDENAÇÕES DE CURSO.

A Coordenação de Curso é o órgão de natureza executiva, responsável pelo acompanhamento do ensino, extensão e pesquisa de cada curso da Faculdade, o qual é exercido por um Coordenador, designado pelo Diretor-Presidente.

A administração de cada Coordenação é constituída pelo Colegiado de Curso e pelo o Núcleo Docente Estruturante - NDE.

O **Colegiado do curso** é formado como resultado de eleições com todos os segmentos da comunidade acadêmica que participam, diretamente, da oferta do Curso. E possui a seguinte composição:

O Coordenador do Curso (seu Presidente);

03 representantes do corpo docente;

01 representante do corpo discente;

## 01 representante de entidade profissional

Ao Colegiado de Curso compete:

- I auxiliar a Coordenação do Curso na busca de solução e na adoção de medidas para problemas de natureza acadêmica, didático-pedagógica e disciplinar;
- II fixar o perfil do curso e as diretrizes gerais das disciplinas, com suas ementas e respectivos programas;
- III elaborar a organização curricular do curso e suas alterações com a indicação das disciplinas e respectiva carga horária, de acordo com as diretrizes curriculares emanadas do Poder Público, submetendo à aprovação do Conselho Superior da Instituição;
- IV contribuir para a qualidade do curso no que diz respeito à organização didático-pedagógica, ao corpo docente e à infraestrutura necessária ao seu funcionamento;
- V opinar sobre a programação de pesquisa e extensão na área em que se insere o curso;
- VI definir as disciplinas do curso que podem ser objeto de exame de proficiência em conformidade com as diretrizes normativas institucionais da Faculdade;
- VII definir os critérios de valoração como carga horária de atividades complementares para cômputo acadêmico;
- VIII emitir parecer sobre a valoração nos casos não previstos nos critérios referidos no inciso anterior;
- IX apreciar e julgar a aplicação de sanções disciplinares a membros do corpo docente;
- X decidir sobre aproveitamento de estudos e de adaptações, mediante requerimento dos interessados;
- XI promover a avaliação do curso em cooperação com a Comissão Própria de Avaliação;
- XII exercer outras atribuições concernentes ao bom funcionamento do curso ou que lhe sejam delegadas ou solicitadas.

O Colegiado de Curso se reúne, no mínimo, 02 vezes por semestre e, extraordinariamente, por convocação do seu Presidente ou por convocação de 2/3

de seus membros, devendo constar da convocação a pauta dos assuntos e serem tratados.

Ao adotar um modelo de gestão participativa, com ênfase na dinâmica colegiada, a Faculdade desenvolve uma lógica em que discussões ou decisões relativas a temas acadêmicos e administrativos têm início nos colegiados de curso para, em seguida, serem tratados no Conselho Superior.

O **Núcleo Docente Estruturante** (NDE) é um órgão consultivo e constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua realização do projeto pedagógico do curso e tem, por finalidade, a implantação e desenvolvimento do mesmo.

São atribuições do Núcleo Docente Estruturante do Curso:

- I Elaborar o Projeto Pedagógico do Curso definindo sua concepção e fundamentos;
- II Atualizar periodicamente o Projeto Pedagógico do Curso, atendendo a necessidades socioeconômicas da região, demandas específicas do curso e da legislação educacional;
- III Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo do curso;
- IV Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- V Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação de exigências do mundo do trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento;
- VI Acompanhar e sugerir mecanismos e formas de integralização das Atividades Complementares;
- VII Acompanhar os estudantes em estágios extracurriculares;
- VIII Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos Superiores de Tecnologia e orientações do Catálogo Nacional dos Cursos Superiores Tecnológicos;
- IX. Propor os componentes curriculares a terem parte de carga horária destinadas as Atividades Curriculares de Extensão, assim como apoiar a Coordenação do Curso na avaliação regular quanto à frequência e aproveitamento dos estudantes e

quanto ao alcance e efetividade de seu planejamento, por meio de um processo de autoavaliação.

X. Planejar e acompanhar as ações do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE no âmbito da Instituição.

O NDE deve ser composto por no mínimo cinco docentes do curso, incluindo o Coordenador do Curso, seu presidente, conforme determina a Resolução CONAES nº 1, de 17/06/2010, os quais, participam da elaboração do Projeto Pedagógico do Curso e, conforme compromissos institucionais, participam ativamente do processo de sua implementação, desenvolvimento e atualização.

Tais órgãos colegiados da Instituição possuem regimento próprio, onde constam as normas de composição e recondução, atribuições, periodicidade e registros.

São Coordenações ligadas e subordinadas à Coordenação do Curso:

I – Coordenação de Monitoria e Estágio;

II – Coordenações de Práticas Jurídicas.

Os princípios da gestão visam:

- À excelência, decorrente da Missão da FESP;
- À sustentabilidade; e
- À educação continuada, para propiciar oportunidades de disseminação de conhecimentos.

Suas diretrizes advêm do PDI e PPI e coexistem nas normas emanadas dos Colegiados Superiores. Auxiliam nisso o calendário acadêmico e o regimento geral, onde constam as normas e prazos do ano letivo.

## 7.2 DAS RELAÇÕES ENTRE A MANTENEDORA E A FACULDADE

A Mantenedora é responsável pela Faculdade, perante as autoridades e o

público em geral, incumbindo-lhe tomar as medidas necessárias ao seu bom funcionamento, respeitados os limites da lei e deste Regimento, a liberdade dos corpos docente e discente e a autoridade própria de seus órgãos deliberativos e executivos e a sua autonomia didático-científica.

Compete precipuamente à mantenedora prover de adequadas condições para o funcionamento das atividades da Faculdade colocando-lhe à disposição os bens imóveis e móveis necessários, de seu patrimônio ou de terceiros a ela cedidos e assegurando-lhe os suficientes recursos financeiros para o custeio, investimentos em expansão, pesquisas, laboratórios e atividades de extensão.

À mantenedora reserva-se a administração orçamentária e financeira da Faculdade, podendo delegar, no todo ou em parte, a gestão dos recursos previstos em orçamento à mantida, permitindo à mantenedora o poder de vetar deliberações do colegiado máximo ou de órgão administrativo que implique em aumento de despesa.

Fica na dependência de aprovação, por parte da Mantenedora, a adoção, no âmbito da Instituição, das seguintes medidas:

- I. Aprovação orçamentária;
- II. Fixação de anuidades, taxas e emolumentos escolares, respeitada a legislação vigente;
- III. A assinatura de convênios, contratos e acordos;
- IV. As decisões dos órgãos colegiados que importem em aumento de despesas ou redução de receita;
- V. Criação, ampliação, incorporação, desmembramento, suspensão e fechamento de cursos, habilitações e órgãos especiais, suplementares e de apoio;
- VI. Proposta de contratação e dispensa, nos termos e normas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), do pessoal integrante do Corpo Docente e Técnico-Administrativo;
- VII. Fixação de política financeira e salarial, observadas as normas dos órgãos competentes.

Compete à Mantenedora designar, o Diretor-Presidente, competindo-lhe, ainda, a contratação do pessoal docente e técnico-administrativo da Faculdade.

O Diretor-Presidente é o articulador do processo de relacionamento da Instituição com a sua Mantenedora e suas atribuições estão definidas neste Regimento. Cabe ao mesmo a designação dos ocupantes dos demais cargos ou funções de direção, chefia, coordenação ou assessoramento da Faculdade, ouvida a Mantenedora.

A Mantenedora, respeitadas as prerrogativas legais que regem as instituições de ensino superior, especialmente no que se refere ao princípio da autonomia acadêmica, responde pela FESP perante as autoridades constituídas e a comunidade externa.

### 7.3 RELAÇÕES E PARCERIAS COM A COMUNIDADE, INSTITUIÇÕES E EMPRESAS

A Faculdade de Ensino Superior da Paraíba mantém atividades e serviços de extensão à comunidade, articulados com o ensino e a pesquisa, para a difusão de conhecimentos e técnicas pertinentes às áreas de seus cursos.

É meta de a Instituição participar, significativamente, do processo de crescimento da região, em sintonia com os diferentes padrões de desenvolvimento oriundos da evolução natural da sociedade e de seus avanços estrutural e tecnológica, e pautada pela afirmação e valorização da cultura local perante as circunstâncias decorrentes da globalização da economia.

A Faculdade de Ensino Superior da Paraíba mantém convênios com entidades e instituições da região, com o objetivo de promover o intercâmbio de experiência nas áreas científica, técnica e cultural, bem como, nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e de formação de pessoal.

A Instituição busca, também, por meio da celebração de convênios, a parceria com órgãos públicos, instituições, empresas e profissionais da região para a realização de estágios, promovendo a inserção dos alunos no mercado de trabalho.

Assim, no esforço de contribuir adequadamente para a ampliação da qualidade de vida da população local e para o desenvolvimento regional, a Faculdade de Ensino Superior da Paraíba se empenha em estabelecer parcerias que permitam aprofundar as relações que pretende construir com a comunidade por meio de suas instituições e empresas.

## 8. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

### 8.1 FORMAS DE ACESSO

As formas de acesso estão disciplinadas no Regimento da Instituição envolvendo normas sobre processo seletivo, matrícula, transferência e aproveitamento de estudos.

### 8.2 PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO

#### a) Programas de Apoio Pedagógico

A **Secretária Geral** está à disposição dos estudantes para dirimir dúvidas quanto a notas, faltas, controles de frequência e providenciar documentos referentes à sua situação acadêmica, como atestados, históricos, declarações, certidões, diplomas e outros, que devem ser solicitados, de forma online, ou pelo portal do aluno. A expedição de quaisquer documentos é feita no prazo determinado.

Os estudantes são orientados a notificá-la quando houver alteração de endereço, número telefônico ou qualquer outra informação cadastral, utilizando o ESPAÇO ACADÊMICO através de seu *login* pela *Home Page* da FESP. Isso é fundamental para manter atualizados seus dados no cadastro da Instituição, evitando possíveis problemas de comunicação.

**O Atendimento extraclasse**, realizado pelo coordenador do curso e pelos professores.

**O Apoio pedagógico**, por meio de atividades realizadas pela coordenação do curso, com apoio dos professores, para facilitar o ingresso na vida universitária, desenvolver habilidades pessoais e metacognitivas, além de servir como atendimento específico para orientar o corpo discente, no que diz respeito a problemas de relacionamento e de aprendizagem;

A Instituição promove a organização e a divulgação de atividades extracurriculares constantes e diversificadas, como semanas de estudo, seminários, congressos, palestras, jornadas, ligadas às áreas dos cursos oferecidos com o

intuito de integrar a comunidade científica e complementar a formação de sua comunidade acadêmica, além de incentivar a interdisciplinaridade.

Vale ressaltar que a Instituição, realiza reuniões com os representantes estudantis, proporcionando o acesso do aluno às principais resoluções institucionais.

## **b) Programas de Apoio Financeiro**

A Faculdade de Ensino Superior da Paraíba - FESP aderiu ao Programa Universidade para Todos - PROUNI, viabilizando um mecanismo de inserção e manutenção de alunos de baixa renda sem diploma de nível superior.

O Programa Universidade para Todos foi criado pela MP nº 213/2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior, oferecendo, em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas que aderirem ao programa.

Há implantada na FESP, a *Comissão Local de Acompanhamento e Controle Social do Programa Universidade para Todos* – COLAP ProUni a qual possui dentre as principais atribuições o acompanhamento, averiguação e a fiscalização da implementação do PROUNI, interação com a comunidade acadêmica e a emissão de relatório a cada processo seletivo relatório de acompanhamento do PROUNI. Tal Comissão possui representatividade tanto docente quanto discente.

A FESP possui ainda o cadastro no Programa de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES, permitindo que os seus alunos possam ser beneficiados com o financiamento concedido.

O Programa de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação no ensino superior de estudantes que não têm condições de arcar integralmente com os custos de sua formação. Os alunos devem estar regularmente matriculados em instituições não gratuitas, cadastradas no programa e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação. O FIES é operacionalizado pela Caixa Econômica Federal.

A FESP concede bolsas de descontos escalonados para quem efetuar seus pagamentos de forma antecipada e obedecer às datas estabelecidas antecedentes a data de vencimento final.

Há, através do Programa de Bolsas Sociais, a concessão de bolsas de estudos sociais com desconto do valor da mensalidade aos alunos que comprovem impossibilidade de custeio de seus estudos, as bolsas são renovadas semestralmente mediante a obtenção de um CRE pré estabelecido no regulamento do programa, visando sobretudo, proporcionar condições de acesso ao ensino superior a grupos menos favorecido, onde possam identificar seus propósitos e alimentar suas perspectivas de futuro, contribuir, por meio da prestação de serviços educacionais, para a resolução dos problemas e carências demandadas pela sociedade.

A FESP mantém convênio com diversos órgãos e empresas, onde são concedidos descontos aos funcionários e/ou associados (quando a entidade conveniada for uma Associação) em percentuais pré-estabelecidos, desde que sejam atendidas as condições contratuais do convênio, pelo aluno solicitante, e de acordo com as condições estabelecidas em cada contrato.

### 8.3 ESTÍMULOS À PERMANÊNCIA

No que compete à questão de permanência do estudante, diversas ações são realizadas, tais como:

#### **a) Programa de Nivelamento**

Com o objetivo de recuperar as deficiências de formação dos ingressantes, a Faculdade de Ensino Superior da Paraíba - FESP oferece, sempre que necessário, cursos de nivelamento. A Instituição dá suporte ainda ao desenvolvimento de cursos de nivelamento compatíveis com as prioridades de cada curso.

Dessa forma, outros conteúdos podem ser apresentados para nivelamento dos alunos de acordo com as necessidades dectadas pelas coordenações de Curso. Os cursos de nivelamento são realizados logo nas primeiras semanas de aula, sem nenhum custo adicional aos alunos.

## **b) Atendimento de Apoio Psicopedagógico ao Discente**

A FESP compreende o discente como o centro do processo ensino-aprendizagem, onde todas as ações e práticas devem ser consubstanciadas para o sucesso deste. As políticas estão estruturadas em princípios como educação dialógica e inclusiva, cujas práticas abrangem o ensino, a investigação científica e a extensão. Buscam construir coletivamente novos significados para a formação superior, em sintonia com a missão institucional, que enfatiza uma sólida formação técnico-científica e humanística.

As políticas de apoio aos discentes os acompanham durante todo o percurso formativo. São elas:

- I – Incentivar a ampliação de criação de canais de comunicação e relacionamento com o estudante;
- II – Apoiar ingressantes com ações de acolhimento, nivelamento e integração acadêmica;
- III – Promover iniciativas, projetos e ações que garantam a permanência do estudante, a continuidade dos estudos evitando a evasão;
- IV – Possibilitar que os estudantes vivenciem experiências com projetos e ações de extensão, iniciação científica que fortaleçam a formação técnico-científica e cidadã.

A Instituição oferece aos alunos um serviço de apoio psicopedagógico com o atendimento a discentes e a grupos, destinado à orientação acadêmica, além de servir como atendimento específico para orientar o corpo discente no que diz respeito a dificuldades de aprendizagem ou problemas de relacionamento. Este serviço é realizado pelo Núcleo de Apoio Psicopedagógico – NAP.

O NAP tem por objetivo oferecer acompanhamento psicopedagógico aos discentes e subsídios para melhoria do desempenho dos alunos que apresentam dificuldades. Deve contribuir para o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem em geral, recuperando as motivações, promovendo a integridade psicológica dos alunos, realizando a orientação e os serviços de aconselhamento e assegurando sua adaptação e ainda questões das relações interpessoais, visando sempre:

- a) Construir aprendizagens diversas, seja no campo da própria formação técnico-profissional, seja no terreno da constituição da cidadania;
- b) Superar ou minimizar eventuais dificuldades e fatores que possam interferir nessas aprendizagens, considerando as diversas formas em que venham a se apresentar: psicológica, didático-pedagógica, social, jurídica e de saúde.
- c) Apreender os valores circunscritos à formação cidadã, convivendo ética e solidariamente com os colegas, professores e demais segmentos acadêmicos.
- d) Promove inclusão e apoio educacional especializado aos estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades.

#### 8.4 ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS

É considerado egresso da FESP aquele estudante que colou grau após o cumprimento e integralização de sua matriz curricular e tornou-se profissional graduado (ou pós-graduado em nível *lato sensu*) pela Instituição, conforme seu Regimento Geral.

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico da FESP busca realizar contatos, promover eventos e articular-se com as coordenações dos cursos (de graduação e de pós-graduação), com o objetivo de receber os egressos na Instituição, coletar depoimentos e colocá-los em contato com técnicos, professores e estudantes dos cursos de suas respectivas formações, mantendo assim uma linha permanente a promoção de um relacionamento contínuo entre a Instituição e os mesmos.

Os egressos da FESP têm como benefícios:

- I. Incentivo à Educação Continuada por meio de desconto percentual de bolsa para cursar uma Pós-graduação Lato Sensu;
- II. Acesso às unidades acadêmicas e serviços da instituição, respeitando normas específicas;
- III. Acesso a periódicos, livros, obras de referência e outros materiais disponíveis na Biblioteca para consulta local;

#### IV. Descontos exclusivos em eventos de parceiros da instituição.

Está sendo pensando pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, um questionário de auto avaliação para que aplicado junto aos egressos, os mesmos responder, tal ação estratégica será muito importante no âmbito do de Acompanhamento de Egressos, podendo gerar o conhecimento profissiográfico do perfil desses graduados, de aproximação com o mundo do trabalho e de comunicação direta com a comunidade, buscando subsídios para melhorar a qualidade da gestão acadêmico-administrativa e, em decorrência, dos serviços educacionais prestados à sociedade, em coerência, portanto, com sua missão institucional.

#### 8.5 OUVIDORIA

A Ouvidoria é um órgão sem caráter administrativo, executivo ou deliberativo, mas de natureza mediadora, com a finalidade de receber, encaminhar e acompanhar opiniões, comentários, críticas e elogios aos membros da comunidade acadêmica, bem como do público em geral a todos os setores da Faculdade, sendo responsável também por fazer chegar ao usuário uma resposta das instâncias administrativas implicadas.

#### 8.6 ESTÍMULO À DIFUSÃO DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS CIENTÍFICAS, DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS, TECNOLÓGICAS, ARTÍSTICAS E CULTURAIS E PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

A FESP contempla várias formas de estímulo à produção acadêmica científica, técnica, didático-pedagógica, artística e cultural e a participação em eventos para professores e alunos, apoiando a divulgação e/ou publicação de teses, dissertações, monografias ou outros trabalhos acadêmicos ou profissionais, bem como através de apoio financeiro disponibilizado, conforme descrito algumas ações:

- I. Apoiar a produção acadêmica discente e a publicação em encontros e periódicos nacionais e internacionais;
- II. Prover apoio financeiro ou logístico para a organização e participação em eventos na Instituição, no âmbito local, nacional e internacional;
- III. Provisionar no planejamento dos cursos as verbas para as ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos, sendo discutidas por ocasião do orçamento;
- IV. Monitorar a produção científica na Instituição, de forma a potencializar as ações;
- V. Contabilizar as atividades de estímulo à produção discente e à participação em eventos como horas de Atividades Complementares, se previstas no Regulamento do Curso;
- VI. Viabilizar eventos e produções discentes, apoiando as iniciativas dos cursos como: semanas de curso; exposições vinculadas às disciplinas; exposições de Projetos Integradores, Interdisciplinares e Trabalhos de Conclusão de Curso; e
- VII. Transformar a Instituição em espaços privilegiados para a reflexão, o debate e a crítica, resgatando o seu compromisso com a cidadania plena e com a produção e interpretação do conhecimento;
- VIII. Viabilizar semestralmente a publicação da Revista Científica da FESP com os artigos/resumo expandido dos discentes e docentes, conforme diretrizes de edital próprio.

## 8.7 ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL

A FESP ao longo de toda sua história, sempre prestigiou e valorizou a representação estudantil de diferentes formas. O seu espaço educacional e de convivência é constituído em ambiente favorável à produção intelectual e à participação discente em iniciativas acadêmicas. Todos os colegiados institucionais asseguram a participação de alunos em sua composição. Além disso, a FESP incentiva que os coordenadores de curso estimulem a participação ativa dos movimentos estudantis da instituição de ensino.

A Instituição conta com os Representantes de turma, instituídos legalmente pelos alunos, sendo reconhecidos como órgãos oficiais de representação estudantil,

além de todos os colegiados institucionais assegurarem a participação de alunos em suas reuniões.

A Instituição busca potencializar a mobilização acadêmica, o protagonismo e o engajamento estudantil. A FESP quer fortalecer o sentimento de pertencimento acadêmico para que o aluno se sinta encorajado a ser um agente de transformação social.

A FESP FACULDADES oferece diversos espaços para estimular a participação dos alunos, quais sejam:

- ✓ Representação das turmas;
- ✓ Atividades de extensão e monitoria;
- ✓ Conselhos de Cursos; e
- ✓ Comissão Própria de Avaliação (CPA)

## **9 INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA**

### **9.1 INFRAESTRUTURA FÍSICA**

A SOCIEDADE EDUCACIONAL DA PARAÍBA – SEDUP/SLU, inscrita sob o CNPJ nº 04.040.513/0001-87, entidade com fins lucrativos e mantenedora da FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DA PARAÍBA – FESP (e-MEC/1948), desenvolve as suas atividades na Rua Francisco Leocádio Ribeiro Coutinho, nº 68, SALA 01 – Bairro Aeroclube, CEP: 58036-450, João Pessoa – PB,

Visando o crescimento acadêmico e a visibilidade da marca, a Faculdade de Ensino Superior da Paraíba encontra-se atualmente localizada, estrategicamente em frente ao Bessa Shopping e conta com todas as suas facilidades, quais sejam: áreas de convivência e alimentação, serviços de apoio, caixas eletrônicos e farmácias.

As instalações administrativas atendem às necessidades institucionais e são projetadas para permitir um ambiente de trabalho e convívio agradável e o pleno desenvolvimento das funções inerentes à cada área. O espaço físico é climatizado, com metragem adequada ao número de colaboradores, mobiliário próprio, além de iluminação natural e artificial em LED, que vai ao encontro da gestão eficiente e sustentável praticada pela FESP.

As instalações da FESP são amplas, com boa sinalização e nas condições de acessibilidade, conforme disposto na CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2015, da ABNT, na Lei N° 10.098/2000, nos Decretos N° 5.296/2004, N° 6.949/2009, N° 7.611/2011, N° 7823/2012 e na Portaria N° 3.284/2003, e atendendo às determinações da Comissão Permanente de Acessibilidade (CPA) e os órgãos públicos.

O prédio da FESP dispõe de recursos e sistemas que auxiliam a comunidade acadêmica com deficiência e/ou mobilidade reduzida em suas atividades, tais como, sinalizações em braile, pisos táteis, teclados e softwares específicos, cadeiras e carteiras para obesos, scanner para leitura de livros na Biblioteca, mesas para cadeirantes, balcões e guichês acessíveis, entre outros. Destaca-se a atuação dos dirigentes que planeja e implementa os requisitos referentes à acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

A distribuição espacial da FESP considera a facilidade de acesso e segurança, sendo seus projetos arquitetônicos concebidos de forma a tornar que a Faculdade social e ambientalmente acolhedora. O prédio tem uma gestão onde são submetidas a um plano anual de conservação e manutenção.

As instalações administrativas atendem plenamente aos requisitos de: número de alunos por turma, dimensões em função das vagas previstas/autorizadas, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação, comodidade, identificação e segurança. Os mobiliários e equipamentos de cada área correspondem às exigências das atividades realizadas no local e recebem cuidados em termos de ergonomia, limpeza e manutenção.

Nos espaços de atendimento ao aluno e coordenações, são disponibilizadas recepção, sala de espera, salas de reuniões e salas de atendimento individual com acessibilidade, segurança e uma equipe treinada para o atendimento do estudante.

Além disso, a CPA realiza a pesquisa de satisfação com a infraestrutura e serviços, sendo mais uma oportunidade para a avaliação da infraestrutura da faculdade.

Cumprir destacar que a FESP possui um plano de melhorias e expansão, respaldado em seu planejamento de longo prazo, que prioriza o atendimento das legislações aplicáveis e vigentes e das solicitações do corpo docente e discente indicadas nas pesquisas da CPA, afim de proporcionar maior conforto e comodidade

para a comunidade acadêmica, por meio de diversas ações de melhoria na infraestrutura predial. Este plano coaduna com as perspectivas de crescimento das vagas e do número de alunos dos cursos previstos no PDI, além da infraestrutura para desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A guarda, manutenção e disponibilização de documentação acadêmica fica sob a responsabilidade da Secretaria Geral, em meio físico e digital, sendo disponibilizada a qualquer tempo para a CPA e avaliações in loco do INEP, quando da autorização, reconhecimento ou renovação de reconhecimento de cursos e credenciamento institucional. Cabe ressaltar que a FESP, atendendo ao Decreto nº9.235/2017, mantém acervo acadêmico digital. O serviço de digitalização e guarda é realizado pela empresa VS DATTA IMAGEM, com metodologia que garante a integridade e a autenticidade de todas as informações contidas nos documentos originais.

A área de Tecnologia da Informação trabalha para a melhoria da infraestrutura, buscando inovações tecnológicas diferenciadas para sustentar o crescimento constante da FESP no que diz respeito a recursos de hardware e software. De forma a criar soluções inovadoras e permitir o acesso livre aos computadores e à rede de internet.

Em relação ao uso de recursos tecnológicos diferenciados, a FESP conta com projetores, computadores e sistema de som em salas de aulas, com diferencial tecnológico. Todos os computadores administrativos têm acesso a todos os aplicativos do Office 365: Calendário, Class Notebook, Delve, Dynamics 365, Excel, Flow, Forms, OneNote, Outlook, Pessoas, Planner, Power BI, PowerApps, PowerPoint, SharePoint, Staff Notebook, StaffHub, Stream, Sway, Tarefas, Teams, To-Do, Vídeo, Word, Yammer e, com destaque, o OneDrive, diretório compartilhado onde são arquivados documentos institucionais, que pode ser acessado de qualquer lugar. Pela ferramenta Microsoft Teams podem ser realizadas reuniões virtuais, evitando a logística do deslocamento e economizando o tempo de todos.

### **9.1.1 Salas de aula**

A FESP possui um total de 8 salas de aulas distribuídas, que correspondem a um total de 1.092 m<sup>2</sup> de área útil e garante o pleno atendimento ao número de alunos existente e ao previsto no projeto pedagógico dos cursos.

As salas de aula garantem o pleno atendimento aos Projetos Pedagógicos dos Cursos, bem como aos aspectos de limpeza, acústica, acessibilidade, climatização, conservação, comodidade e iluminação natural e artificial em LED, que vai ao encontro da gestão eficiente e sustentável praticada pela FESP. Possuem metragem adequada ao número de estudantes e mobiliário próprio, apropriado às atividades nelas executadas.

As salas de aula contam ainda com acesso à internet, projetores fixos, caixas de som que operam em regime de reserva antecipada, lousas e carteiras ergonômicas. Suas carteiras ou mesas são de fácil manuseio, incluídas as carteiras de obeso e mesas para cadeirantes, conforme NBR 9050/2015, o que permite configurações espaciais variadas adequadas às diferentes estratégias de ensino e aprendizagem, evidenciando os recursos tecnológicos diferenciados.

A FESP conta, em seu plano de expansão, de todas as suas salas de aula, que contempla a troca de mobiliário para móveis com design atual; troca de lousas, utilizando como padrão lousas brancas ou em vidro; instalação do sistema 3.0, um recurso tecnológico diferenciado dotado de projetores, computadores com acesso à internet e sistema de som que permite o acionamento do ambiente por meio de cartão de acesso, promovendo maior conforto e comodidade para os docentes e estudantes.

Aos requisitos referentes à acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, em toda a faculdade, as salas de aula da FESP contam com carteiras para obeso, mesas adaptadas para pessoas em cadeiras de rodas (PCD), sinalização em Braille e pisos táteis disponibilizados pelo percurso, atendendo a legislação vigente. Além disso, a CPA implementa a pesquisa de satisfação sobre infraestrutura e serviços, na qual a comunidade acadêmica tem mais essa oportunidade de avaliar a infraestrutura das salas de aula e, o plano de ação decorrente desta pesquisa, contribui para a manutenção e melhoria constantes destes espaços.

A alocação das turmas nas salas de aulas está condicionada ao número de estudantes em cada turma/curso e a capacidade de cada sala de aula.

Desta forma, as salas de aulas atendem às necessidades institucionais, são adequadas às atividades nelas realizadas e garantem a acessibilidade a todos os públicos. Seus espaços são periodicamente avaliados, contam com normas de uso e gerenciamento da manutenção patrimonial consolidadas e institucionalizadas e possuem recursos tecnológicos diferenciados.

### **9.1.2 Instalações sanitárias**

Atualmente, na FESP, há baterias de banheiros sendo sempre divididos entre masculino e feminino, distribuídos em quantidade excelente e de maneira acessível para toda a comunidade acadêmica.

Todos os banheiros atendem, de maneira excelente, às questões de iluminação, ventilação e segurança, permitindo o conforto de seus usuários.

A FESP dispõe ainda de sanitários totalmente adaptados para pessoas com deficiência - PCDs, adequadamente dimensionados para permitir a mobilidade com segurança, além de barras de apoio nas paredes e lavabos, possibilitando total acessibilidade e independência. Esses espaços contam com ampla sinalização visual e em Braile nas entradas, e devidamente sinalizados por piso tátil.

Na FESP há uma equipe responsável pela limpeza e conservação diária das instalações sanitárias. A rotina de limpeza e manutenção inclui vários momentos de higienização e tratamento de piso do espaço, além do pronto atendimento a qualquer necessidade urgente. O objetivo é proporcionar o melhor ambiente e garantir que os espaços estejam sempre em condições de limpeza adequadas para o uso.

### **9.1.3 Auditório**

A FESP possui um auditório, onde são realizadas as atividades pedagógicas e demais eventos da comunidade acadêmica. Esse espaço possui capacidade para receber em média 100 pessoas e está devidamente equipado com projetor, acesso à internet, computador, além de contar com mobiliário moderno e aconchegante. O ambiente possui ainda excelentes condições de limpeza, iluminação, climatização e acústica. Além de atender a todos os requisitos de acessibilidade e segurança.

No auditório, são realizados eventos demandados pelos cursos de graduação, pós-graduação, atividades internas da IES no âmbito da FESP e da comunidade de João Pessoa.

O auditório da FESP recebe atividades e eventos importantes do calendário da IES como palestras, seminários, aula da saudade, workshops, aula inaugural, ações promovidas pelo Setor de Recursos Humanos, NAP, dentre outros eventos. Ainda, o auditório da FESP recebe eventos realizados em parceria com órgãos externos.

#### **9.1.4 Espaço de trabalho para docentes em Tempo Integral**

A FESP conta com espaços de trabalho para docentes em Tempo Integral, de modo a viabilizar suas ações acadêmicas e planejamento didático-pedagógico, tais como: estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento, avaliação e orientação de alunos. O local dispõe de guarda de material e equipamentos pessoais, assim como da adequada infraestrutura tecnológica necessária para o desenvolvimento das atividades.

#### **9.1.5 Espaço de trabalho para o coordenador**

A coordenação do Curso tem apoio técnico-administrativo próprio e conta com espaço de trabalho adequado, atendendo às necessidades institucionais e do curso, permitindo a realização de atividades acadêmicas e administrativas por meio do uso de equipamentos adequados, como computador com internet, webcam, headset e impressora em rede. Com essa infraestrutura tecnológica, a coordenação poderá realizar webconferências para atendimento aos estudantes.

O planejamento da área física levou em consideração os aspectos operacionais, bem como os aspectos estéticos. Todos os espaços são equipados com cadeiras estofadas, mesas, computadores conectados com internet com acesso aos sistemas

acadêmicos, e-mail institucional e sites externos e com acesso livre às informações internas da Instituição.

O espaço permite o atendimento de indivíduos com privacidade, assim como grupo de estudantes, e a infraestrutura possibilita formas distintas de trabalho.

A Coordenação de curso, pode contar nesse ambiente com uma equipe de apoio especialmente capacitada para manutenção da limpeza, dos serviços e equipamentos disponíveis, além de contar com o apoio direto de um técnico administrativo.

Além disso, o ambiente conta com recursos tecnológicos diferenciados, como software de gestão acadêmica, acesso remoto a sistemas institucionais e plataformas de videoconferência, possibilitando formas distintas de trabalho — presencial, remoto e híbrido — conforme as necessidades da função e as diretrizes institucionais.

O local é acessível e bem localizado, facilitando a comunicação com os demais setores da instituição e com os docentes, discentes e técnicos administrativos. Dessa forma, o espaço do coordenador permite o pleno exercício da gestão do curso, contribuindo diretamente para a qualidade das ações pedagógicas, operacionais e estratégicas sob sua responsabilidade.

#### **9.1.6 Salas de professores**

A FESP possui 01 sala de professores contam com cadeiras, mesas, sofás, poltronas, armários, locais para guarda de materiais didáticos e pessoais, computadores com acesso à internet e amenidades como café, água, televisão, jornais e pontos de energia, visando proporcionar conforto e comodidade para que o docente interaja com seus pares e desenvolva suas atividades relativas à docência fora da sala de aula, constituindo-se em um espaço agradável que contribui para a integração entre os docentes.

Com dimensões compatíveis ao número de docentes que as utilizam, dispõem de área climatizada, mobiliários confortáveis e ergonômicos, acessíveis também para pessoas deficientes e/ou com mobilidade reduzida, contando com cadeira para

obeso, mesas com dimensão para o conforto de cadeirantes, sinalização e teclado em Braille e pisos táteis.

A sala de professores conta área para café e toda refrigerada por ar condicionado.

A Sala de atendimento ao docente, possuem estrutura adequada às necessidades para dar o devido apoio ao trabalho dos professores. Os computadores das salas dos professores dispõem de recursos tecnológicos diferenciados como o acesso a todos os aplicativos do Office 365. Desde o início de 2018, a FESP começou a utilizar o Ambiente Educacional Google Suite for Education (Google Classroom, Gmail, Google Drive, Google Agenda, Google Hangouts e Google Sites) em conjunto com o software Adobe Connect (solução para comunicações, treinamentos, marketing, e-learning, colaboração on-line, webinars e conferência via Internet) e a ferramenta Google Meet, que pode ser utilizada para reuniões virtuais, evitando o deslocamento e economizando tempo.

A Sala está adequada às atividades nelas realizadas, atendem às necessidades institucionais e aos requisitos de quantidade, conforto, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, inclusive com sinalização em Braille, conservação e infraestrutura de informática, contando com normas consolidadas e institucionalizadas para a sua gestão e funcionamento e possuem recursos tecnológicos diferenciados.

#### **9.1.7 Espaço para atendimento aos discentes**

São vários os espaços existentes na FESP destinados ao atendimento do estudante, e todos possuem condições de acessibilidade, inclusive, atendimento prioritário, imediato e diferenciado:

- a) Tesouraria: local para atendimento e pagamentos de boletos e mensalidades.
- b) Secretaria Geral: espaço destinado as atividades da secretaria geral, atividades que incluem emissão de documentos, regulamentos institucionais, atas, Portarias e Resoluções institucionais. Além disso, procedimentos no sistema acadêmico da IES. O espaço para as atividades da secretaria geral e está apto para receber pessoas com necessidades especiais.

- c) COLAP - Comissão Local de Acompanhamento e Controle Social – COLAP é um órgão colegiado, de natureza consultiva com a função de acompanhamento e fiscalização do Programa Universidade Para Todos – PROUNI na Instituição, com o objetivo de garantir a fidedignidade dos processos e procedimentos, interagir com a comunidade acadêmica e com a sociedade civil, fornecendo informações necessárias no âmbito do PROUNI.
- d) Núcleo de Apoio Psicopedagógico – NAP, espaço reservado para apoio psicopedagógico à comunidade acadêmica, individual (garantindo-se privacidade) ou coletivamente (grupos de estudantes, representantes de turmas, por exemplo);
- e) Ouvidoria, onde a comunidade acadêmica tem a possibilidade de comunicar, analisar e encaminhar demandas, acompanhar providências tomadas, analisar o grau de satisfação da comunidade como um todo e preparar relatórios propositivos de melhoria para serem apresentados à equipe da FESP. Na Ouvidoria a comunidade acadêmica tem a possibilidade de comunicar a necessidade de melhorias, através de elogios, sugestões e queixas, além de tirar dúvidas da comunidade direcionando o atendimento aos setores competentes.
- f) Biblioteca: a qual disponibiliza serviços de consulta local; empréstimo domiciliar; reserva; levantamento bibliográfico; e orientação quanto à normalização bibliográfica (Normas ABNT). A Biblioteca da FESP oferece espaço físico para estudos individuais e em grupo. As instalações para estudos individuais e em grupo são adequadas no que se refere ao espaço físico, acústica, iluminação, ventilação e mobiliário.
- g) Coordenações de Curso de Graduação: responsável pela gestão administrativa e pedagógica dos cursos, e que também realiza atendimento para suprir as suas demandas acadêmicas e administrativas;

Todos os espaços dispõem de recursos tecnológicos e mobiliário adequados para a finalidade, além de garantir acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, conforto para todos os usuários e atender plenamente no que tange a equipamentos, tamanho, iluminação, acústica, climatização, conservação e comodidade. Para isso, os espaços de atendimento aos alunos contam com sinalizações em braile, pisos táteis no percurso, cadeiras para obesos, espaço reservado para pessoas em cadeiras de rodas (PCR), balcões e guichês rebaixados, etc.

Evidenciando as variadas formas de atendimento, tem-se também os veículos de atendimento virtual, como:

- **PORTAL DO ALUNO:** através do ESPAÇO ACADÊMICO o discente pode realizar solicitações acadêmicas e financeiras, consultas de grade horária e ficha financeira, acompanhamento do desempenho acadêmico. Além de todas as funcionalidades, através do portal do aluno o discente conta com agilidade, segurança e comodidade.
- **Redes Sociais:** Facebook, Instagram, que atualmente também se configuram como espaços de atendimento, uma vez que as postagens dos alunos sobre a FESP são acompanhadas e respondidas, adequadamente.
- **E-mail institucional e do coordenador do curso:** para o qual são direcionadas várias demandas de interesse específico e geral. O endereço e acesso ao e-mail de coordenador de curso estão disponíveis na página do curso, no portal institucional e o aluno pode realizar agendamento para atendimento

Desta forma, os espaços de atendimento aos discentes atendem às necessidades institucionais, estando adequados às atividades, à acessibilidade, contam com normas consolidadas e institucionalizadas para a sua gestão e funcionamento e possuem formas variadas de atendimento.

### **9.1.8 Espaços de convivência e de alimentação**

A FESP demonstra respeito, cuidado e atenção aos usuários (internos e externos) que frequentam as suas instalações, em especial, nos espaços de convivência e de alimentação. As condições de acessibilidade arquitetônica incluem rampas de acesso, plataforma elevatória (aos que assim necessitam deslocamento autônomo a tais ambientes), sinalização em Braile, inclusive com sua localização por meio de mapa do campus em Braile. Há um aconchegante espaço de convivência na entrada da IES com disponibilidade de cadeiras. Esses espaços possuem área coberta e com wi-fi disponível para toda a comunidade acadêmica. Estrutura conta com acessibilidade arquitetônica, visando atender plenamente questões de acessibilidade e segurança, envolvendo qualquer necessidade apresentada pela comunidade acadêmica.

Os espaços de convivência da FESP, garantem o atendimento das demandas de realização de eventos internos e externos, promovidos pelo curso, estudantes e docentes, bem como, a realização de eventos institucionais.

Todos os espaços são mobiliados e iluminados de forma adequada, possuindo apropriada infraestrutura de serviços e dimensão necessária para a permanência, convivência e integração entre todos os membros da comunidade acadêmica. No que tange à acessibilidade, tais espaços dispõem de recursos que auxiliam todos os públicos com deficiência e/ou mobilidade reduzida tais como sinalizações em Braille, pisos táteis disponibilizados ao longo do percurso, espaço reservado para pessoas em cadeiras de rodas (PCD), seguindo o Plano de Acessibilidade implantado pela administração da FESP.

#### **9.1.9 Infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA**

A Comissão Própria de Avaliação - CPA da FESP atua de forma autônoma, contando com ampla representação da comunidade acadêmica e sociedade civil, tendo por atribuição legal a condução dos processos de autoavaliação institucional, de apropriação e sistematização dos resultados das avaliações externas e de prestação das informações acadêmicas e administrativas, assim como, de subsidiar o planejamento de ações institucionais por meio de relatórios dos resultados obtidos nos citados processos e o acompanhamento do cumprimento do PDI.

Para assegurar o pleno funcionamento da CPA, sua infraestrutura física e tecnológica atende às necessidades institucionais, sendo disponibilizadas instalações na FESP, para o trabalho individual dos membros da CPA. A sala ainda possui climatização com ar-condicionado, proporcionando maior conforto para os usuários e o ambiente está de acordo com as normas de acessibilidade, contém: 01 mesa administrativa com cadeiras, com 01 computador com acesso à internet, rede de Internet cabeada administrativa, conexão Wi-Fi disponível, 01 armário grande com portas.

Os computadores disponibilizados pela Instituição para a CPA têm acesso a todos os aplicativos do GOOGLE, especificamente o Google Drive, diretório compartilhável e remoto, onde podem ser arquivados todos os documentos da CPA, trazendo mobilidade e segurança para os arquivos. Mais ainda, a ferramenta Google

Meet, que pode ser utilizada para reuniões virtuais, evitando o deslocamento e economizando tempo de todos.

O espaço da CPA é frequentado por estudantes, professores, técnicos e visitantes, e seu dimensionamento sempre atendeu às demandas da comunidade acadêmica de forma excelente para atendimentos específicos e para reuniões dos representantes dos segmentos.

Além da infraestrutura disponível, a CPA também conta com o apoio da área de Comunicação e Marketing para criação de campanhas de sensibilização e apresentação de resultados, elaboração de folders, manutenção da página da CPA no portal da Instituição e elaboração de comunicados institucionais.

A dinâmica das avaliações conduzidas pela CPA é a seguinte: a CPA planeja, nas suas reuniões, o processo anual de pesquisas, os públicos são sensibilizados, os setores que precisarão apoiar e os questionários que são aplicados em formato digital.

Mediante essa descrição, entende-se que as condições de infraestrutura física e tecnológica destinadas à CPA atendem plenamente às necessidades institucionais, estando adequadas ao espaço de trabalho para seus membros, às condições físicas e de tecnologia da informação para a coleta e análise de dados, aos recursos tecnológicos para implantação da metodologia escolhida para o processo de autoavaliação e possui recursos ou processos inovadores.

## **9.2 BIBLIOTECA**

A Biblioteca Prof. Leovigildo Barbosa da Silva foi criada em 2001, juntamente com a FESP Faculdades, é um órgão de apoio, e fundamental importância no processo de construção de conhecimento, vez que se constitui em ponte entre o fazer pedagógico e a contribuição valiosa para a formação geral e desenvolvimento de habilidades e competências profissionais.

Tem como função de desempenhar o papel de elaboração, coordenação, planejamento de atividades de processamentos técnicos e disseminação da informação, disponibilizando o acervo bibliográfico e informações complementares a comunidade acadêmica da FESP Faculdades, e seu público externo no geral,

respeitando sempre os princípios que norteiam essa instituição. Seu objetivo geral é:

- a) atender às necessidades do público interno (alunos, pesquisadores, professores e colaboradores) envolvidos com o ensino, pesquisa, e extensão na FESP Faculdades, nos cursos de graduação e pós-graduação;
- b) atender ao público externo interessado em utilizar seu espaço;
- c) preservar, organizar e disponibilizar informação para os usuários;

A Biblioteca é coordenada por **Naíma Gomes Vilôr Gorgonho, (CRB 15 – nº000569)** bibliotecária preparada para atender as necessidades do setor e seus usuários. Disponibiliza uma área climatizada e confortável para estudos individuais e coletivos, atendendo também os padrões da inclusão e acessibilidade. Funciona de segunda a sexta-feira, das 14h às 20h.

Sua infraestrutura apresenta ambientes de estudos e pesquisa com acessibilidade atendendo as múltiplas necessidades específicas dos usuários, disponibilizados em nosso espaço cabines para estudos individuais, e mesas para grupos de estudo coletivo, 1 terminal de consulta e pesquisa e disponibilizamos *Wi-Fi* e tomadas tornando um ambiente conectado.

O nosso acervo é organizado de acordo com a Classificação Decimal Universal (CDU) e sua base é atualmente contabiliza em torno 3.000 títulos entre livros e TCC'S, está cadastrada e organizada no Sistema SIABI, fornece condições para atendimento educacional especializado e disponibiliza recursos comprovadamente inovadores.

Possuímos a estrutura e requisitos excelentes de espaço, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação; espaço para estudo individual, ou em grupos.

A política de expansão e atualização do acervo compreende as etapas de seleção, aquisição e avaliação. Trata-se de um trabalho de planejamento que estabelece prioridades, criando rotinas de atividades e define critérios que permitam aquilatar os vários fatores pertinentes às coleções em relação aos programas acadêmicos mantidos.

## **ACESSIBILIDADE**

A Biblioteca atende os indicadores de acessibilidade e sua estrutura física está adaptada, para uso por pessoas com várias deficiências: sejam elas de locomoção, física, auditiva, visual e cognitiva. Além disso, promovemos o pleno acesso a todos os serviços e ferramentas tecnológicos disponíveis.

Toda a concepção do espaço e dos sistemas disponibilizados aos usuários são norteadas por um viés inclusivo, de forma que a acessibilidade seja concretizada, não apenas no acesso ao espaço físico, mas também com metodologias e atitudes conscientes de integração. Atendemos o público vindo da sociedade civil, discentes, docentes e técnicos administrativos, promovendo a integração em um maior número de pessoas em nossas instalações.

Disponibilizamos um ambiente seguro e confortável, entradas e saídas amplas com fácil acesso, mesas e cabines que permitem o uso de cadeira de rodas, cadeiras acolchoadas com conforto e ajuste ergométrico, o nosso terminal de consulta é equipado para atender os usuário cegos, de baixa visão, e surdos, dispomos de softwares livres: NVDA (leitor de tela), Virtual Magnifying Glass Mirror (lupa digital) e o Vlibras (tradutor em libras), disponibilizamos ainda o fone de ouvidos, e teclado em Braille.

## **SERVIÇOS OFERECIDOS**

- Empréstimo Domiciliar;
- Empréstimo Especial (24h);
- Renovação Presencial e Online;
- Reserva de Livros Presencial e Online;
- Consulta às Obras de Referência (presencial por meio a solicitação no balcão);
- Levantamento Bibliográfico;
- Consulta ao acervo Online;
- eLivro Biblioteca Digital;
- Solicitação da Ficha catalográfica;

## EMPRÉSTIMO DOMICILIAR

É uma concessão dada ao usuário que está em total regularidade com a biblioteca, é uma retirada temporária 5 (cinco títulos) por um período de 7 (sete) dias de materiais para o cadastro presencial na biblioteca o usuário tem que apresentar os seguintes documentos (físico ou digital de RG ou carteira de estudante ou comprovante de matrícula), confirmar seus dados e criar a senha para acesso ao sistema.

## EMPRÉSTIMO ESPECIAL

É uma concessão especial de apenas 24h para o uso ou pesquisa de matérias especiais (Ex: Obras de Referência, e Consulta).

## RENOVAÇÃO

É um direito concedido ao usuário que está em total regularidade com a biblioteca, para aumentar o prazo de empréstimo dos materiais. Serão efetuadas renovações presenciais ou Online através do portal SIABI (<http://fesp.siabi.com.br/>) para acessar a renovação no campo área do usuário o usuário tem que fazer o login utilizado sua matrícula e a senha de 6 dígitos cadastrada em seu credenciamento semestral na biblioteca.

## RESERVAS DE LIVROS

Reserva de obras só será permitida quando nenhum exemplar constar como disponível no sistema. Serão efetuadas presencialmente ou de forma *online* através do portal SIABI (<http://fesp.siabi.com.br/>) (primeiro o usuário tem que logar no sistema, após o login ele vai acessar o catalogo de consulta ao pesquisar as obras ele vai ter a possibilidade de visualizar o status estando todos emprestados o próprio sistema vai disponibilizar um botão para clicar e reservar. Os outros serão acionados pelo e-mail e ao devolver na biblioteca o exemplar estará reservado por 72hs para empréstimo de quem reservou.)

## CONSULTA ÀS OBRAS DE REFERÊNCIA

Disponibilizamos a consulta de obras de referência (Dicionários, Vade Mecum, Enciclopédias, Catálogos, etc.) seu uso só será permitido no espaço da biblioteca, a obra que só possuem um exemplar de consulta doado será concedida uma liberação especial na **Sexta-Feira** tendo que retornar na **Segunda-Feira**.

## LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

O levantamento bibliográfico é uma pesquisa em bases de dados nacionais e internacionais que recupera bibliografias sobre o assunto desejado. Pode ser solicitado pelos usuários da Biblioteca, por meio do endereço de e-mail: [bibloteca@fespfaculdades.edu.br](mailto:bibloteca@fespfaculdades.edu.br).

## CONSULTA AO ACERVO ONLINE

É uma consulta feita pelo próprio usuário. Para os usuários internos (professores alunos e funcionários) será feita através do Portal acadêmico na opção Biblioteca SIABI o usuário será direcionado para a página da biblioteca.

Para os usuários externos através dos terminais de consulta disponíveis na biblioteca e também no menu de serviços da biblioteca no site da faculdade <http://fesp.siabi.com.br/>, no botão consulta ao acervo.

## BIBLIOTECA DIGITAL

### ***eLivro Biblioteca Digital***

A FESP Faculdades orgulhosamente anuncia a concretização de uma parceria estratégica com a eLivro Biblioteca Digital, uma das mais avançadas plataformas de acesso a conteúdo acadêmicos e científicos. A partir de agora, nossos alunos, professores e

colaboradores terão acesso a uma vasta coleção de livros digitais, artigos e materiais de estudo de alta qualidade, disponíveis a qualquer hora e em qualquer lugar.

Essa iniciativa reflete o compromisso da FESP Faculdades com a excelência acadêmica, oferecendo aos nossos alunos as melhores ferramentas para o aprendizado e o desenvolvimento contínuo. A eLivro Biblioteca Digital disponibiliza mais de 50 mil títulos que abrangem diversas áreas do conhecimento, desde as ciências exatas até as humanidades.

Principais benefícios da parceria:

- **Acesso ilimitado:** Uma biblioteca digital completa à disposição.
- **Disponibilidade 24/7:** Estudo a qualquer hora, sem restrições.
- **Acesso remoto:** Conteúdos acessíveis de qualquer dispositivo conectado à internet.
- **Materiais atualizados:** Conteúdo sempre em sintonia com as últimas pesquisas e tendências do mercado.

Com a eLivro Biblioteca Digital, a FESP Faculdades proporciona uma nova era de aprendizado, onde o conhecimento está a apenas um clique de distância acesse via link:  
[https://elibro.net/pt/lc/fespfaculdades/login\\_usuario/?next=/pt/lc/fespfaculdades/inicio/](https://elibro.net/pt/lc/fespfaculdades/login_usuario/?next=/pt/lc/fespfaculdades/inicio/), solicite seu cadastro através do e-mail encaminhando seu nome completo, matrícula e e-mail institucional.

## SOLICITAÇÃO DA FICHA CATALOGRÁFICA

A biblioteca também disponibiliza o serviço de confecção das fichas catalográficas para os trabalhos de conclusão de curso dos usuários concluintes da Graduação e da Pós-graduação.

## NORMAS DO EMPRÉSTIMO

EMPRÉSTIMOS, RENOVAÇÃO E DEVOLUÇÃO DE MATERIAIS:

### **Definição**

O empréstimo domiciliar consiste na concessão temporária de materiais informacionais disponíveis no acervo da biblioteca, destinados ao suporte das atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas da comunidade acadêmica da FESP Faculdades.

## **Condições para Empréstimo**

O empréstimo domiciliar será permitido apenas aos usuários que se encontrem com situação regular junto à biblioteca (sem pendências de devolução ou multas). Para realizar o empréstimo ou renovação, o aluno deverá se identificar por meio do número de matrícula no balcão de atendimento. A consulta à situação de empréstimos e a verificação das datas de devolução deverá ser feita pelo próprio usuário no Portal **SIABI**: <http://fesp.siabi.com.br>, na área do usuário.

### **Prazos e Quantidades por Categoria de Usuário**

| <b>Categoria de Usuário</b> | <b>Quantidade Máxima de Itens</b> | <b>Prazo de Empréstimo</b> |
|-----------------------------|-----------------------------------|----------------------------|
|-----------------------------|-----------------------------------|----------------------------|

|             |                       |               |
|-------------|-----------------------|---------------|
| Alunos      | 5 (cinco) exemplares  | 7 (sete) dias |
| Servidores  | 4 (quatro) exemplares | 7 (sete) dias |
| Professores | 4 (quatro) exemplares | 10 (dez) dias |

## **Renovação**

Cada item poderá ser renovado até 3 (três) vezes consecutivas, desde que não esteja reservado por outro usuário.

Após o número máximo de renovações, o sistema exigirá um intervalo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas para nova retirada do mesmo exemplar.

## **Multas por Atraso**

O valor da multa por atraso na devolução é de R\$ 1,00 (um real) por dia e por material (livros, DVDs, periódicos etc.). O valor da multa será cobrado em caso de devolução fora do prazo estipulado. Caso não haja o pagamento imediato da multa, o usuário terá até o final do semestre letivo para quitá-la. Enquanto houver pendência, o usuário ficará bloqueado para novos empréstimos e renovações.

### ***Procedimentos em Caso de Inadimplência***

Para alunos: o nome será encaminhado ao setor de Cobrança da instituição com registro da pendência junto à biblioteca, para providências administrativas. Para servidores (docentes ou técnicos-administrativos): o nome será comunicado ao setor de Recursos Humanos da FESP, com indicação do local de trabalho, para as medidas cabíveis.

### ***Perda, Extravio ou Danificação de Materiais***

O usuário é integralmente responsável pela guarda, conservação e devolução do material emprestado.

- Em caso de perda, extravio ou dano: O usuário deverá comunicar imediatamente a biblioteca. Será concedido o prazo de 10 (dez) dias corridos para a reposição de exemplar idêntico, acompanhado da nota fiscal.
- Caso a obra esteja esgotada, o usuário poderá repor um exemplar usado (desde que em bom estado de conservação), ou, mediante consulta à bibliotecária, outra obra de conteúdo equivalente, previamente aprovada.

### **USO DO ESPAÇO DA BIBLIOTECA**

- O acervo é aberto, portanto, o próprio usuário vai a até a estante, após o uso pedimos que os devolva no balcão para serem guardados na devida ordem de sua classificação;
- Proibido, fumar, lanchar, conversar alto, usar aparelho sonoro e/ou utilizar o celular.
- As mesas de estudo em grupo terão um limite de ocupação de até 5 (cinco) usuários;

- Tratar com a mesma polidez e respeito aos colaboradores do setor;
- Permitido o uso dos terminais de pesquisa por no máximo 1h.
- Conservar e preservar as obras que são emprestadas lembrando que elas são importantes para toda comunidade acadêmica da FESP Faculdade.
- Conserve e mantenha organizado também os materiais da biblioteca, como mesas e cadeiras, visando a sua organização e limpeza.

### 9.3 LABORATÓRIOS, AMBIENTES E CENÁRIOS PARA PRÁTICAS DIDÁTICAS

A FESP oferece aos seus estudantes espaços para realização de atividades práticas, com excelente qualidade, acessibilidade e ergonomia, equipamentos atualizados e condições de uso alinhadas aos requisitos de formação de cada Projeto Pedagógico do Curso, e seguindo orientações das Diretrizes Curriculares e requisitos normativos do Ministério da Educação para os cursos que são ofertados.

Na FESP, os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas se concentram no Núcleo de Práticas Jurídicas, corredores da Instituição, dentre outros espaços externos às salas de aula teóricas, permitindo flexibilidade, otimização e organização, contribuindo, sobremaneira, para a articulação teoria-prática sobre temáticas intra, inter ou transdisciplinares.

O **Núcleo de Prática Jurídica** da FESP Faculdades oferece serviços gratuitos de consultoria e assessoria jurídica a toda a população carente de grande João Pessoa, especificamente da Zona Sul. Tais pessoas que carecem de instituições jurídicas que possam atendê-las, preservando seus direitos e, ao mesmo, tempo, esclarecendo seus deveres como cidadãos brasileiros. Onde, o estudante-estagiário deverá agir com responsabilidade, assiduidade e pontualidade através da vivência do dia a dia de um profissional do Direito em suas diversas áreas de atuação, o discente aprenderá a se relacionar com os demais profissionais das áreas afins e estará apto a resolver situações inerentes à formação e ainda

estará atendendo a comunidade civil, exercendo seu compromisso com a cidadania, atento aos Direitos Humanos.

O **Núcleo de Prática Jurídica** da FESP Faculdades está composto por 2 (dois) CEJUSC's – Centro Judiciais de Soluções Consensuais de Conflitos, encarregados das atividades de conciliação e mediação judicial e extrajudicial. Os campos de estágio mencionados compõem o projeto desenvolvido pela FESP Faculdades, em parceria com o Tribunal de Justiça da Paraíba e foram criadas com o objetivo de solucionar conflitos através de meio extrajudicial, como a conciliação, a negociação e a mediação.

Todos os laboratórios, comumente mais utilizados, possuem boas condições de acessibilidade, climatização e biossegurança, previstas dentro dos riscos pertinentes à sua utilização.

Informa-se, a seguir, a descrição dos laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas, disponíveis por andar e suas respectivas dimensões. Destaque-se que, em cada um deles, há mobiliário e insumos específicos, normas de segurança, documentação dos equipamentos, livro de registro e acessibilidade adequada para seus usuários.

#### 9.4 SALAS DE APOIO DE INFORMÁTICA OU ESTRUTURA EQUIVALENTE

A Faculdade de Ensino Superior da Paraíba - FESP disponibiliza aos seus alunos diversas formas de acesso aos recursos de informática, que se dá por meio do Ambiente Multimídia da Biblioteca e através da wifi em todo seu Campus. Na biblioteca, há equipamentos e softwares para uso discente e atende às necessidades institucionais e do curso, sobretudo quanto às exigências necessárias relativas à conforto, limpeza, acústica, ventilação, conservação e climatização para que os alunos tenham acesso à Internet e produzam seus trabalhos acadêmicos e pesquisas, com funcionamento disponível, das 14h às 20 horas. O aluno é cadastrado na biblioteca e tem acesso ao equipamento. A gerência controla o uso do laboratório, marcando as reservas de horários para estudos e trabalhos.

A manutenção dos equipamentos é efetivada de acordo com cronograma de trabalho para revisões diárias, sendo os sábados dedicados à manutenção geral.

Os serviços administrativo-acadêmicos da FESP estão interligados à rede de informática institucional, permitindo às direções de curso e aos diversos setores o registro e a utilização de dados inerentes ao dia-a-dia acadêmico.

Todas as máquinas estão conectadas fisicamente, porém gerenciado por um serviço da Microsoft (Active Directory), gerindo a segurança de acesso as pastas de cada departamento de acordo com a permissão dada a cada usuário, que impossibilita o acesso a dados no qual um usuário não tenha permissão de. Os laboratórios estão interligados por meio de cabos, pares trançados e gerenciados por switches. Esse tipo de gerenciamento possibilita que um problema físico ou lógico em uma máquina não comprometa o rendimento do resto dos equipamentos. O servidor fica em uma sala separada com acesso exclusivo ao pessoal técnico que apoia os laboratórios. A Instituição disponibiliza a Internet no laboratório de informática, nas salas de aula, na biblioteca e na coordenação de curso, possibilitando à comunidade acadêmica ampliar os conhecimentos e realizar pesquisas, tendo acesso a variadas fontes de dados nacionais e internacionais.

Os sistemas estão desenvolvidos de maneira que em todos os pontos da rede seja possível a obtenção de informações de qualquer setor, observando-se os critérios de segurança. Dispomos também um acesso aos alunos e professores a rede wi-fi, totalmente segura, para que possam trazer seus notebooks e acessarem a internet para fazerem pesquisas. O acesso a internet é isolado da nossa Rede, impossibilitando acesso a dados.

A Instituição disponibiliza o correio eletrônico para estudantes, professores e funcionários e de página na Internet que possibilitam o acesso às principais informações institucionais.

As Políticas de manutenção e de conservação definidas consistem em:

- a) Manter equipamentos em funcionamento e adequados ao uso da comunidade acadêmica;
- b) Proceder a reparos imediatos, sempre que necessário, para manter os equipamentos em condições de uso;
- c) Executar procedimentos de revisão periódica nos equipamentos da Instituição.

Assim, a FESP disponibiliza para sua comunidade acadêmica equipamentos modernos e softwares originais e atualizados, por meio de laboratórios, usados no desenvolvimento das diferentes unidades curriculares, em horários distintos do funcionamento do curso, se necessário. A utilização dessas ferramentas enriquece o fazer e a vivência pedagógica, relacionando teoria e prática, que garantem uma postura diferenciada do profissional.

Todo esse aparato atende muito bem à demanda total de usuários, em quantidade e adequação de espaço físico, que garantem acessibilidade, conectividade e eficiência, uma vez que equipamentos e softwares são atualizados sistematicamente, tendo em vista a existência de locais e meios estruturais e tecnológicos implantados e disponíveis aos discentes na instituição do ensino em qualidade e quantidade compatível com as necessidades acadêmicas. Todos os laboratórios contam com estrutura que permite conforto e amplo acesso a pessoas com necessidades especiais e estão equipados com softwares para ampliação da tela e leitura de telas (a exemplo do Dosvox). Todos os laboratórios de apoio de informática possuem projetores multimídia e quadro e a garantia de acessibilidade nas suas diferentes formas de manifestação.

Desde 2017 A FESP, estabeleceu as Normas e os Procedimentos para o Uso dos Recursos de Tecnologia da Informação na IES. Os recursos de tecnologia da informação (TI) são os equipamentos, as instalações e recursos de informação direta ou indiretamente administrados, mantidos ou operados pelas unidades da FESP.

## 9.5 BASES TECNOLÓGICAS DA INSTITUIÇÃO

De forma a garantir o perfeito funcionamento de todos os serviços educacionais na instituição, conta-se com robusta base tecnológica que considera de forma plena a capacidade e estabilidade de energia elétrica, a rede lógica e disponibilidade dos serviços, a segurança da informação.

A FESP conta com uma infraestrutura de execução e suporte qualificada para garantir as demandas dos ambientes institucionais e dos serviços de apoio, como hardware, software e serviços tecnológicos, necessários para suportar a plena

operação e funcionamento, assegurando a disponibilidade de serviços aos usuários e atendendo às necessidades institucionais.

Para isso, a Tecnologia de Informação (TI) busca garantir a prevenção de eventuais falhas com planos de redundância e contingência constituídos por uma série de ações e procedimentos que visam à obtenção de soluções e dispositivos de recuperação relacionados com essas falhas.

Os processos de contingenciamento, redundância e expansão dos recursos tecnológicos estão baseados em políticas que visam à alta disponibilidade de informações e sistemas, por meio de suporte técnico, sistemas de segurança, esquemas de backup, planos de contingência, redundância de equipamentos e canais de comunicação e gerenciamento proativo. O objetivo é assegurar um plano de acesso seguro, eficiente e gerenciado, capaz de restabelecer as funções críticas numa situação excepcional.

Os **planos de contingência** são desenvolvidos para cada ameaça considerada em cada um dos processos do negócio pertencentes ao escopo, definindo em detalhes os procedimentos a serem executados em estado de contingência. Na implementação do plano, são avaliados os principais riscos que podem fazer um sistema parar. Para isso, procede-se ao levantamento dos impactos dessa parada em cada área de negócio e estimativa do tempo que levaria para restabelecer o processamento para cada risco e área.

A FESP dispõe de redundância de hardwares específicos: Firewall, controladoras de WiFi, processo de Backup de dados, cópias redundantes de toda a informação, incluindo dados, aplicações, sistema operativo e outros sistemas de gestão em uso.

O Plano de expansão acompanha a evolução institucional, dos cursos e tecnológicas da área, bem como a previsão de expansões acadêmicas e administrativas, previstas no PDI, de modo a assegurar a atualização tecnológica e a quantidade necessária dos meios que configuram a qualidade da infraestrutura e dos serviços de execução e suporte.

A TI tem como objetivo manter as operações em funcionamento, dentro dos níveis de serviço acordados. Essas operações são monitoradas por equipe especializada e dedicada, abrangendo a estrutura de telecomunicação (voz e dados), servidores e ambientes dos sistemas, incluindo a especificação,

homologação, testes e implantação de novos recursos para atendimento às necessidades acadêmicas e administrativas.

Desta forma, informa-se que diante da análise da equipe de gestão e técnica a base tecnológica da IES, possibilita a disponibilidade de recursos tecnológicos, capacidade e estabilidade da energia elétrica, lógica e segurança da informação com as seguintes características:

## **1. ENERGIA**

- ❖ Há responsável técnico pelos serviços;
- ❖ Nobreak com funcionamento 24h em equipamentos e máquinas estratégicas;
- ❖ Uso de notebooks o que garante a utilização de bateria local em caso de falta de energia;
- ❖ Linhas de energia elétrica estabilizadas na fonte para 220V e 110V com funcionamento 24h;
- ❖ Grupo Gerador (Subestação de energia própria) – com entrada automática com caso haja queda de energia com funcionamento 24 h ininterrupto.

## **2. INTERNET**

- ❖ Há responsável técnico pelos serviços;
- ❖ Link dedicado, prestadores deste serviço garantem 99,98% de disponibilidade em contrato;
- ❖ Link de duas operadoras diferentes
- ❖ Roteamento automático de links
- ❖ Mudança de link de operadoras diferentes em caso de queda da rede de internet com funcionamento 24h;
- ❖ Roteadores auto gerenciáveis em toda a IES com funcionamento 24h

## **3. SERVIDORES E SEGURANÇA**

- ❖ Há responsável técnico pelos serviços;
- ❖ Baseado em maquina virtuais que no caso de queda pode ser transferido imediatamente para outro computador com 24h de funcionamento.
- ❖ Servidor Firewall que controla acesso a rede 24h

❖ Backup incremental em servidor cloud privado para evitar perda de dados, realizado por período (matutino, vespertino e noturno)

#### **4. REDE E LÓGICA**

- ❖ Há responsável técnico pelos serviços;
- ❖ Cabeada lógico com gerenciamento 24h.
- ❖ Link de dados em fibra ótica
- ❖ Rede compatível com o número de usuários;
- ❖ Segurança garantida por firewall; outros.

#### **5. RECURSOS TECNOLÓGICOS E AUDIOVISUAIS**

- ❖ Os equipamentos para uso em salas de aula, laboratórios e área administrativa apresentam-se em quantidade que atendem às determinações legais, instalados de forma a possibilitar condições apropriadas de acesso aos docentes, técnicos e alunos.
- ❖ Ambiente virtual de aprendizagem
- ❖ Sistema de Webconferência no auditório
- ❖ Os computadores ligados em rede, com acesso à internet.
- ❖ Em casos nos quais há necessidade estão ainda conectados a impressoras diretamente ou em rede.
- ❖ Há datashows disponíveis na instituição;
- ❖ A instituição utiliza ainda aparelhos de TV para objetivos diversos instalados em diversos ambientes.
- ❖ A IES conta com impressoras distribuídas estrategicamente e conectadas em rede as quais são ainda copiadoras e scanners acoplados.
- ❖ A IES conta ainda com os seguintes dispositivos de tecnologia:
  - o Aparelhos telefônicos com tecnologia Voip
  - o Aplicativos disponíveis na Store para fins diversos;
  - o Site próprio, e outros

#### **9.5 INFRAESTRUTURA DE EXECUÇÃO E SUPORTE**

A expansão e atualização dos equipamentos acompanham as necessidades dos cursos e a evolução tecnológica das áreas. É do interesse da FESP assegurar a

atualização tecnológica e a quantidade necessária de todos os meios que configuram a garantia da qualidade do ensino.

A renovação de equipamentos ocorre de forma cíclica e permanente. Neste sentido, busca-se a antecipação à acelerada obsolescência que se observa no campo da Tecnologia da Informação, que afeta computadores de trabalho e servidores, equipamentos de telefonia, impressoras, roteadores, aplicativos etc. Ciente dessa problemática e dos riscos da obsolescência para o ensino, a pesquisa e a gestão institucional, a FESP dispõe de um plano de expansão e atualização sistemática do parque de máquinas, incluindo as estações de trabalho administrativas e os equipamentos de uso de docentes e estudantes. São também periodicamente avaliadas as necessidades de ampliação da capacidade dos servidores, switches e roteadores devido ao elevado valor agregado que os mesmos possuem para o funcionamento da Instituição. Servidores obsoletos ou que estejam fora dos prazos de garantia são substituídos, de forma a minimizar os riscos de indisponibilidade de acesso a informações e de comunicação entre os usuários.

O plano de expansão e atualização e políticas de renovação de equipamentos contempla igualmente a atualização dos diversos aplicativos utilizados na administração da faculdade e nas atividades acadêmicas de ensino e pesquisa, por meio da identificação periódica das necessidades de manutenção e aquisição.

Com relação à política de investimentos, a FESP conta com um processo de aprovação e acompanhamento dos investimentos, custos e despesas, garantindo o retorno financeiro previsto e também a sustentabilidade da instituição. O plano de investimentos é elaborado anualmente, com metas objetivas e mensuráveis para os próximos cinco anos, em conformidade com o PDI e ancorado em um planejamento estratégico e financeiro, que consiste num processo que envolve todas as áreas da Instituição com vistas a definir o norte estratégico dos próximos anos. Esse exercício colabora com a previsibilidade sobre a necessidade de desembolsos e correlata receita esperada.

A elaboração desse plano leva em consideração, o mapa de obsolescência dos equipamentos, os indicadores de desempenho, baseados nos resultados das pesquisas da CPA, a abertura de novos cursos, a expansão dos cursos existentes, previstos no PDI. Mais ainda, o plano de expansão é impactado pela análise

periódica que a FESP faz dos movimentos de mercado. Por todos esses fatores, fica claro que o plano de expansão e atualização de equipamentos passa por revisões periódicas e constantes, que garantem ações associadas à sua correção, quando necessária.

A alocação de recursos para a execução do plano de expansão e atualização de equipamentos da FESP está de acordo com às diretrizes previstas PDI e no Planejamento Financeiro. Ademais, a FESP, e também tem sua performance financeira monitorada em sua matriz, o que garante duplo lastro de sustentabilidade financeira que, portanto, garante a realização da missão institucional.

## 9.6 SISTEMAS DE REGISTROS ACADÊMICOS

O sistema adotado pela FESP é o AcadWeb - Software para a gestão de instituições de ensino que integra diversos setores da faculdade, facilitando a organização e acesso aos dados. A plataforma também é capaz de absorver, unificar e relatar de forma intuitiva e prática as mais diversas informações necessárias para a gestão acadêmica.

O Acadweb foi produzido para ser a principal ferramenta no controle e consolidação das informações de secretaria, turmas, histórico dos alunos e carga horária. Tudo em uma única plataforma integrada.

O Acadweb absorve, unifica e relata de forma intuitiva, dinâmica e prática os múltiplos pilares presentes na gestão acadêmica. Das principais vantagens do AcadWeb, podemos listar:

- Inscrições online do vestibular, prova agendada e tradicional, prova eletrônica ou impressa, apuração do resultado e publicação
- Matrícula flexível, com diversas opções de ações automáticas
- Monitoramento do convênio FIES, inclusive com a leitura da planilha de retorno
- Rotina de apuração do Censo, com envio do arquivo de remessa para o INE
- Apuração do ENADE

O Acadweb também atua de forma a gerenciar o funil de vendas da IES, indo desde a captação de novos alunos, passando pela avaliação, no formato tradicional ou eletrônico com resultado imediato ao candidato, chegando ao processo de matrícula online com aplicação do questionário socioeconômico, identificando o perfil do ingressante e medindo, inclusive, suas expectativas em relação ao curso. Tudo via web e de forma eficiente.

Aliada tecnologia e comunicação buscando resolver o desafio da captação de novos alunos. É possível captar leads (estudantes) na web, a partir de conteúdos e gatilhos digitais, e transformá-los em alunos.

## 9.7 PLANO DE AQUISIÇÃO, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

Dada as projeções de crescimento para a oferta da graduação e pós-graduação durante o período de vigência do seu PDI, a FESP em seu plano de expansão e de atualização de equipamentos demonstra capacidade de execução de forma adequada para a implantação e desenvolvimento dos programas, cursos e ações propostas. Para isso, é prevista a aquisição de novos equipamentos e a atualização dos mesmos.

Em relação a estrutura física, pretende-se ampliar a sala para os professores, salas para as Coordenações de curso, novos laboratórios de informática. A biblioteca contará com a manutenção e plano de necessidade de novos equipamentos e acervo. Outros espaços de uso coletivo serão ampliados para atender à demanda gerada pela implantação de novos cursos e programas. Os investimentos financeiros serão disponibilizados pela mantenedora estando coerente com as metas institucionais. Para dar conta da necessária otimização da infraestrutura, no que se refere a esses equipamentos,

Tomando por base o Parque tecnológico institucional, anualmente são identificadas todas as necessidades de atualização ou aquisição de equipamentos e softwares da **Faculdade FESP**. Estas identificações são baseadas na consolidação do Parque tecnológico institucional visualizando planejamento financeiro e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

As identificações da necessidade de atualização ou aquisição de equipamentos e softwares da **Faculdade FESP** acontecem nos meses de janeiro e julho, acompanhando o início dos períodos letivos semestrais.

Os critérios de prioridade de atualização dos equipamentos são analisados em duas dimensões: critérios estratégicos para os serviços educacionais da Instituição e/ou curso e critérios técnicos.

Os critérios técnicos são identificados pelo tempo de uso do equipamento, atualização, atendimento às necessidades do curso e demanda de manutenções corretivas.

### **Manutenção Preventiva e Corretiva dos Equipamentos**

A FESP possui uma equipe de técnicos responsáveis pelos laboratórios. Essa equipe é responsável por manter a infraestrutura e equipamentos em condições perfeitas de uso, oferecendo serviços de suporte, manutenção preventiva e manutenção corretiva.

Os técnicos têm a incumbência de planejar e executar um cronograma de manutenção preventiva anualmente em todos os equipamentos. Na Instituição as manutenções preventivas ou corretivas nos equipamentos de informática são realizadas de forma adequada.

As manutenções corretivas são realizadas através das ocorrências identificadas na manutenção preventiva. E também podem ser solicitadas pelos usuários.

O suporte e manutenção dos equipamentos obedecem ao seguinte Programa de Manutenção:

- **Manutenção Preventiva permanente:** Realizada por um técnico de informática. Consiste na verificação diária do funcionamento normal de todos os equipamentos, antes do início de utilização;
- **Manutenção Corretiva (interna):** Realizada pelo técnico de informática. Consiste na solução dos problemas detectados na manutenção preventiva permanente;
- **Manutenção Corretiva (externa):** Realizada por empresa de suporte externa. Consiste na solução dos problemas detectados na manutenção permanente e

preventiva, não solucionados pela manutenção corretiva interna. Realiza manutenção e/ou troca de componentes. As manutenções externas são realizadas por empresas contratadas pela FESP.

A instituição prevê ações de supervisão e controle afetas diretamente aos responsáveis pelos setores referidos, conforme o agrupamento de equipamentos. Em nível maior, a supervisão, controle da manutenção e conservação de equipamentos é responsabilidade da Direção Administrativa.

## 9.8 RECURSOS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A FESP acredita que a comunicação ampla e clara é fundamental no relacionamento da instituição e a comunidade acadêmica, por isso, a IES segue investindo em novas tecnologias e métodos de comunicação, seja pela aquisição e/ou criação de novos caminhos tecnológicos, seja pela adesão às populares redes sociais. O importante é assegurar uma comunicação de qualidade que atenda às necessidades específicas para cada setor institucional (acadêmico ou administrativo), segmentos de sua comunidade interna (estudantes, professores ou funcionários), grupos de usuários ou indivíduos.

A fim de viabilizar a execução dos Projetos Pedagógicos dos Cursos por ela ofertados, a FESP promove a busca pelo conhecimento e a autonomia no processo de ensino-aprendizagem, desenvolvendo mecanismos institucionalizados de comunicação interna e externa já utilizados no corpo discente, com as seguintes finalidades:

- a) Criar canais acessíveis de comunicação e sistemas de informação para a interação interna e externa, que possibilitem a divulgação das ações da IES;
- b) Aperfeiçoar os mecanismos definidos para a coleta, a sistematização e a divulgação da informação, bem como os mecanismos de garantia e precisão na divulgação da informação;
- c) Utilizar tecnologias da informação e comunicação (TICs) como mecanismos para garantir que a informação e a comunicação favoreçam a articulação entre as distintas áreas da Instituição e colaborem para a tomada de decisões;

- d) Aplicar as TICs como apoio às atividades acadêmicas, especialmente as voltadas para o aperfeiçoamento do processo de ensino-aprendizagem;
- e) Estimular o uso da Internet e de outros recursos de comunicação interativa.

Desta forma, seguem algumas das principais ferramentas de tecnologia e comunicação disseminadas no ambiente acadêmico e que se destacam nas atividades cotidianas da FESP:

O Autoatendimento, disponível na homepage da FESP, por meio da identificação de usuário e de senha, oferece ao discente uma série de ações e recursos que lhe proporcionam acesso a informações acadêmicas e administrativo-financeiras, em que se destacam o sistema de verificação de notas e o acesso ao FESP Virtual, uma ferramenta desenvolvida para garantir a integração do discente com a Faculdade, por meio de um processo informatizado de comunicação, que facilita o acesso a planos de ensino e cronogramas das unidades curriculares em curso, recursos didáticos, orientações do professor, informes do curso, situação acadêmica, acervo de livros disponíveis na biblioteca, empréstimo e reservas de livros, acesso à Ouvidoria. Também possibilita mais interação com seus professores e colegas, com a criação de enquetes, de fóruns e outras ferramentas.

A FESP oferece a sua comunidade acadêmica acesso à Internet, por meio de rede wireless, disponível em toda a IES. Por meio de login e senha individuais, o usuário terá livre e irrestrito acesso à rede mundial de computadores e às TICs disponíveis, o que contribui para construir, socializar e integrar conhecimentos e experiências.

Redes Sociais: A FESP compreende que atualmente a comunicação via redes sociais faz parte do cotidiano contemporâneo e já é o principal meio de comunicação pessoal exatamente porque o acesso é facilitado por meio da tecnologia. Neste sentido, por meio da assessoria de imprensa interna e externa, a Instituição possui uma rede rápida e eficiente de comunicação com estudantes. Atualmente a FESP utiliza-se das mais populares redes sociais, tais como Facebook, Instagram e o WhatsApp com o intuito de agilizar toda e qualquer comunicação pertinente à comunidade acadêmica, além de permitir retorno rápido a dúvidas da comunidade sobre ações e programas da instituição.

Os controles fundamentais da Biblioteca são atendidos por programas informatizados específicos, em condições de manter dados atualizados quanto ao acervo, ao acesso, ao empréstimo e à catalogação de obras. Integra esse sistema um programa de sugestão de leituras, destaques das notícias de periódicos e recomendações de obras e eventos culturais de interesse das áreas. Na biblioteca, existem computadores ligados à Internet, acervo e autoatendimento informatizados e acessíveis, com teclados em Braille, programa de voz, e para os estudantes com transtorno do espectro autismo, acompanhamento e orientação individualizada e direcionada, promovendo a autonomia do estudante.

Desde 2017 A FESP, estabeleceu as Normas e os Procedimentos para o Uso dos Recursos de Tecnologia da Informação na IES. Os recursos de tecnologia da informação (TI) são os equipamentos, as instalações e recursos de informação direta ou indiretamente administrados, mantidos ou operados pelas unidades da FESP.

#### 9.10 PLANO DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E DE ATENDIMENTO DIFERENCIADO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD)

Este plano estabelece diretrizes para assegurar aos educandos com deficiências e necessidades educacionais diversas condições de ingresso e permanência na Instituição, oferecendo o apoio necessário e adaptando “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades”, conforme dispõe o artigo 58 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9.394/96

Conforme artigo 26, parágrafo 1.º, da Declaração Universal de Direitos Humanos, o acesso à educação superior deve ser baseado no mérito, capacidade, esforços, perseverança e determinação mostradas pelos que a buscam. A educação superior deve ser oferecida em qualquer idade e para quaisquer pessoas, com base nas competências adquiridas anteriormente. A igualdade de acesso não admite qualquer discriminação em termos de raça, sexo, idioma, religião, de condições sociais e de deficiências físicas.

Com o intuito de garantir tal processo de acessibilidade e inclusão na FESP, a partir das necessidades demandadas pelo Núcleo de Apoio Psicopedagógico - NAP vem sendo implementado gradativamente o plano de acessibilidade e inclusão,

referente a estudantes, docentes e funcionários com necessidades educacionais especiais originadas de deficiência intelectual, psicossocial, física, de deficiência visual, auditiva, com transtorno do espectro autista e altas habilidades, ao mesmo tempo onde gera a inclusão e acessibilidade atitudinal junto a toda comunidade acadêmica.

Ou seja, as instâncias acadêmicas e administrativas estão articuladas para o planejamento da promoção e acessibilidade e atendimento prioritário, imediato e diferenciado para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços institucionais, mobiliários e equipamentos, das edificações e serviços oferecidos na Faculdade. Destaque-se que as ações da FESP nesse contexto não são direcionadas apenas às pessoas com alguma necessidade especial, mas, sim, à totalidade da comunidade da instituição, pois o interesse maior é promover acessibilidade e inclusão nas ações cotidianas no ambiente acadêmico e profissional a todos. Para isso, deve promover ações que visem eliminar barreiras físicas, pedagógicas, de comunicação e de informação que restrinjam a participação e o desenvolvimento acadêmico e profissional.

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico - NAP tem o compromisso de assegurar a comunidade acadêmica condições plenas de participação e aprendizagem, considerando, sempre, o respeito ao ser humano e as orientações pedagógicas.

Em seus marcos referenciais pedagógicos, legais, políticos e orientadores da educação inclusiva, têm como objetivos a observação das condições necessárias para o pleno acesso, participação e aprendizagem dos discentes com deficiência em toda a trajetória do seu ensino, a garantia a acessibilidade em sua magnitude, compreendendo a eliminação de barreiras metodológicas, instrumentais, arquitetônicas, atitudinais, comunicacionais e programáticas são asseguradas em todas as atividades acadêmicas, a saber:

a) Acessibilidade metodológica e instrumental: Considerando que a preocupação é com o resultado de aprendizagem dos estudantes, a metodologia que conduz o processo de ensino-aprendizagem é fundamental, ou seja, buscam atingir todos os perfis de estudante, incluindo alunos com deficiências físicas ou cognitivas, e com diferentes estilos de aprendizagem.

Com vistas a garantir a acessibilidade instrumental, há ferramentas que contribuem com o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, comunicação e superação metodológica dos estudantes com deficiência visual e/ou auditiva. Para isso, está disponível, no nosso Ambiente Virtual de Aprendizagem, software de tradução de texto e voz para LIBRAS - Linguagem Brasileira de Sinais, possibilitando a comunicação entre os surdos e ouvintes e facilitando a troca de experiências com a comunidade surda.

b) Acessibilidade arquitetônica e atitudinal: o projeto arquitetônico da Instituição garante a acessibilidade em seus pavimentos, proporcionando mobilidade com segurança e autonomia, total ou assistida em todas as áreas de convivência e espaços pedagógicos da instituição. Também, destacamos o atendimento prioritário (deficientes, idosos e gestantes) nas centrais de assistência ao estudante e outros serviços, em coerência com o disposto no Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004.

Buscando atender as necessidades de pessoas com deficiência, em termos de infraestrutura, a FESP dispõe de livre circulação dos estudantes nos espaços de uso coletivo (eliminação de barreiras arquitetônicas); vagas reservadas no estacionamento; portas e banheiros adaptados com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas; barras de apoio nas paredes dos banheiros; lavabos e bebedouros. No laboratório de informática a instituição possui softwares para deficientes visuais e auditivos.

#### **-Definições:**

- **PESSOA COM DEFICIÊNCIA:** Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem dificultar sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- **SURDEZ:** ausência ou perda significativa da audição.

- **DEFICIÊNCIA VISUAL/ BAIXA VISÃO OU VISÃO SUBNORMAL:** ausência ou perda significativa da visão.
- **TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA:** caracteriza-se por alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo.
- **DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM:** desordens neurológicas, psíquicas e emocionais que interferem na recepção, integração ou expressão de informação.
- **DISLEXIA:** distúrbio de aprendizagem específico relacionado à leitura, escrita e interpretação de textos.
- **TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE (TDAH):** transtorno neurobiológico, de causas genéticas, que aparece na infância e frequentemente acompanha o indivíduo por toda a sua vida. Ele se caracteriza por sintomas de desatenção, inquietude e impulsividade.
- **ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO:** trata-se dos educandos que apresentarem notável desempenho e elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos, isolados ou combinados: capacidade intelectual geral; aptidão acadêmica específica; pensamento criativo ou produtivo; capacidade de liderança; talento especial para artes e capacidade psicomotora.

#### **-Procedimentos e ações:**

Aos estudantes que se identificam como pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento ou com necessidades educacionais diversas na inscrição ao **processo seletivo** da Instituição são oferecidas condições de pleno acesso à prova, sejam elas físicas ou por meio do acompanhamento de profissional especializado, tais como intérpretes de Libras ou leitores, que são providenciados pela equipe organizadora do processo seletivo.

O estudante que se identifica com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, superdotação ou necessidades educacionais diversas na **matrícula** é convidado a uma entrevista com um profissional do NAP já no início do seu percurso na Instituição, para que conjuntamente possam estabelecer os melhores processos de ensino-aprendizagem com vistas a apoiar sua permanência e a finalização do curso com qualidade acadêmica e realização

peçoal. O acesso ao atendimento do NAP é aberto a todos os estudantes que assim o desejarem, por meio de agendamento prévio de entrevista por telefone ou email. Em muitos casos os estudantes são referenciados ao NAP pelos docentes e coordenador de curso quando são percebidas dificuldades de aprendizagem no dia-a-dia da sala de aula. Uma vez formalizado o primeiro contato, o estudante é acompanhado nos demais semestres e os docentes orientados quanto aos procedimentos pedagógicos mais adequados àquele estudante.

Procedimentos para atendimento a estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação e demais condições específicas mais frequentes na Instituição:

## **SURDEZ**

1. O estudante deverá entrar em contato com o NAP ou com a Coordenação para solicitar o apoio necessário.
2. A Coordenação deverá solicitar apoio ao NAP ou orientar o estudante quanto aos contatos da área.
3. O NAP realizará todos os procedimentos necessários, de acordo com a solicitação do estudante, para a que um tradutor/intérprete de Libras o acompanhe em todas as aulas e atividades acadêmicas, durante todo o curso.
4. Avaliação:
  - a. O estudante surdo poderá solicitar a presença do intérprete de Libras durante a realização das provas.
  - b. A correção das provas e atividades escritas do estudante surdo deverá levar em consideração sua singularidade linguística e que a Língua Portuguesa escrita não é dominada da mesma forma que para os ouvintes, sendo sempre uma “segunda língua” ou “língua estrangeira”.

## **DEFICIÊNCIA VISUAL/ BAIXA VISÃO OU VISÃO SUBNORMAL**

1. O estudante deverá entrar em contato com o NAP, com a Coordenação para solicitar o apoio necessário.
2. A Coordenação deverá solicitar apoio ao NAP ou orientar o estudante quanto aos contatos da área.

3. O NAP junto com a coordenação do curso disponibilizará um leitor para realizar a prova oral, quando assim for necessário.

### **TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA**

1. O estudante deverá entrar em contato com o NAP ou com a Coordenação para solicitar o apoio necessário.
2. A Coordenação deverá solicitar apoio ao NAP ou orientar o estudante quanto aos contatos da área.
3. O NAP em conjunto com o estudante e coordenação definirão o melhor sistema de avaliação e acompanhamento do estudante no curso.
4. Em casos de comprovada necessidade o NAP realizará os procedimentos adequados para a autorização de um acompanhante especializado que permanecerá junto com o estudante nas aulas, durante o curso.
5. Métodos de avaliação disponíveis:
  - a. Avaliação em uma sala reservada com maior tempo de prova.
  - b. Avaliação oral em uma sala reservada.

### **DISLEXIA**

1. O estudante deverá entrar em contato com o NAP ou com a Coordenação para solicitar o apoio necessário.
2. A Coordenação deverá solicitar apoio ao NAP ou orientar o estudante quanto aos contatos da área.
3. O NAP, em conjunto com o estudante e coordenação, definirá as melhores práticas de avaliação e acompanhamento do estudante no curso.
4. Métodos de avaliação disponíveis:
  - a. Avaliação em uma sala reservada com maior tempo de prova.
  - b. Avaliação oral em uma sala reservada.
  - c. O docente e/ou monitor deverá ler e reler o enunciado da prova, quantas vezes forem necessárias ao estudante portador de dislexia.
  - d. O docente/corretor da avaliação não deverá descontar nota por erros ortográficos e/ou gramaticais.

### **TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE**

1. O estudante deverá entrar em contato com o NAP ou com a Coordenação para solicitar o apoio necessário.
2. A Coordenação deverá solicitar apoio ao NAP ou orientar o estudante quanto aos contatos da área.
3. O NAP, em conjunto com o estudante e coordenação, definirá o melhor sistema de avaliação e acompanhamento do estudante no curso.
4. Métodos de avaliação disponíveis:
  - a. Avaliação em uma sala reservada e com maior tempo de prova.
  - b. O docente e/ou monitor deverá ler e reler o enunciado da prova, quantas vezes forem necessárias ao estudante portador de TDAH.

#### **DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM**

1. O estudante deverá entrar em contato com o NAP ou com a Coordenação para solicitar o apoio necessário.
2. A Coordenação deverá solicitar apoio ao NAP ou orientar o estudante quanto aos contatos da área.
3. O NAP, em conjunto com o estudante e coordenação, definirá o melhor sistema de avaliação e acompanhamento do estudante no curso.
4. Métodos de avaliação disponíveis:
  - a. Avaliação em uma sala reservada e com maior tempo de prova.

No apoio a outras necessidades educacionais dessa natureza, o NAP promove espaços de discussão na comunidade acadêmica, atividades como a realização de oficinas de inclusão, sensibilizações e capacitações dos docentes e funcionários. Também, existe a preocupação com a aproximação do ambiente familiar e psicossocial do estudante, com o objetivo de aperfeiçoar e adaptar a dinâmica do aprendizado.

Para a sociedade, de uma maneira geral, a Instituição também oferece programas e campanhas de sensibilização destinadas a eliminar preconceitos, estereótipos e outras atitudes que atentam contra os direitos das pessoas – enquanto indivíduos diferentes entre si – serem tratadas com equidade, promovendo, dessa forma, o respeito e a convivência com todas as pessoas.

A Faculdade de Ensino Superior da Paraíba pode colocar à disposição de professores, alunos, funcionários com deficiência ou com mobilidade reduzida, ajuda técnica que permitam o acesso às atividades acadêmicas e administrativas em igualdade de condições com as demais pessoas.

Além disso, a Faculdade de Ensino Superior da Paraíba proporciona programas internos de capacitação para a educação inclusiva, com oferta de informações sobre as características essenciais necessárias ao aprendizado dos portadores de necessidades especiais; cursos, seminários ou eventos similares, ministrados por especialistas; e, cursos para o entendimento da linguagem dos sinais.

A FESP Faculdade crê nas políticas de educação inclusiva como sendo alavancas para proporcionar a igualdade de oportunidades e participação de todos no processo de aprendizagem.

O plano de garantia de acessibilidade é um documento norteador para que todas as ações tenham assertividade e promovam igualdade de condições de ingresso e permanência aos discentes com deficiência, e prover condições satisfatórias para todos os docentes e colaboradores.

A FESP compreende a indissociabilidade entre acessibilidade e inclusão, o respeito à diferença, a garantia da autonomia e a inclusão plena, as quais devem ser os protagonistas nas relações de uma instituição de ensino superior como um ambiente de formação que se disseminarão para toda a sociedade.

#### **-Marcos Orientadores:**

- Declaração de Salamanca e linha de ação sobre Necessidades Educativas e Especiais, 1994, que dispõe sobre formas de inclusão de pessoas com deficiência;
- Decreto nº 186/08 - Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007;
- Decreto nº 3.298/99 - que dispõe sobre a Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Esse Decreto, em seu Capítulo VII, Da Equiparação de Oportunidades, Seção II, Educação, no artigo 24, assegura direito

à matrícula e no artigo 27, determina que as Instituições de Educação Superior ofereçam adaptações de provas, inclusive em termos de tempo adicional, apoios necessários previamente solicitados aos portadores de deficiência e adaptem, para os mesmos, os seus processos seletivos para ingresso em cursos;

- Decreto nº 3.956/01 — (Convenção da Guatemala) Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência;
- Decreto nº 5.626/05 - Regulamenta a Lei 10.436 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS;
- Decreto nº 6.949/09 - Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007;
- Decreto nº 7.611/2011 - Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências;
- Decreto nº 5.296/04, que regulamenta a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência, aos idosos com idade igual ou superior a sessenta anos, às gestantes, às lactantes, às pessoas acompanhadas por crianças de colo e aos obesos, e Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;
- Lei 12.764/12 - Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista - TEA;
- Lei nº 10.098/94 - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;
- Lei nº 10.436/02 - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e dá outras providências;
- Lei nº 10.861/04 - Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior — SINAES e dá outras providências;
- Decreto nº 5.296/04 - Regulamenta as Leis nº 10.048 e 10.098 com ênfase na Promoção de Acessibilidade;

- Lei nº 13.146/15 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
- Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que refere-se à educação especial como modalidade da educação escolar oferecida para portadores de necessidades especiais e que, em seu artigo 58, parágrafo 1º, assegura serviços de apoio especializado para atender às peculiaridades da clientela de educação especial;
- Nota Técnica DAES/INEP Nº 008/2015 - Acessibilidade no instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância do Sistema de Avaliação Nacional de Avaliação da Educação Superior — SINAES;
- Portaria nº 3.284/03 - Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições;
- Decreto nº 8.727, DE 28 de abril de 2016 - Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

## **10 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

A Comissão Própria de Avaliação – CPA constituída pela Faculdade de Ensino Superior da Paraíba (FESP) tem como atribuição acompanhar, coordenar e articular o processo de autoavaliação institucional, a fim de atender os requisitos estabelecidos na Lei 10.861 de 14 de abril de 2004.

### **10.1 PROJETO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

O Projeto de Auto avaliação Institucional da Faculdade de Ensino Superior da Paraíba é o lastro do processo de auto avaliação institucional. Está devidamente alinhado com o planejamento e com o modelo de gestão da Instituição, e estruturado de forma a produzir resultados úteis para redirecionar decisões, processos e ações com vistas à qualidade, a excelência na prestação de serviços, à expansão com sustentabilidade e à relevância social.

Deste modo é traduzido para a realidade e os desafios que a Instituição se propõe atingir. De maneira geral, a preocupação fundamental é com as condições para a elevação do padrão de qualidade da Instituição. Por isso, para a comunidade acadêmica, a avaliação institucional é uma atitude criativa de autocrítica, que evidencia a vontade de buscar a qualidade, em sintonia com as demandas e desafios da ciência e da sociedade.

A avaliação é uma ação inerente a toda atividade humana e tem como pressuposto o binômio qualidade-avaliação. A FESP, por meio da Comissão Própria de Avaliação (CPA), empenha-se em desenvolver um constante movimento de reflexão de suas práticas educacionais, administrativas e gestoras, não somente para o atendimento das exigências legais em cenário nacional quanto às práticas de auto avaliação nas instituições de ensino superior, mas também por entender que esse movimento favorece o autor referenciamento, considerando a compreensão da realidade pelos diferentes sujeitos do processo, propiciando seu envolvimento na gestão democrática e no planejamento e desenvolvimento de ações que contribuam para a qualificação dos serviços ofertados.

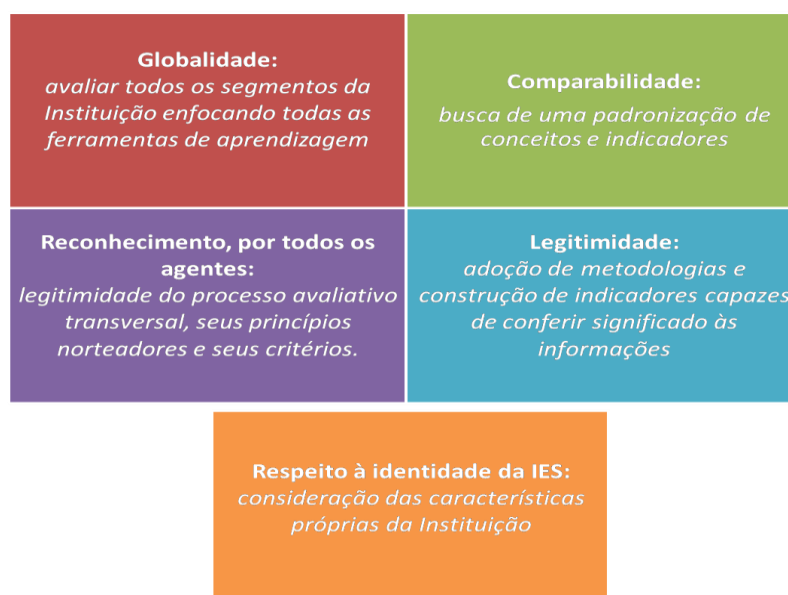
A avaliação institucional na Faculdade de Ensino Superior da Paraíba tem a finalidade de ser instrumento de mudança, fomentando a tomada de decisões pelos

gestores de todos os níveis da estrutura organizacional. Constitui um fórum qualificado para assegurar a participação da comunidade universitária para produzir uma avaliação crítica de procedimentos realizados na gestão da faculdade, na perspectiva do cumprimento da missão institucional.

Por fim, é também finalidade da avaliação gerar e socializar resultados concretos para fundamentar o processo de tomada de decisões da gestão e constitui uma base de dados sobre a evolução institucional.

### 10 1.1 Princípios da Avaliação Institucional

O Projeto de Auto avaliação da Faculdade de Ensino Superior da Paraíba, sendo uma atividade que integra o planejamento e as ações da instituição, requer credibilidade e ética para fundamentar avaliações, juízos de valor e eventuais justificativas referentes a mudanças e demais decisões surgidas no cotidiano da Instituição. Por isto, este projeto tem como princípios norteadores para prática, análise e divulgação de resultados do processo de avaliação o seguinte:



Em relação ao planejamento estratégico de autoavaliação FESP, a proposta de uma nova sistemática de avaliação institucional é fruto do trabalho integrado da comunidade acadêmica que acredita na avaliação enquanto processo cujos resultados devem orientar ações de estímulo e fomento à melhoria da qualidade de ensino, bem como o fortalecimento do projeto pedagógico e o aperfeiçoamento do corpo docente e infraestrutura.

### **10.1.2 Fundamentos para a Auto avaliação Institucional**

A CPA atua de modo global (avaliação de todos os elementos que compõem a IES, de acordo com o estabelecido no art. 8º da Portaria nº 2.051/2004), buscando a padronização de conceitos, adotando metodologias e indicadores capazes de conferir significado às informações coletadas, como órgão legitimamente reconhecido por todos os segmentos da Faculdade.

Dessa forma, a atuação da CPA estará referenciada nas dez dimensões da Lei nº 10.861, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), estabelecidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), a saber:

**Dimensão 1** – A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI): identifica o projeto e/ou missão institucional, em termos de finalidade, compromissos, vocação e inserção regional e/ou nacional.

**Dimensão 2** – Políticas para o ensino, a pesquisa e a extensão: explicita as políticas de formação acadêmico-científica, profissional e cidadã; de construção e disseminação do conhecimento; de articulação interna, que favorece a iniciação científica e profissional de estudantes, os grupos de pesquisa e o desenvolvimento de projetos de extensão, incluídos os procedimentos de estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

**Dimensão 3** – Responsabilidade social da instituição: contempla o compromisso social da instituição na qualidade de portadora da educação como bem público e expressão da sociedade democrática e pluricultural, de respeito pela diferença e de solidariedade, independentemente da configuração jurídica da IES. Esta dimensão considera especialmente a contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

**Dimensão 4** – Comunicação com a sociedade: identifica as formas de aproximação efetiva entre IES e sociedade, de tal sorte que a comunidade participe ativamente da vida acadêmica, bem como a IES se comprometa efetivamente com a melhoria das

condições de vida da comunidade, ao repartir com ela o saber que produz e as informações que detém.

**Dimensão 5** – Políticas de pessoal: explicita as políticas e os programas de formação, aperfeiçoamento e capacitação do pessoal docente e técnico-administrativo, associando-os a planos de carreira condizentes com a magnitude das tarefas a serem desenvolvidas e a condições objetivas de trabalho.

**Dimensão 6** – Organização e gestão da instituição: avalia os meios de gestão para cumprir os objetivos e projetos institucionais, a qualidade da gestão democrática, em especial nos órgãos colegiados, as relações de poder entre estruturas acadêmicas e administrativas e a participação nas políticas de desenvolvimento e expansão institucional.

**Dimensão 7** – Infraestrutura física: analisa a infraestrutura da instituição, relacionando-a às atividades acadêmicas de formação, de produção e disseminação de conhecimentos e às finalidades próprias da IES.

**Dimensão 8** – Planejamento e avaliação: considera o planejamento e a avaliação como instrumentos integrados, elementos de um mesmo contínuo, partícipes do processo de gestão da educação superior. Esta dimensão está na confluência da avaliação como processo centrado no presente e no futuro institucional, a partir do balanço de fragilidades, potencialidades e vocação institucional.

**Dimensão 9** – Políticas de atendimento aos estudantes: analisa as formas com que os estudantes estão sendo integrados à vida acadêmica e os programas por meio dos quais a IES busca atender aos princípios inerentes à qualidade de vida estudantil.

**Dimensão 10** – Sustentabilidade financeira: avalia a capacidade de gestão e administração do orçamento e as políticas e estratégias de gestão acadêmica com vistas à eficácia na utilização e na obtenção dos recursos financeiros necessários ao cumprimento das metas e das prioridades estabelecidas.

Além disso, a FESP observa o disposto no § 1º do art. 7º da Portaria nº 2.051/2004, que determina que “as CPAs atuarão com autonomia em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na Instituição de Educação Superior”.

As dimensões supracitadas remetem a um amplo espaço avaliativo e apontam para a importância de se instalar a cultura de avaliação como suporte do aperfeiçoamento das instituições. É desejável que se instale uma cultura de avaliação como atividade pedagógica integrada permanentemente na vida da FESP favorecendo o seu repensar na qualidade da oferta de seus cursos presenciais e EaD.

Acreditamos que quando a instituição tem o controle de sua avaliação, construída com o envolvimento dos participantes, tornando-se, então, a avaliação um organizador qualificado que favorece o autoconhecimento da instituição e contribui para a formação de subjetividades comprometidas com a democracia.

Esse parece ser o grande desafio aos modelos avaliativos governamentais. Propor a auto avaliação e buscar e trazê-la como diagnóstico e impulsionador do processo de desenvolvimento democrático de uma instituição, ao mesmo tempo garantindo mecanismos de controle da qualidade da educação oferecida à população. Os instrumentos utilizados na autoavaliação da Instituição enfatizam o processo de ensino-aprendizagem e as práticas de suporte a este processo, no âmbito dos cursos de graduação e seus sujeitos, ou seja, o corpo docente, o corpo discente, corpo técnico-administrativo, corpo gerencial e coordenadores da IES

### **10.1.3 Objetivos da Auto avaliação Institucional**

Constituem objetivos do Projeto de Autoavaliação Institucional da Faculdade de Ensino Superior da Paraíba:

- ✓ Desenvolver um processo de autoavaliação institucional como instrumento de gestão, para contribuir com a tomada de decisão de modo a repensar os objetivos, estratégias, projetos e modos de atuação e gerar mudanças sustentáveis com qualidade.
- ✓ Realizar um processo de autoavaliação amplo, contínuo e efetivo realizado pelos órgãos, cursos e setores da estrutura da Faculdade de Ensino Superior da Paraíba em todos os seus setores assegurando a socialização dos resultados;
- ✓ Promover a consolidação da cultura de avaliação criando estratégias, mecanismos e oportunidades para conquistar a participação da comunidade universitária no comprometimento com o processo;

- ✓ Garantir o alcance de alto padrão de qualidade no ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica, no uso dos recursos e na gestão com pessoas.
- ✓ Avaliar a prestação dos serviços educacionais da Faculdade de Ensino Superior da Paraíba a partir de parâmetros que venham favorecer uma constante autocrítica, o diagnóstico e a redefinição do projeto pedagógico para impulsionar o processo criativo da Instituição.
- ✓ Medir o índice de satisfação dos segmentos da comunidade universitária e da sociedade local quanto aos serviços educacionais prestados pela Faculdade de Ensino Superior da Paraíba, visando promover melhoria contínua das atividades para preservar a imagem pública da Instituição imbuída de alta qualidade e relevância social.
- ✓ Avaliar a desenvolvimento dos cursos de graduação e todos os envolvidos, como meio de traçar estratégias institucionais para o crescimento desta modalidade de ensino.

#### **10.1.4 Áreas de Abrangência**

O Projeto de Autoavaliação Institucional da FESP terá as seguintes áreas de abrangência.

- ✓ **Interna:** realizada dentro da Instituição, envolvendo toda a comunidade acadêmica e abrangendo as diferentes dimensões de suas funções o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão de pessoas, processos e recursos e a análise de tendências e mudanças ocorridas no mercado;
- ✓ **Externa:** refere-se à participação de Comissões externas de avaliação, formada por especialistas do MEC/INEP/CAPES, devendo tomar como base os relatórios da autoavaliação interna de cursos e da Instituição.

O trabalho desenvolvido pela CPA da FESP tem todo um processo planejado de trabalho, obedecendo a um fluxograma de trabalho, apresentado abaixo:

| <b>MOMENTO 1</b>                                                                                                                                                                                                                       |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b><u>CONSTRUÇÃO</u></b><br><b>Reunião de Planejamento pela CPA</b><br><b>Elaboração/Revisão dos Instrumentos de Pesquisa</b>                                                                                                          |
| <b>MOMENTO 2</b>                                                                                                                                                                                                                       |
| <b><u>EXECUÇÃO</u></b><br><b>Sensibilização da Comunidade Acadêmica</b><br><b>Início da aplicação dos questionários</b><br><b>Análise crítica e preenchimento e tabulação dos dados</b><br><b>Compilação e análise das informações</b> |
| <b>MOMENTO 3</b>                                                                                                                                                                                                                       |
| <b><u>DISSIMINAÇÃO</u></b><br><b>Elaboração do Relatório Final</b><br><b>Divulgação dos Resultados</b>                                                                                                                                 |

Estes momentos acadêmicos, inicialmente destinados à construção, através de reuniões periódicas de planejamento e organização das ações da Comissão, juntamente com o processo de revisão e revisão/validação dos questionários e avaliação, estes momentos são concentrados no início de cada semestre. Envolve ações prévias ao lançamento dos questionários, como: atualização dos membros da Comissão (quando necessário); análises do Projeto de Autoavaliação (quando necessário); e comunicação de assuntos como: novas metodologias e tecnologias, datas de aplicação, dentre outros.

#### **10.1.5 Metodologia do Processo de Autoavaliação Institucional**

A metodologia adotada na abordagem aos segmentos compreende uma proposta de sensibilização antecedente à aplicação dos questionários, efetuada no momento do processo de avaliação. A preparação dos envolvidos abrange a informação dos dispositivos legais que regulamentam a inspeção das IES do Brasil e de suas prerrogativas quanto ao apropriado funcionamento desses estabelecimentos, passando por esclarecimentos acerca dos mecanismos de avaliação interna operados pela CPA, encerrando-se por uma abertura acerca das funcionalidades e dos objetivos desse setor e da própria avaliação.

A característica marcante do processo de autoavaliação da Faculdade de Ensino Superior da Paraíba é que todos os órgãos, cursos e setores serão

diretamente responsáveis pela sua própria avaliação, levando à efeito o conceito de autoavaliação a todas as áreas, contudo, seguindo os parâmetros e instrumentos criados e implementados pela CPA.

Com este procedimento a Faculdade de Ensino Superior da Paraíba eleva ao máximo o comprometimento dos segmentos e dos setores de sua estrutura, em desenvolver sua autoavaliação, significando um sinal evidente e destacado de maturidade institucional e profissional.

Ao se efetuar os esclarecimentos pertinentes às práticas da avaliação institucional, procura-se deixar claros os aspectos positivos que advêm dessa prática. Esse cuidado foi tomado porque é necessário que as opiniões relatadas nos inquéritos sejam procedentes, para o alcance da confiabilidade do processo e para que as mudanças sejam efetuadas com eficácia. Por isso mesmo, durante um período anterior à aplicação das pesquisas, a comunidade acadêmica é submetida a visitas em sala e orientações que reivindicam desses sujeitos seriedade e comprometimento quando do usufruto do instrumento de avaliação como forma de manifestação de opiniões.

A metodologia indicada para implementar o processo de autoavaliação institucional abrange parâmetros estatísticos que serão utilizados na avaliação quantitativa para apuração de índices de desempenho de cursos, setores, programas e projetos. Ao mesmo tempo, a avaliação qualitativa será utilizada para explorar subjetivamente informações que atestarão a qualidade e a eficácia das atividades.

Assim, a partir dessa postura dinâmica e interativa os inquéritos que aferem o desempenho da IES são democraticamente aplicados, de forma virtual, pelo fato de ela tornar mais próximo da população acadêmica. Os dados de cada curso são coletados automaticamente via Sistema por um técnico da CPA, transformados em Relatórios de Autoavaliação Institucional de forma gráfica de modo a facilitar a análise dos dados em relação à média institucional de cada indicador. Isso também porque a existência dela assegura à Faculdade um instrumento de pesquisa institucional que aperfeiçoa a tarefa de tabulação dos percentuais, por realizar os cálculos e lançar automaticamente os resultados na internet.

Após a coleta, são tabulados os dados para análise, através de levantamento estatístico. A análise foi descritiva e os resultados apresentados como frequência absoluta e relativa em todos os questionários de avaliação.

Depois de cumpridas, em ordenamento lógico, todas as etapas e estratégias de avaliação, os resultados serão condensados em relatórios conclusivos dos processos, devendo indicar potencialidades identificadas nas diversas dimensões avaliadas bem como dificuldades e limitações para então apontar recomendações na perspectiva de mudanças e inovações institucionais, acadêmicas e administrativas a serem implementadas, contudo, de acordo com as políticas, estratégias e possibilidades da Instituição.

O último momento deste ciclo avaliativo é parte integrante do relatório anual de autoavaliação, as análises e descrições percentuais da pesquisa e preparação deste relatório anual de avaliação e a disseminação de seus resultados com os gestores e segmentos participantes da comunidade acadêmica. Em sua estrutura textual o relatório deve ser elaborado de forma a expor claramente os aspectos positivos, bem como as dificuldades de cada atividade avaliada. Os resultados também são disponibilizados para os gestores da área administrativa visto que envolve questões relacionadas à infraestrutura e setores de atendimento ao aluno.

O trabalho da CPA é desenvolvido respeitando e contemplando todas as fases do trabalho em sua plenitude a fim de refletir a seriedade e responsabilidade do processo, trazendo assim para os usuários internos desta instituição de ensino a confiabilidade nestes como também a transparência que os mesmos vão retratar em sua plenitude, potencializando mais uma vez a importância da responsabilidade e da honestidade dos envolvidos nesta pesquisa institucional.

Acredita-se que a estrutura montada para o serviço de avaliação institucional na FESP contempla as necessidades de um panorama global de profissionalização, ávido por absorver trabalhadores preparados para arcar com as novas dinâmicas sociais e de mercado. Pode-se dizer, então, que toda a construção aqui descrita para o autodiagnostico adquire fundamental relevância, pois é no ambiente acadêmico que os futuros profissionais hão de adquirir as competências necessárias à sua boa desenvoltura nos serviços que irão desempenhar como operadores das transformações sociais.

Tal metodologia de trabalho tem como escopo a dialética do reconhecimento e prática da participação com o foco no diálogo permanente com todos os interlocutores para constituir uma comunicação formadora, cujo indicador será o resultado efetivo da avaliação externa da instituição, com ampla participação da comunidade no processo da autoavaliação

A participação ativa implica em que, pelo diálogo, as diferentes vozes da comunidade assumam sua condição cidadã nos espaços legítimos para influenciar as decisões políticas e os resultados; e também que, sobretudo os estudantes, possam criar e manter expectativas de maiores oportunidades acadêmico-científicas, de participação e responsabilização políticas. No planejamento da Comissão é previsto a divulgação analítica dos resultados relativos à autoavaliação institucional anual, através de metodologia de disseminação que possibilitam a apropriação por todos os segmentos da comunidade acadêmica.

Finalmente, é preciso destacar que, pelas razões acima mencionadas, a CPA tem sido enxergada pela FESP como área estratégica, já que o seu funcionamento cumpre com as exigências do Ministério da Educação e, também, traz, como consequência, a adoção de padrões de gestão mais sólidos, ancorados em pesquisas de qualidade que arrolam um efetivo *feedback* da satisfação alcançada pela entidade junto a comunidade Acadêmica

#### **10.1.6 Participação da comunidade acadêmica na autoavaliação institucional**

Em atendimento ao disposto no artigo 11, da Lei nº 10.861/2004, foi constituída a Comissão Própria de Avaliação (CPA), que tem como atribuições gerais conduzir os processos de avaliação interna da Faculdade de Ensino Superior da Paraíba, de sistematizar e de prestar as informações solicitadas pelo INEP/MEC.

Sendo assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica, conforme prevê a Lei nº 10.861/2004, a CPA tem por finalidade realizar a autoavaliação institucional, com base nos princípios e diretrizes do SINAES, de modo a contribuir com o aprimoramento do PDI e do PPI, subsidiando as ações de planejamento na Instituição.

Na própria composição da CPA há representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica, isto é, professores, alunos e técnicos administrativos, além de representantes da sociedade civil organizada.

A participação da comunidade acadêmica, técnica e administrativa é verificada em todas as etapas da autoavaliação.

Na etapa de preparação, o planejamento é discutido com a comunidade acadêmica, técnica e administrativa. A autoavaliação exige o envolvimento de toda a comunidade na construção da proposta avaliativa.

Na etapa de desenvolvimento, a comunidade participa mediante a apresentação de informações voltadas para o preenchimento dos instrumentos de avaliação.

Os resultados organizados são discutidos com a comunidade. Na etapa de consolidação, a divulgação possibilita a apresentação pública e a discussão dos resultados alcançados nas etapas anteriores com a comunidade acadêmica, técnica e administrativa.

A CPA conta com o compromisso e apoio da Direção Geral e Acadêmica e demais setores integrantes da Instituição. Conta também com a participação de sua comunidade acadêmica e técnico-administrativa, objetivando a sua efetiva implementação e alcance de seus objetivos. Essa participação ocorre em todas as etapas do processo avaliativo, ou seja, desde seu planejamento, sensibilização e operacionalização até o conhecimento dos resultados e melhorias.

#### **10.1.7 Evolução institucional a partir das avaliações**

Para que a avaliação cumpra sua missão, ou seja, sirva de instrumento para o aperfeiçoamento da Instituição, promovendo a melhoria da qualidade e a pertinência das atividades desenvolvidas, é realizada uma análise criteriosa dos resultados do processo de autoavaliação, e, quando disponível, dos resultados da avaliação externa, da Avaliação dos Cursos de Graduação e do ENADE.

Tendo em vista que a consolidação e a sistematização de informações institucionais contribuem com o processo de integração das ações de planejamento e de aprimoramento da gestão estratégica, com vistas à efetivação da missão institucional

Os resultados servem para que a Instituição identifique os acertos e as ineficiências, as vantagens, potencialidades e as dificuldades, envolvendo-se num processo de reflexão sobre as causas das situações positivas e negativas.

O conhecimento gerado pela avaliação e disponibilizado à comunidade acadêmica, técnica e administrativa, aos avaliadores externos e à sociedade, terá uma finalidade clara de priorizar ações de curto, médio e longo prazos, planejar de modo compartilhado e estabelecer etapas para alcançar metas que comprometam a Instituição com o futuro.

Os resultados da avaliação são amplamente divulgados. A divulgação deve propiciar, ainda, oportunidades para que as ações concretas oriundas dos resultados do processo avaliativo sejam tornadas públicas à comunidade interna e externa.

A FESP vem buscando aprimorar sua capacidade de gerenciamento das atividades por meio dos resultados do processo de auto avaliação expressos anualmente nos relatórios. Os mesmos são permanentemente utilizados para a revisão do planejamento das ações institucionais e para a elaboração do plano de trabalho de cada curso e de cada setor que compõe a Faculdade. Além disso, a aprovação dos relatórios e a socialização de seus resultados entre a comunidade acadêmica tende a permitir ações de aperfeiçoamento nas diferentes instâncias de organização e gestão da IES.

Assim, preconiza-se que os resultados das avaliações sejam integrados aos processos decisórios nos diversos âmbitos de gestão da FESP, contribuindo, deste modo, para a busca permanente da qualidade no desempenho acadêmico, no aperfeiçoamento constante do planejamento e da gestão e no fortalecimento dos compromissos político-sociais da instituição.

Os resultados são divulgados para a direção da FESP, além disso para as demais comunidades da instituição os resultados são divulgados nos murais e, através de reuniões para socialização do relatório final. A Coordenação de curso divulga os resultados individuais de seus professores nas reuniões de Semana de Planejamento com os docentes no início de cada semestre.

A Faculdade de Ensino Superior da Paraíba é mantida financeiramente pela Sociedade Educacional da Paraíba – SEDUP que disponibiliza recursos da receita total para a manutenção da Faculdade. Compete, principalmente, à Entidade Mantenedora promover adequadas condições de funcionamento das atividades da Faculdade de Ensino Superior da Paraíba - FESP, colocando-lhe à disposição os bens imóveis e móveis necessários, de seu patrimônio ou de terceiros a ela cedidos, e assegurando-lhe os suficientes recursos financeiros de custeio.

## **11 ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS**

### **11.1 ESTRATÉGIA DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

A Faculdade de Ensino Superior da Paraíba é mantida financeiramente pela Sociedade Educacional da Paraíba – SEDUP que disponibiliza recursos da receita total para a manutenção da Faculdade. Compete, principalmente, à Entidade Mantenedora promover adequadas condições de funcionamento das atividades da Faculdade de Ensino Superior da Paraíba - FESP, colocando-lhe à disposição os bens imóveis e móveis necessários, de seu patrimônio ou de terceiros a ela cedidos, e assegurando-lhe os suficientes recursos financeiros de custeio.

Em seu orçamento econômico-financeiro, a FESP tem como princípios:

- O exercício financeiro coincide com o ano civil;
- O orçamento disciplina a previsão da receita e a fixação das despesas que decorrem das obrigações legais assumidas;
- Orçamento participativo, contextualizado na efetiva contribuição da Direção Acadêmica, Direção Administrativa e da Coordenação de Curso;
- Os eventuais resultados operacionais são aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetos institucionais;
- O exercício financeiro faculta a abertura de créditos especiais ou extraordinários, mediante demandas do Conselho Superior e aprovação da Mantenedora.

### **11.2 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA**

A SEDUP e a FESP têm a preocupação de adequar a proposta de desenvolvimento constante no PDI da FESP com a captação de recursos, o orçamento previsto, a compatibilidade entre cursos oferecidos e as verbas e os recursos disponíveis. Tudo isso com o cuidado e o controle entre as despesas efetivas e correntes, de capital e de investimento.

Pela consolidação de seu crescimento nos últimos anos, a Mantenedora provê investimentos em infraestrutura e no desenvolvimento e oferta de cursos que atendam às demandas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e da região

onde está inserida, sendo esses fatores que permitem o seu crescimento e consolidação da IES.

Os recursos financeiros da IES são oriundos essencialmente do recebimento das mensalidades dos cursos de graduação, pós-graduação, extensão, taxas e dotações financeiras da Mantenedora e são regidos pelo orçamento da Instituição que disciplina a previsão da receita e a fixação das despesas.

Uma vez captados recursos, estes são alocados para as atividades de ensino, iniciação científica, extensão e gestão para que se possam suprir suas necessidades em decorrência da realização das atividades planejadas. Também são mantidas as atividades operacionais, investimentos em infraestrutura da IES, aquisição de materiais e equipamentos para a área administrativa e laboratórios assim como o efetivo pagamento de suas obrigações legais.

No planejamento financeiro, existe a prioridade de gastos com a implantação e desenvolvimento dos cursos de graduação e especialização, com o desenvolvimento de iniciação científica e com a estruturação das ações de extensão voltadas para o atendimento das principais demandas da comunidade. Para isso, a SEDUP investe na capacitação de seus colaboradores, na expansão e atualização dos recursos de informática, aquisição de recursos multimídia, utilização de ferramentas de tecnologia da informação. Investe também na ampliação do acervo bibliográfico, na aquisição de licenças de uso de “softwares” e aplicativos eletrônicos diversos, e no aumento da integração da IES com a comunidade por meio da celebração de convênios e parcerias. Tudo isso fruto de análise e estudo junto ao Conselho Superior FESP.

O presente PDI é o documento que norteia a alocação de recursos por definir os investimentos necessários para a manutenção e ampliação das instalações. Também é solicitada pelos coordenadores de curso, de acordo com o previsto em seu PPC, a alocação de recursos para implantação e ampliação de laboratórios e acervo bibliográfico; planejamento das atividades de iniciação científica e extensão; avanços científicos e tecnológicos e a incorporação desses avanços a equipamentos já existentes.

A Direção da IES é responsável pela gestão estratégica e operacional das finanças da IES e compatibilização dos recursos recebidos com as necessidades institucionais, visando à manutenção do equilíbrio financeiro da Instituição, através

do acompanhamento sistemático da receita/despesa e indicadores de desempenho. O desempenho econômico-financeiro e o comportamento e evolução da receita e da despesa são monitorados pela Mantenedora com a supervisão da Direção da IES. Ressalta-se a estreita colaboração entre a Mantenedora e a Mantida, por intermédio de seus dirigentes superiores, o que facilita a promoção das atividades consideradas adequadas, a cada momento do crescimento institucional.

Os ajustes são promovidos sempre que necessário, na receita, despesa ou nos investimentos através de revisões orçamentárias. Com planejamento e prioridades bem definidas, os recursos provenientes das mensalidades são aplicados diligentemente em favor do seu projeto educacional e, conseqüentemente, dos alunos. Essa prática assegura para que o desenvolvimento da IES seja efetivo e previsível. Vale ressaltar que a FESP FACULDADES mantém vários programas na área acadêmica para captação e manutenção dos alunos que, além de ajudá-los na efetivação dos seus estudos superiores, contribuem para a realização da receita prevista, possibilitando à Instituição o cumprimento do seu plano de investimentos e das despesas de custeio.

O orçamento é uma ferramenta indispensável para que os gestores acompanhem as finanças da Instituição, comparando o previsto com o realizado. Ele é elaborado de forma participativa, englobando todos os setores e núcleos da Instituição. A Contabilidade é, objetivamente, um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises econômicas, financeiras, físicas e de produtividade, reunindo, no balancete, as informações de todos os setores responsáveis pela geração de despesa e de receita, para avaliação contábil da Instituição.

Tem como principais funções a execução da contabilização de operações financeiras e de bens patrimoniais, o registro e a escrituração contábil da documentação e dos atos e fatos administrativos, a elaboração das demonstrações contábil e financeira, a análise e conferência da documentação das transações, a manutenção dos arquivos dos livros e documentação das transações, a elaboração de programas e procedimentos para encerramento do balanço geral e atualização do plano de contas. A gestão orçamentária e a gestão econômico-financeira são de responsabilidade da Direção da IES, a quem cabe liberar os pagamentos dos recursos humanos (professores, técnico-administrativos e colaboradores) e outras

despesas de custeio, de acordo com orçamento operacional. Enfim, tem-se que os investimentos são realizados, tendo presente as metas e ações deste PDI.

A área relativa à sustentabilidade financeira abrange o provimento dos recursos financeiros para viabilizar uma gestão econômica e financeira necessária ao bom funcionamento de cursos e programas já implementados, bem como para viabilizar investimentos necessários à expansão de cursos e programas, em consonância com a missão, políticas, objetivos, metas institucionais e resultados das avaliações internas.

O princípio da sustentabilidade na Faculdade de Ensino Superior da Paraíba - FESP compreende a estrutura técnica especializada, os procedimentos operacionais que geram e acompanham as estratégias definidas pela Instituição para a gestão econômico-financeira necessária ao bom funcionamento de cursos e programas implementados na Faculdade a serem considerados no período decorrente ao PDI vigente.

As políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa (através da Iniciação Científica) e extensão, estão institucionalizadas atendendo às diretrizes do PDI e estão coerentes com o planejamento financeiro executado e com a gestão das Diretorias da FESP.

### 11.3 PLANOS DE INVESTIMENTOS

No período 2025-2029, a Faculdade de Ensino Superior da Paraíba - FESP implantará novos cursos de graduação e também de pós-graduação. Dessa forma, os investimentos previstos estão relacionados à ampliação da infraestrutura física e acadêmica para atender a proposta de expansão dos cursos.

Os investimentos também estão direcionados para a aquisição do acervo específico dos novos cursos, assim como a sua expansão e constante atualização; para a atualização da infraestrutura acessível; para a expansão dos equipamentos de informática e dos recursos tecnológicos e de áudio visual.

A Faculdade de Ensino Superior da Paraíba – FESP previu ainda recursos para investimento na capacitação de pessoal docente e técnico-administrativo, nas políticas de pesquisa e extensão, e na avaliação institucional.

O orçamento deve ser instrumento regular da gestão e ser projetado para um crescimento institucional permanente durante os cinco anos do PDI, com a manutenção do controle da inadimplência, conforme quadro a seguir:

| <b>DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA 2025</b> |                     |
|-------------------------------------|---------------------|
| <b>RECEITAS</b>                     |                     |
| Anuidade / Mensalidade(+)           | 2.980.000,00        |
| Bolsas(-)                           | 102.400,00          |
| Diversos(+)                         |                     |
| Financiamentos(+)                   | 434.700,00          |
| Inadimplência(-)                    | 447.000,00          |
| Serviços(+)                         | 30.000,00           |
| Taxas(+)                            | 7.000,00            |
| <b>TOTAL</b>                        | <b>2.902.300,00</b> |
| <b>DESPESAS</b>                     |                     |
| Acervo Bibliográfico(-)             | 20.000,00           |
| Aluguel(-)                          | 480.000,00          |
| Despesas Administrativas(-)         | 280.000,00          |
| Encargos(-)                         | 494.400,00          |
| Equipamentos(-)                     | 10.000,00           |
| Eventos(-)                          |                     |
| Investimento (compra de imóvel)(-)  |                     |
| Manutenção(-)                       | 60.000,00           |
| Mobiliário(-)                       |                     |
| Pagamento Pessoal Administrativo(-) | 437.000,00          |
| Pagamento Professores(-)            | 387.000,00          |
| Pesquisa e Extensão(-)              |                     |
| Treinamento (-)                     | 10.000,00           |
| <b>TOTAL</b>                        | <b>2.178.400,00</b> |

| <b>DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA 2026</b> |              |
|-------------------------------------|--------------|
| <b>RECEITAS</b>                     |              |
| Anuidade / Mensalidade(+)           | 4.118.000,00 |
| Bolsas(-)                           | 112.640,00   |
| Diversos(+)                         |              |
| Financiamentos(+)                   | 478.170,00   |
| Inadimplência(-)                    | 617.700,00   |
| Serviços(+)                         | 33.000,00    |
| Taxas(+)                            | 10.000,00    |

|                                     |                     |
|-------------------------------------|---------------------|
| <b>TOTAL</b>                        | <b>3.908.830,00</b> |
| <b>DESPESAS</b>                     |                     |
| Acervo Bibliográfico(-)             | 150.000,00          |
| Aluguel(-)                          | 480.000,00          |
| Despesas Administrativas(-)         | 350.000,00          |
| Encargos(-)                         | 609.000,00          |
| Equipamentos(-)                     | 150.000,00          |
| Eventos(-)                          |                     |
| Investimento (compra de imóvel)(-)  |                     |
| Manutenção(-)                       | 72.000,00           |
| Mobiliário(-)                       | 100.000,00          |
| Pagamento Pessoal Administrativo(-) | 500.000,00          |
| Pagamento Professores(-)            | 515.000,00          |
| Pesquisa e Extensão(-)              |                     |
| Treinamento (-)                     | 50.000,00           |
| <b>TOTAL</b>                        | <b>2.976.000,00</b> |

| <b>DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA 2027</b> |                     |
|-------------------------------------|---------------------|
| <b>RECEITAS</b>                     |                     |
| Anuidade / Mensalidade(+)           | 5.765.800,00        |
| Bolsas(-)                           | 123.904,00          |
| Diversos(+)                         |                     |
| Financiamentos(+)                   | 525.987,00          |
| Inadimplência(-)                    | 864.870,00          |
| Serviços(+)                         | 36.000,00           |
| Taxas(+)                            | 14.000,00           |
| <b>TOTAL</b>                        | <b>5.353.013,00</b> |
| <b>DESPESAS</b>                     |                     |
| Acervo Bibliográfico(-)             | 200.000,00          |
| Aluguel(-)                          | 480.000,00          |
| Despesas Administrativas(-)         | 400.000,00          |
| Encargos(-)                         | 760.800,00          |
| Equipamentos(-)                     | 150.000,00          |
| Eventos(-)                          |                     |
| Investimento (compra de imóvel) (-) |                     |
| Manutenção(-)                       | 80.000,00           |
| Mobiliário(-)                       | 100.000,00          |
| Pagamento Pessoal Administrativo(-) | 600.000,00          |
| Pagamento Professores(-)            | 668.000,00          |

|                        |                         |
|------------------------|-------------------------|
| Pesquisa e Extensão(-) |                         |
| Treinamento (-)        | 50.000,00               |
| <b>TOTAL</b>           | <b>R\$ 3.488.800,00</b> |

| <b>DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA 2028</b> |                     |
|-------------------------------------|---------------------|
| <b>RECEITAS</b>                     |                     |
| Anuidade / Mensalidade(+)           | 9.486.380,00        |
| Bolsas(-)                           | 136.294,40          |
| Diversos(+)                         |                     |
| Financiamentos(+)                   | 578.585,70          |
| Inadimplência(-)                    | 1.422.957,00        |
| Serviços(+)                         | 39.000,00           |
| Taxas(+)                            | 20.000,00           |
| <b>TOTAL</b>                        | <b>8.564.714,30</b> |
| <b>DESPESAS</b>                     |                     |
| Acervo Bibliográfico(-)             | 100.000,00          |
| Aluguel(-)                          | 480.000,00          |
| Despesas Administrativas(-)         | 450.000,00          |
| Encargos(-)                         | 840.840,00          |
| Equipamentos(-)                     | 80.000,00           |
| Eventos(-)                          |                     |
| Investimento (compra de imóvel)(-)  |                     |
| Manutenção(-)                       | 88.000,00           |
| Mobiliário(-)                       |                     |
| Pagamento Pessoal Administrativo(-) | 700.000,00          |
| Pagamento Professores(-)            | 701.400,00          |
| Pesquisa e Extensão(-)              |                     |
| Treinamento (-)                     | 30.000,00           |
| <b>TOTAL</b>                        | <b>3.470.240,00</b> |

| <b>DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA 2029</b> |                      |
|-------------------------------------|----------------------|
| <b>RECEITAS</b>                     |                      |
| Anuidade / Mensalidade(+)           | 13.063.018,00        |
| Bolsas(-)                           | 149.923,84           |
| Diversos(+)                         |                      |
| Financiamentos(+)                   | 636.444,27           |
| Inadimplência(-)                    | 1.959.452,70         |
| Serviços(+)                         | 42.000,00            |
| Taxas(+)                            | 30.000,00            |
| <b>TOTAL</b>                        | <b>11.662.085,73</b> |
| <b>DESPESAS</b>                     |                      |
| Acervo Bibliográfico(-)             | 100.000,00           |
| Aluguel(-)                          | 480.000,00           |
| Despesas Administrativas(-)         | 500.000,00           |
| Encargos(-)                         | 921.882,00           |
| Equipamentos(-)                     | 80.000,00            |
| Eventos(-)                          |                      |
| Investimento (compra de imóvel)(-)  |                      |
| Manutenção(-)                       | 100.000,00           |
| Mobiliário(-)                       |                      |
| Pagamento Pessoal Administrativo(-) | 800.000,00           |
| Pagamento Professores(-)            | 736.470,00           |
| Pesquisa e Extensão(-)              |                      |
| Treinamento (-)                     | 30.000,00            |
| <b>TOTAL</b>                        | <b>3.748.352,00</b>  |

## **PARTE II - DIRETRIZES PROGRAMÁTICAS PARA A GESTÃO ESTRATÉGICA NO PERÍODO DE 2025 À 2029, POR DIMENSÃO**

As diretrizes programáticas para a gestão estratégica da Instituição para os próximos cinco anos, de 2025 à 2029, estão consubstanciadas em compromissos que configuram sua visão de futuro e, também, inspiradas nos resultados e nas recomendações geradas no processo de auto avaliação institucional.

Estas diretrizes estão distribuídas por dimensão e organizadas na forma de estratégias, com abrangência institucional.

A definição das dimensões foi concebida em conformidade com as mesmas recomendadas pelo MEC, na seguinte ordem:

- Planejamento e gestão institucional;
- Organização administrativa;
- Organização e gestão de pessoal;
- Políticas de atendimento aos discentes;
- Organização didático-pedagógica;
- Oferta de cursos e programas;
- Infraestrutura física e acadêmica;
- Sustentabilidade financeira.

## 12 PLANEJAMENTO E GESTÃO INSTITUCIONAL

A área relativa ao planejamento e gestão compreende o nível decisório da Instituição que transforma sua missão, suas políticas e seus objetivos em ações acadêmicas e administrativas nos cursos, programas, projetos e setores administrativos.

### 12.1 ESTRATÉGIAS DO PLANEJAMENTO E GESTÃO INSTITUCIONAL

As estratégias desta área consideram a estrutura, o processo de planejamento e o modelo de gestão a serem adotados para os próximos cinco anos.

As estratégias são as seguintes:

- Assegurar o permanente alinhamento estratégico do planejamento, sob o lume da linha filosófica e das políticas institucionais definidas no PPI, pela integração sequencial do PDI e à avaliação institucional;
- Ampliar, no processo de planejamento, a indissociabilidade da missão, da visão, das políticas e dos objetivos com as funções de ensino, extensão e pesquisa no âmbito da iniciação científica para a obtenção de resultados de desenvolvimento sustentável;
- Aprimorar, permanentemente, o modelo de gestão praticado nos diversos níveis da estrutura, conforme as definições do planejamento institucional, para a implementação integrada nas atividades de ensino, extensão e iniciação científica, visando obter a excelência proclamada em sua missão;
- Adotar junto aos coordenadores de cursos e gerentes administrativos o modelo de gestão tipificado como um trabalho participativo, coordenado pelo Diretor Geral, em sintonia com os membros da Diretoria;
- Manter os princípios da excelência acadêmica, da sustentabilidade e da oferta de estudo continuado como forma de reger as decisões da gestão institucional.

## 13 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A área relativa à organização administrativa compreende a forma como a Faculdade define sua estrutura organizacional, administrativa e instâncias de decisão, especialmente o funcionamento e a representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a Mantenedora e a participação dos segmentos da comunidade acadêmica nos processos decisórios.

### 13.1 ESTRATÉGIAS DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

As estratégias desta área consideram a estrutura organizacional, o funcionamento participativo dos órgãos colegiados e de apoio às atividades acadêmicas e a autonomia da mantida em relação à mantenedora a serem observadas na Instituição nos próximos cinco anos.

As estratégias são seguintes:

- Buscar, permanentemente, um modelo de estrutura organizacional ágil e flexível, para viabilizar o processo de mudanças, a resolução de problemas e a fluidez da comunicação;
- Assegurar a continuidade da tomada de decisões programáticas da Instituição, de forma participativa, nos órgãos colegiados da Administração Superior e da Administração de Cursos e Programas;
- Desenvolver a administração acadêmica dos cursos e programas de forma integrada, buscando a excelência e considerando as funções de ensino, extensão e iniciação científica nas respectivas áreas do conhecimento;
- Assegurar as condições necessárias à execução da política institucional relativa às relações da Instituição com a Mantenedora, sob a condução da Direção Geral, para que a administração geral se desenvolva em consonância com os princípios filosóficos institucionais e com os procedimentos definidos no Estatuto e no Regimento Geral;
- Aprimorar a estrutura de funcionamento dos órgãos especiais, suplementares e de assessoramento, direcionando-os, permanentemente, ao apoio e à excelência das atividades acadêmicas;

- Preservar o grau de autonomia administrativa, didático-científica e disciplinar em relação à Mantenedora, incluindo a liberdade na gestão administrativa e na gestão acadêmica.

## **14 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL**

A área relativa à gestão do pessoal docente e técnico-administrativo refere-se à distribuição e capacitação das pessoas para as atividades de trabalho acadêmico e administrativo, estruturadas na Instituição, e ao uso dos respectivos instrumentos de gestão:

O Plano de Carreira Docente, Plano de Carreira, Cargos e Salários do Pessoal Técnico-Administrativo e o Plano Institucional de Capacitação Docente.

### **14.1 ESTRATÉGIAS DA ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL**

As estratégias desta área consideram critérios da gestão do corpo docente, incluindo os planos de carreira e de capacitação e o regime de trabalho, e da gestão do corpo técnico-administrativo, com os respectivos planos de carreira e de capacitação, como instrumentos referenciais a serem realizados na Instituição nos próximos cinco anos.

As estratégias são seguintes:

- Utilizar os instrumentos de organização e gestão de pessoal de forma efetiva, para que a Instituição alcance padrão de excelência em relação à qualidade dos serviços educacionais prestados;
- Promover a gestão das atividades do corpo docente com uso da tecnologia web no seu espaço acadêmico, incluindo a disponibilidade dos planos de ensino, cronogramas de aulas e lançamento das notas da disciplina, material de estudos no ambiente virtual e outros usos correlatos;
- Manter o cadastro dos professores com currículos registrados na plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, integrado ao Sistema Federal de Ensino, sendo esse referencial considerado no acompanhamento da produtividade docente;

- Buscar a conciliação da titulação e do domínio teórico com a experiência prática de mercado, para assegurar uma adequada relação entre teoria e práticas profissionais, como característica da qualidade almejada no ensino na Instituição;
- Considerar a titulação do docente, comprovadamente válida no território nacional, como o principal critério de enquadramento da carreira, considerando-a fator de valorização da qualidade dos profissionais da Instituição;
- Adotar as atividades de desenvolvimento humano, voltadas para a gestão do corpo técnico-administrativo, para fortalecer uma política de desenvolvimento integral de pessoas, como forma de valorização do desempenho dos colaboradores;
- Condicionar a política de benefícios à critérios de sustentabilidade para a concessão desses benefícios aos colaboradores, quer por meio de convênios com entidades externas, quer pelo oferecimento de apoio financeiro para frequentarem curso de graduação ou pós graduação relacionado a sua respectiva área de trabalho, tudo isto para ampliar os requisitos de qualidade de vida no trabalho;
- Realizar o aprimoramento permanente do plano de capacitação do corpo técnico-administrativo, como um mecanismo de estímulo à motivação funcional, devendo permitir o progresso na carreira pelo mérito pessoal, desde que isto contribua para a qualidade da prestação dos serviços e também seja fator de comprometimento com os propósitos da Instituição.

## **15 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES**

As políticas de atendimento aos estudantes consideram programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico e às condições de convivência no Centro Universitário, bem como ações voltadas para os egressos.

### **15.1 ESTRATÉGIAS DAS POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES**

As estratégias desta área abrangem os serviços de apoio ao estudante ingressante e ingresso na Instituição e o acompanhamento dos egressos a serem considerados na Instituição nos próximos cinco anos.

As estratégias são seguintes:

- Estimular o estudante, de forma permanente, a partir de seu curso, a participar de atividades de extensão e de iniciação científica previstas no projeto pedagógico, integradas às atividades de ensino, para que o mesmo desenvolva a capacidade de produção de trabalhos científicos;
- Aprimorar, permanentemente, o Programa de Bolsa de Iniciação Científica e o Programa de Bolsas de Monitoria, atentando para que a concessão de bolsas privilegie a criação de oportunidades para o estudante evoluir no conhecimento científico aplicado à resolução de problemas sociais;
- Efetivar o apoio pedagógico aos estudantes, por meio do Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP), paralelamente à orientação didático-pedagógica aos docentes;
- Manter a Ouvidoria adequadamente estruturada e dotada dos recursos necessários, para ser um canal eficiente de comunicação da comunidade acadêmica com os diversos níveis de decisão da instituição;
- Garantir a prestação de serviços aos estudantes com apoio da tecnologia, por meio do autoatendimento, vinculado ao portal da Instituição, devendo ser permanentemente atualizado, para permitir acesso ágil às informações acadêmicas e administrativas;
- Realizar, como prioridade, o acompanhamento sistemático de egressos de forma permanente, por meio do processo de auto avaliação institucional, para

possibilitar a formulação de políticas e adoção de estratégias que permitam a adequada inserção desses no mercado de trabalho;

- Estimular o vínculo do egresso com a instituição pela participação em cursos de pós-graduação e em projetos de pesquisa e extensão;
- Fortalecer a implantação de uma nova cultura institucional nos processos de ensino-aprendizagem;

## **16 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA**

A área relativa à organização didático-pedagógica abrange as políticas e as diretrizes pedagógicas adotadas na Instituição, refletidas na estrutura e na realização do projeto pedagógico dos cursos, em atividades presenciais.

### **16.1 ESTRATÉGIAS DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA**

As estratégias desta área consideram aspectos do projeto pedagógico que incluem o perfil do egresso, a seleção de conteúdo, os princípios metodológicos, o processo de avaliação, as práticas pedagógicas, as atividades de estágios, atividades complementares, as práticas profissionais e a educação inclusiva, aspectos a serem considerados na Instituição nos próximos cinco anos.

As estratégias são as seguintes:

- Efetivar as políticas de ensino em alto nível de qualidade para que o ensino, em todos os níveis, evolua de forma a acompanhar as mudanças sociais e tecnológicas;
- Manter uma gestão participativa do ensino, de forma a manter continuamente atualizadas as prioridades institucionais voltadas para qualidade do ensino, envolvendo coordenadores dos cursos e valendo-se do suporte do Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP) para o alinhamento procedimental e inserção de inovações no projeto pedagógico;
- Preparar adequadamente o egresso para o mundo do trabalho como estratégia pedagógica da instituição, através de uma formação profissional identificada pela seleção de conteúdos direcionados para o desenvolvimento de competências e

habilidades, tornando-o apto a contribuir, como cidadão, para as mudanças econômicas e sociais;

- Realizar com eficácia a implementação dos projetos pedagógicos, coerentemente com as diretrizes pedagógicas e com o processo de ensino aprendizagem; utilizando metodologias diversificadas para estimular e facilitar a aprendizagem e a melhoria do desempenho do estudante;
- Recorrer, permanentemente, à adoção de instrumentos e de recursos didático-pedagógicos sintonizados com os avanços da tecnologia educacional, para criar e diversificar as metodologias de ensino;
- Realizar um processo de avaliação da aprendizagem nos cursos de graduação, predominantemente voltado para a verificação da apreensão do conhecimento, das competências, das habilidades e as atitudes;
- Realizar uma prática profissional em conformidade com os projetos pedagógicos dos cursos, visando à formação acadêmica e à qualificação sócio profissional, e articulada às experiências desenvolvidas no mercado;
- Fortalecer a educação inclusiva, de modo a dar relevância ao balanço social da Instituição, como um instrumento que congrega as diversas ações de responsabilidade social, visando atestar a densidade acadêmica nesta atividade.

## 17 OFERTA DE CURSOS E PROGRAMAS

A área relativa à oferta de cursos e programas compreende a organização e a estrutura de cursos e programas implantados e em expansão na instituição, em consonância com a sua missão, objetivos e políticas institucionais.

### 17.1 ESTRATÉGIAS DA OFERTA DE CURSOS E PROGRAMAS

As estratégias desta área têm como base a oferta das atividades de ensino envolvendo a comunidade acadêmica dos cursos e as estruturas correspondentes e, ao mesmo tempo, se constituem, também, na base para o plano de expansão de cursos e programas.

As estratégias são as seguintes:

- Utilizar pesquisas e estudos prospectivos de mercado, quanto à demanda por oferta de serviços educacionais no nível superior na Paraíba na Região Nordeste e no País, como uma base para decidir pela expansão da oferta de cursos e programas;
- Prover a oferta do ensino dentro dos princípios de excelência acadêmica, sustentabilidade e oferta continuada de serviços educacionais, em conformidade com o plano de expansão proposto neste PDI e condicionado às demandas de mercado, aos investimentos em infraestrutura física, à disponibilidade de equipamentos, de materiais e de recursos humanos;
- Realizar a oferta do ensino de graduação, tendo como norte a expansão da prestação dos serviços educacionais da Instituição nas modalidades de graduação - bacharelado, de pós-graduação e de extensão;
- Consolidar a oferta da pós-graduação no nível lato sensu na Paraíba, de acordo com a demanda da educação superior;
- Desenvolver a extensão segundo as linhas definidas institucionalmente, estruturada em programas, projetos, cursos e serviços, objetivando a integração das atividades acadêmicas e o desenvolvimento da comunidade interna e externa no campo educacional, técnico- profissional, científico e artístico-cultural.

## **18 INFRAESTRUTURA FÍSICA E ACADÊMICA**

A infraestrutura física compreende a definição de espaço físico e recursos tecnológicos para atender a execução dos projetos pedagógicos, programas e serviços prestados pela Instituição, em consonância com a oferta de cursos e programas contida neste plano.

A infraestrutura acadêmica refere-se à biblioteca e aos laboratórios necessários ao funcionamento adequado de cursos e serviços atuais e a serem implementados nos próximos cinco anos.

### **18.1 ESTRATÉGIAS DA INFRAESTRUTURA FÍSICA**

As estratégias desta área tomam como base os padrões de qualidade para dotar a Instituição da infraestrutura e dos recursos necessários ao funcionamento adequado de cursos e serviços.

As estratégias são as seguintes:

- Investir na infraestrutura física de forma a traduzir o padrão de qualidade da Instituição que a diferencia de outras instituições, dotada de ambientes adequados às atividades acadêmicas e administrativas;
- Planejar a expansão e a manutenção da infraestrutura física para fazer o uso racional dos investimentos a serem realizados pela Mantenedora, na perspectiva de assegurar alto padrão de qualidade;
- Possibilitar aos segmentos acadêmicos a infraestrutura física e tecnológica continuamente atualizada para criar condições adequadas de estudo, mantendo à disposição das unidades acadêmicas e administrativas um suporte de informática moderno e interligado em rede;
- Favorecer o processo ensino-aprendizagem na perspectiva de que a estrutura de salas de aula, ambientes de professores, áreas de convivência e espaços administrativos, assegurem os princípios de excelência acadêmica, sustentabilidade e estudo continuado;
- Planejar o crescimento da FESP para os próximos cinco anos, para fazer o uso racional dos investimentos, incluindo a estrutura física e tecnológica dos

laboratórios de apoio às atividades acadêmicas, aos estudos e a pesquisas dos alunos com equipamentos de qualidade;

- Aperfeiçoar continuamente os sistemas acadêmicos e administrativos como: Espaço Acadêmico, Plano de ensino, Cronograma de aula, Sistema de Biblioteca (SIAB), Sistema de Avaliação Institucional e o e como instrumentos efetivos de gestão.

## **18.2 ESTRATÉGIAS DA INFRAESTRUTURA ACADÊMICA**

As estratégias são as seguintes:

- Manter a estratégia de assegurar qualidade às instalações da biblioteca, com permanentes investimentos para preservar a qualidade da infraestrutura, incluindo a área física e os recursos tecnológicos e humanos;
- Planejar o crescimento contínuo do acervo de modo contínuo nos próximos cinco anos, em conformidade com a evolução das matrículas de novos alunos de cursos de graduação e de pós-graduação;
- Consolidar o acesso para toda a comunidade acadêmica e prestação de serviços de normalização bibliográfica, visita orientada, consulta, sugestões de leitura, multimídia e internet, videoteca, acesso a bases de dados nacionais e internacionais e empréstimo domiciliar.

## **19 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA**

A área relativa à sustentabilidade financeira abrange o provimento dos recursos financeiros para viabilizar uma gestão econômico e financeira necessária ao bom funcionamento de cursos e programas já implementados, bem como para viabilizar investimentos necessários à expansão de cursos e programas, em consonância com a missão, políticas, objetivos e metas institucionais.

### **19.1 ESTRATÉGIAS DA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA**

O princípio da sustentabilidade na FESP compreende a estrutura técnica especializada, os procedimentos operacionais que geram e acompanham as estratégias definidas pela Instituição para a gestão econômico-financeira necessária ao bom funcionamento de cursos e programas implementados na Faculdade a serem consideradas nos próximos cinco anos.

As estratégias são as seguintes:

- Manter as relações, estatutária e regimentalmente reguladas, da Faculdade com a Mantenedora, para planejar e ter disponibilizados os recursos necessários ao seu bom funcionamento;
- Assegurar um montante de receitas para assegurar condição de sustentabilidade, devendo manter a estrutura de funcionamento dos cursos e programas e apoiar investimentos;
- Orientar os gestores a serem, permanentemente, desafiados a considerar os aspectos da sustentabilidade em seus projetos e decisões, como princípio filosófico da Instituição para a gestão de cursos, programas e setores administrativos, na perspectiva de gerar resultados;
- Constituir como desafio da Instituição, adotar estratégias e procedimentos visando a diversificação das fontes de recursos a serem buscadas por meio de convênios e parcerias com instituições.

